



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**NATANAEL SILVA RIBEIRO**

**OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM  
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA:**  
uma abordagem a partir da teoria Miltoniana

Porto Nacional – TO  
2023

NATANAEL SILVA RIBEIRO

**OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM  
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA:**  
uma abordagem a partir da teoria Miltoniana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

Porto Nacional – TO  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- R484d Ribeiro, Natanael Silva.  
Os dois circuitos da economia urbana em Conceição do Araguaia - PA: uma abordagem a partir da teoria Miltoniana. / Natanael Silva Ribeiro. – Porto Nacional, TO, 2023.  
131 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2023.  
Orientador: Roberto de Souza Santos  
1. Circuito Inferior. 2. Circuito Superior. 3. Cidade Pequena. 4. Amazônia Oriental. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

NATANAEL SILVA RIBEIRO

## **OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA:** uma abordagem a partir da teoria Miltoniana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos – PPGG/UFT  
(ORIENTADOR)

---

Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira – PPGG/UFT  
(EXAMINADOR INTERNO)

---

Prof. Dr. Lázaro Wandson de Nazaré Teles – IFPA  
(EXAMINADOR EXTERNO)

Porto Nacional – TO  
2023

*À minha família, pois sem ela jamais conseguiria chegar até aqui. Também, em especial, dedico à minha cunhada, **Aline dos Santos Vieira** (in memoriam), uma pedagoga que amava o que fazia e era muitíssima amável como pessoa, sempre disposta a ajudar os outros, independente da dificuldade e estará sempre em nosso coração.*

*Construí um shopping onde eu nunca passei  
prédios e escolas onde eu nunca estudei [...]  
Não espero mais a morte, nem o norte nem o  
trem, eu me chamo Pedro e você sou eu  
também.  
(Braza - Pedro Pedreiro Parou de Esperar)*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e os caminhos que me moldaram e trouxeram-me até aqui.

À minha família, de laços sanguíneos ou não que, com toda certeza, sem eles eu não conseguiria estar aqui. À minha esposa Kamilla por todo amor e compreensão. Aos meus filhos, Ana Beatriz e Noah, pelo amor e carinho. Aos meus pais, Nestor e Deta, que sempre lutaram para que eu pudesse alcançar meus sonhos, me proporcionando tudo de mais valioso. À minha irmã, Gabriela, por acreditar que eu posso conquistar o mundo. À minha sogra, Diolinda, que nos ajuda e dar suporte para que possamos seguir sempre em frente. Aos meus tios, Elizeu Filho e Nira, junto aos meus primos Luna e João Paulo, sempre estiveram preocupados conosco e procurando ajudar da melhor forma. Ao meu irmão de outra família, Whallison, vulgo Ferrugem, pois sempre que possível esteve comigo.

Aos meus colegas de turma, em especial ao Hudson e Lays que para além dos trabalhos em grupo, também, pelo companheirismo, auxílio e as conversas, que variavam de acordo com o grau de humor de cada um no dia.

Aos professores do programa que compartilharam um pouco do seu conhecimento, sua visão de mundo e os diversos caminhos que podemos seguir, sempre nos incentivando a continuar a caminhada na busca e construção de conhecimento, contribuindo com a ciência.

Ao meu orientador, Prof. Roberto de Souza Santos, pela paciência e disponibilidade para me auxiliar a percorrer o melhor caminho para produção desta pesquisa.

Aos professores Elizeu Ribeiro Lira e Lázaro Wandson Teles, que compoem a banca de qualificação, me nortearam de maneira significativa com suas contribuições necessárias e assertivas.

Aos meus professores da graduação, Mariana Mello, Dérick Gomes e Madson Quaresma, por me apoiar, ajudar e acreditar em mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de bolsa de estudo, sem qual não seria possível à elaboração desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – PPGG – UFT, pela oportunidade, que me proporcionou crescer no âmbito intelectual e pessoal. Também a secretária, Poliana, que está sempre disposta a ajudar e sanar todas as dúvidas.

## RESUMO

A presente pesquisa traz uma abordagem sobre a atuação dos dois circuitos da economia urbana – circuito superior e circuito inferior – na cidade de Conceição do Araguaia – PA, uma pequena cidade amazônica do sudeste paraense. Tendo em vista que esses dois circuitos possuem participação significativa no que diz respeito às organizações espaciais, social e econômica em cidades dos países emergentes. Com isso, abordou-se sobre a atuação dos dois circuitos nessa pequena cidade da Amazônia Oriental, aonde nos últimos anos vem ocorrendo à instalação de empresas de médio e grande porte, que constituem o circuito superior da economia urbana, como cooperativas de crédito, hipermercado, lojas de varejo, eletrodomésticos e eletrônicos. Tendo em vista que a visão e noção ligadas ao desenvolvimento e economia de uma cidade ou região, voltam-se aos grandes projetos e grandes empresas, fazendo com que a atuação social e econômica dos pequenos estabelecimentos se torne invisível. Desta forma, tem-se como objetivo geral, compreender a importância do circuito da economia urbana e sua relação socioeconômica em Conceição do Araguaia – PA, diante do circuito superior. Para tanto, fez-se necessário abordar o surgimento da cidade de Conceição do Araguaia, seus aspectos sócio-espaciais e socioeconômicos a partir de uma perspectiva histórico-geográfica; identificar e analisar as relações entre o comércio e a cidade, suas motivações sociais e econômicas que permitiram a instalações mercantis na Zona Silva de Conceição do Araguaia; analisar o potencial dos circuitos da economia urbana como gerador de emprego e renda para a população conceicionense; e verificar a relação socioeconômica proporcionada pelos circuitos inferior e superior para com a população conceicionense. Destarte, a metodologia é pautada na dialética, possuindo duas etapas, sendo a primeira etapa compreendida no levantamento bibliográfico, buscando não somente consolidar a base teórica, como também, trazer outras realidades. A segunda etapa foi uma pesquisa de campo, objetivando o levantamento quantitativo de estabelecimentos no recorte da pesquisa, ainda a realização de entrevistas com perguntas semiestruturadas, com três grupos: moradores, proprietário e/ou responsáveis pelos estabelecimentos do circuito inferior e do circuito superior. Com isso, possibilitou verificar que no que diz respeito à contratação de trabalhadores, 90% dos estabelecimentos do circuito inferior não exige nenhum requisito; 5% exigem escolaridade do nível médio completo e experiência; e 5% somente a experiência. O circuito superior além de exigir no mínimo o ensino médio completo, ainda há alguns outros requisitos, como idade máxima de 24 anos, em um dos estabelecimentos. Outro ponto bastante importante é o crédito pessoal disponibilizado pelo circuito inferior, que se constitui como uma forma de sobrevivência para classe trabalhadora, os mais pobres. Portanto, dentre esses e outros apontamentos contidos nesta pesquisa, torna-se possível destacar a significativa importância do circuito inferior nas cidades dos países emergentes e direcionando a esta pesquisa, em Conceição do Araguaia – PA, na Amazônia Oriental.

**Palavras-chaves:** Circuito Inferior. Circuito Superior. Cidade Pequena. Amazônia Oriental.



## ABSTRACT

This research looks at the work of the two circuits of the urban economy - the upper circuit and the lower circuit - in the city of Conceição do Araguaia - PA, a small Amazonian city in the southeast of Pará. These two circuits play a significant role in spatial, social and economic organisation in cities in emerging countries. With this in mind, we looked at the work of the two circuits in this small town in the eastern Amazon, where in recent years medium and large companies have been setting up, which make up the upper circuit of the urban economy, such as credit unions, supermarkets, retail shops, household appliances and electronics. Given that the vision and notion linked to the development and economy of a city or region is centred on big projects and large companies, the social and economic performance of small businesses has become invisible. The general objective is to understand the importance of the urban economic circuit and its socio-economic relationship in Conceição do Araguaia - PA, in relation to the upper circuit. In order to do this, it was necessary to look at the emergence of the city of Conceição do Araguaia, its socio-spatial and socio-economic aspects from a historical-geographical perspective; to identify and analyse the relationship between commerce and the city, its social and economic motivations that allowed for the commercial installations in the Silva Zone of Conceição do Araguaia; to analyse the potential of the urban economic circuits as a generator of employment and income for the population of Conceição do Araguaia; and to verify the socio-economic relationship provided by the lower and upper circuits for the population of Conceição do Araguaia. Thus, the methodology is based on dialectics and has two stages: the first stage comprises a bibliographical survey, seeking not only to consolidate the theoretical basis, but also to bring in other realities. The second stage was field research, aimed at surveying the number of establishments in the research area, as well as conducting interviews with semi-structured questions with three groups: residents, owners and/or managers of establishments in the lower circuit and the upper circuit. This made it possible to see that when it comes to hiring workers, 90 per cent of the establishments in the lower circuit don't have any requirements; 5 per cent require complete secondary education and experience; and 5 per cent only require experience. In the upper circuit, in addition to requiring at least a high school education, there are other requirements, such as a maximum age of 24 in one of the establishments. Another very important point is the personal credit offered by the lower circuit, which is a form of survival for the working class, the poorest. Therefore, among these and other points made in this research, it is possible to highlight the significant importance of the lower circuit in the cities of emerging countries and, in the case of this research, in Conceição do Araguaia - PA, in the Eastern Amazon.

**Key-words:** Lower circuit. Upper circuit. Small town. Eastern Amazonia.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Limite geográfico da Amazônia Legal.....	28
<b>Mapa 2</b> - Estados da Amazônia Legal com maior crescimento populacional relativo entre 1960 - 1980.....	31
<b>Mapa 3</b> - Importantes rodovias federais que ligam a Amazônia ao restante do Brasil .....	33
<b>Mapa 4</b> - Disposição de corpos hídricos e rodovias no Pará.....	37
<b>Mapa 5</b> - Distribuição municipal no Estado do Pará em 1918 .....	38
<b>Mapa 6</b> - Localização do município de Conceição do Araguaia – PA.....	41
<b>Mapa 7</b> - Área com maior densidade habitacional em Conceição do Araguaia – PA.....	50
<b>Mapa 8</b> - Mesorregiões e Regiões Intermediárias Paraenses.....	54
<b>Mapa 9</b> - Centralidade e concentração de estabelecimentos comerciais .....	68
<b>Mapa 10</b> - Bairros da zona sul de Conceição do Araguaia.....	72

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Evolução da malha urbana na Amazônia Oriental.....	39
<b>Figura 2</b> – Índios Karajá da região do Araguaia.....	43
<b>Figura 3</b> – Índio Kayapó.....	43
<b>Figura 4</b> – Moradores locais.....	45
<b>Figura 5</b> – A igreja Nossa Senhora da Conceição no século XX.....	46
<b>Figura 6</b> – A igreja Nossa Senhora da Conceição no século XXI.....	46
<b>Figura 7</b> – Bairro do Canudinho na década de 1960.....	47
<b>Figura 8</b> – Habitação e casa de farinha.....	51
<b>Figura 9</b> – Universidade do Estado do Pará.....	69
<b>Figura 10</b> – Quartel do 22º Batalhão da Polícia Militar.....	70
<b>Figura 11</b> – Terminal Rodoviário de Conceição do Araguaia – PA.....	70
<b>Figura 12</b> – Ginásio de Esportes.....	71
<b>Figura 13</b> – Paisagem urbana do centro tradicional de Conceição do Araguaia.....	85
<b>Figura 14</b> – Restaurante, oficina de moto e espetinho na Zona Sul concecionense.....	87
<b>Figura 15</b> – Hipermercado no centro tradicional.....	98

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Desempenho de Conceição do Araguaia no PIB Per Capita no Estado .....	55
<b>Quadro 2</b> - Os dez melhores IDHM da antiga região sudeste paraense (2000-2010) .....	57
<b>Quadro 3</b> - As variáveis e componentes do IFDM.....	58
<b>Quadro 4</b> - Os valores de cada conceito de desenvolvimento do IFDM.....	59
<b>Quadro 5</b> - IFDM Consolidado de cidades do sudeste paraense (2011 e 2016) .....	59
<b>Quadro 6</b> - Classificação dos municípios por IDR (2000 – 2010).....	61

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Cidades com mais de 50.000 habitantes entre 1872 - 1890 - 1900 .....	26
<b>Tabela 2</b> - População concecionense no período de 1950 a 2010 .....	49
<b>Tabela 3</b> - Valores a preços correntes das atividades econômicas de Conceição do Araguaia – PA .....	55
<b>Tabela 4</b> - Concentração de estabelecimentos comerciais na Zona Sul concecionense .....	72
<b>Tabela 5</b> - Situação do imóvel (próprio ou alugado) do circuito superior .....	84
<b>Tabela 6</b> - Situação do imóvel (próprio ou alugado) do circuito inferior .....	87
<b>Tabela 7</b> - População Economicamente Ativa total no Pará e Conceição do Araguaia .....	90
<b>Tabela 8</b> - Geração de emprego pelo circuito superior .....	91
<b>Tabela 9</b> - Geração de emprego pelo circuito inferior na zona sul de Conceição do Araguaia - PA .....	92
<b>Tabela 10</b> - Nível de escolaridade da População Economicamente Ativa .....	94
<b>Tabela 11</b> - Tipos de veículos por família .....	102
<b>Tabela 12</b> - As bandeiras dos cartões de crédito disponibilizados pelo circuito superior .....	109

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Tempo de funcionamento dos estabelecimentos por ano completo.....	85
<b>Gráfico 2</b> - Tamanho da área dos estabelecimentos do circuito inferior em M <sup>2</sup> .....	88
<b>Gráfico 3</b> - Tempo de funcionamento dos estabelecimentos do circuito inferior.....	88
<b>Gráfico 4</b> - Nível de escolaridade dos trabalhadores do circuito superior.....	92
<b>Gráfico 5</b> - Requisito para contratação de trabalhadores no circuito inferior .....	94
<b>Gráfico 6</b> - Renda familiar do grupo de moradores entrevistados.....	96
<b>Gráfico 7</b> - Situação habitacional dos moradores entrevistados.....	97
<b>Gráfico 8</b> - Tempo de residência na cidade .....	100
<b>Gráfico 9</b> - Frequência de aquisição de produtos de consumo em dois tipos de comércios..	101
<b>Gráfico 10</b> - O acesso da população ao fiado .....	104
<b>Gráfico 11</b> - Disponibilidade de crédito pessoal (fiado) aos clientes .....	105
<b>Gráfico 12</b> - Tipos de cartões (crédito e débito) dispostos pelos moradores.....	107
<b>Gráfico 13</b> - As modalidades de técnicas contemporâneas aceita no circuito inferior .....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
BPM	Batalhão da Polícia Militar
BR-000	Nomenclatura das Rodovias Federais brasileiras
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	Índice de Desenvolvimento Regional
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
OSM	Open Street Map
PA-000	Nomenclatura das Rodovias Estaduais do Pará
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA	População Não Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
REGIC	Regiões de Influências das Cidades
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado do Pará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1.1</b>	<b>Problema de pesquisa</b>	<b>19</b>
1.1.1	Justificativa	20
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b>	<b>21</b>
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos específicos	22
<b>1.3</b>	<b>Metodologia</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO, OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA ORIENTAL</b>	<b>26</b>
<b>2.1</b>	<b>O processo de urbanização: o turbilhão do setor terciário</b>	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>Os programas de desenvolvimento regional e os fluxos migratórios: a integração da região amazônica</b>	<b>30</b>
<b>2.3</b>	<b>Amazônia Oriental: ocupação, fronteira e padrões de organização espacial</b>	<b>35</b>
<b>2.4</b>	<b>Conceição do Araguaia: cidade dos beiradeiros na amazônia oriental</b>	<b>42</b>
2.4.1	Campesinato de subsistência: conformação econômica-social	52
2.4.2	O panorama regional e socioeconômico concepcionense no século XXI	55
<b>3</b>	<b>CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA, DESCENTRALIDADE, CIDADE E O COMÉRCIO</b>	<b>64</b>
<b>3.1</b>	<b>Os circuitos da economia urbana: o espaço humano no terceiro mundo</b>	<b>64</b>
<b>3.2</b>	<b>Malha intraurbana concepcionense em expansão: formando uma descentralidade</b>	<b>68</b>
<b>3.3</b>	<b>O dinamismo e complexidade da cidade</b>	<b>76</b>
<b>3.4</b>	<b>A estreita relação entre o comércio e a cidade</b>	<b>81</b>
<b>4</b>	<b>AS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)</b>	<b>85</b>
<b>4.1</b>	<b>A situação sócio-espacial dos estabelecimentos comerciais em Conceição do Araguaia</b>	<b>85</b>
<b>4.2</b>	<b>O contraponto entre o circuito inferior e o circuito superior: o potencial de geração de emprego</b>	<b>91</b>
<b>4.3</b>	<b>A relação existente: a realidade entre a modernização, o crédito e o consumo</b>	<b>100</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>123</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>131</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Os dois circuitos da economia urbana possuem participação importante nas organizações espaciais e econômicas em cidades dos países emergentes. Essas participações podem ocasionar mudanças no modo de vida e de consumo da população. O fator econômico assume um papel no qual pode garantir melhores condições para existência e subsistência, e como consequência, atua significativamente no processo de urbanização brasileiro.

Com isso, o presente trabalho<sup>1</sup> busca na atuação dos dois circuitos da economia urbana, uma abordagem pautada nas dinâmicas econômicas e espaciais para uma cidade pequena da região amazônica e, simultaneamente, evidenciar a relação entre o comércio e sua população.

Desta maneira, a cidade escolhida para a realização desta pesquisa é Conceição do Araguaia – PA, situada na região intermediária geográfica de Redenção – PA, constituída à margem oeste do rio Araguaia, fazendo divisa com o Estado do Tocantins. Localizada a mais de 1.000 quilômetros da capital paraense, Belém, e a pouco mais de 300 quilômetros da capital tocantinense, Palmas, configurando-a como sua capital imediata.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, têm-se dois recortes geográficos em escala intraurbana. O primeiro é o centro onde, evidentemente, verifica-se uma quantidade significativa e diversificada de estabelecimentos de consumo de bens e serviços do circuito inferior, entretanto, também, é a localidade onde as grandes empresas preferencialmente se instalam. Por outro lado, o segundo recorte se dá na Zona Sul de Conceição do Araguaia, localidade onde há significativa concentração de comércios, totalmente constituintes do circuito inferior, e vai se constituindo como uma descentralidade em escala intraurbana, e assim, esses estabelecimentos dividem o espaço.

No decorrer dos últimos anos em Conceição do Araguaia, para além da abertura, fechamento e reabertura de estabelecimentos do circuito inferior, que segundo Milton Santos (2008) se constitui banal dentro do sistema da economia urbana, a cidade vem recebendo, também, a instalação de empresas do circuito superior, como cooperativas de crédito, hipermercados e lojas de varejo, eletrodomésticos e eletrônicos. Ainda, transita a instalação de

---

<sup>1</sup> Parte dessa pesquisa se encontra publicada nos Anais da AGB, no XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (2022), com o título “Velhas e Novas Centralidades: Um Estudo Sobre os Circuitos da Economia Urbana em Conceição do Araguaia/PA”.

uma empresa de mineração, voltada a extração de níquel, com previsão de início das atividades para o ano de 2024.

No âmbito das cidades terceiro-mundistas, no final da década de 1970, Santos (2008) expõe e propõe a sua teoria referente à economia dos países subdesenvolvidos, na obra “Espaço Dividido”, onde se apresenta como um subsistema do sistema econômico, os dois circuitos da economia urbana – o circuito superior e circuito inferior –, que compreendem, respectivamente, as grandes empresas, comércios de exportação e importação; e pequenos estabelecimentos, principalmente, de características mais tradicionais.

O circuito superior e o circuito inferior possuem uma característica essencial e indissociável, evidenciada na modernização, contudo, apresentando-as em escalas diferentes, sendo o primeiro detentor de maior modernização que o segundo. Para Denis Castilho (2014), modernização é o resultado de como as lógicas modernas se impõe no espaço, ou seja, é a ação do capitalismo através das classes hegemônicas<sup>2</sup> num processo de territorialização pelos lugares. De acordo com Santos (2008), na ciência geográfica, o termo modernização pode possibilitar a apreensão de fenômenos e a compreensão de impactos ocasionados pelo processo histórico de organização e reorganização dos países emergentes, no tripé espaço-sociedade-economia. Agindo pelo imperativo da modernização e pela realidade social, adaptando o aparelho econômico diante desses fatores, criam-se os circuitos econômicos responsáveis pelos processos econômicos e a organização do espaço.

Desta forma, a presente pesquisa busca fazer uma contribuição relacionada à atuação dos circuitos da economia urbana em Conceição do Araguaia, uma pequena cidade da Amazônia Oriental, dentro de uma perspectiva geográfica e histórica, abordando sobre os aspectos espaciais, territoriais, sociais e econômicos.

Para tanto, realizou-se uma abordagem histórico-geográfica, num movimento dialético, sobre os processos de urbanização, contextualizando a participação das atividades econômicas e dos programas de desenvolvimento regional que proporcionaram maior impulso nesse processo, principalmente, para região amazônica, em específico, para a porção da Amazônia Oriental. Com isso, possibilitando versar sobre a constituição das cidades nessa

---

<sup>2</sup> “O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa, “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”, ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”, ou seja, o que assume o papel de guiar de diversas formas, “[...] não apenas como direção política, mas também, como direção moral, cultural, ideológica” (GRUPPI, 1978, p. 1 apud ONOFRE, 2019, p. 44).

parte da região, tendo-a, também, como fronteira. Destarte, direcionando para a abordagem da cidade de Conceição do Araguaia, sua geografia, historicidade, dinamismo, complexidade, panoramas espaciais e socioeconômicos.

O estudo histórico-geográfico do espaço, enquanto, território, região, paisagem ou lugar, segundo Santos (2008, p. 19), “[...] permite revelar uma especificidade de sua evolução [...]” e nessa abordagem “[...] essa especificidade aparece na organização da economia, da sociedade e do espaço, e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados”.

### **1.1 Problema de pesquisa**

Na sociedade capitalista, a população, principalmente os mais pobres, encontram diversas dificuldades, inclusive para a sobrevivência. Com o crescimento populacional<sup>3</sup> nos espaços urbanos, tornou ainda mais visível a diferença da distribuição de renda entre a população nos países de terceiro mundo. Segundo Santos (2008, p. 21), “[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, [...]”. Essa diferença de renda se torna evidente pela localização dos indivíduos, logo determina, também, a sua situação como produtora e como consumidora.

É a partir do espaço da cidade, do urbano que se pode verificar a importância do circuito inferior por meio da realidade e das relações existentes, e ainda pode ser considerado o contrário. Desta maneira, Santos (2008) enfatiza que o circuito inferior é um elemento indispensável para compreender a realidade urbana, possibilitando apreender informações e conhecimentos que podem atribuir medidas para elevar a produtividade, adotar um crescimento sustentado e conservar o seu papel de gerador de empregos. Para a população pobre e migrante sem qualificação, o circuito inferior se apresenta como fornecedor de ocupação, isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras do setor e suas relações com a economia urbana.

Entretanto, por muitas vezes, a visão e noção ligadas ao desenvolvimento e economia de uma cidade ou região, para resultar em melhores condições de vida, para o senso comum, volta-se aos grandes projetos e as grandes empresas – o circuito superior – fazendo com que

---

<sup>3</sup> De acordo com Bernardi (2009), a busca pelo emprego, a elevada taxa de natalidade e baixa mortalidade, são os principais fatores do crescimento urbano.

os pequenos estabelecimentos – circuito inferior – sejam esquecidos ou tornando-os invisíveis. Tal situação, por vezes, estrutura-se dentro de um discurso propagado atualmente por meio das novas técnicas de comunicação em alta velocidade e com alcance global, por seus verdadeiros beneficiários, os atores hegemônicos.

“Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos (SANTOS, 2000, p. 34).

Desta forma, esses discursos fornecem destaques às grandes empresas como “salvadoras” da economia local/regional. Colocam os pequenos estabelecimentos em segundo plano ou até mesmo fazendo com que não sejam percebidos, tornando sua atuação econômica e social invisível. Contudo, segundo Santos (2008), as grandes empresas não são capazes de absorver o impacto ocasionado pelos fluxos migratórios para os espaços urbanos, com isso, o circuito inferior age como um elemento fundamental para amortecer e reduzir esse impacto, auxiliando, entre outros, como gerador de empregos, para os migrantes sem especializações, apresentando-se como elemento para subsistência e, também, como resistência.

Considerando o exposto a respeito da invisibilidade dos pequenos estabelecimentos frente às grandes empresas, torna-se viável questionar: qual a relevância do circuito inferior da economia urbana para a cidade de Conceição do Araguaia em forma de subsistência, existência e resistência?

### 1.1.1 Justificativa

A abordagem temática a cerca dos circuitos da economia urbana é um tema bastante trabalhado entre os geógrafos, vem avançando e construindo discussões significativas para a geografia e às ciências humanas de forma geral. Entretanto, em quantidades expressivas essas pesquisas tratam de cidades de maiores aportes e relevância, tanto na região ou nas redes. Por exemplo, em se tratando das cidades de médio porte ou superiores da Amazônia Oriental, podemos apontar a tese de Mauro Emílio da Silva (2020a), intitulada “Heteroendogenia Intraurbana: Reestruturação urbana e da cidade de Marabá – Pa, a partir de três centros e centralidades econômicas”, trabalha demasiadamente os circuitos da economia urbana para, principalmente, evidenciar a existência de múltiplas centralidades numa das cidades médias mais importantes dessa porção da região amazônica. Em âmbito de Amazônia Legal, também,

pode-se apontar a pesquisa de dissertação de Lucas Ribeiro da Silva (2021), que vislumbra a dinamicidade das atividades econômicas a partir do setor terciário na cidade média de Imperatriz no estado do Maranhão, intitulada “comércio e serviços em cidades médias: a centralidade urbana de Imperatriz (MA)”.

Destarte, a contribuição miltoniana dos circuitos da economia urbana possui características econômicas e sociais que podem permitir apreender a realidade das cidades dos países emergentes, como no caso da cidade de Conceição do Araguaia – PA, possibilitando margem para evidenciar as relações sociais, econômicas e espaciais entre esse subsistema econômico urbano e a população. Cabe assinalar que por ser uma cidade pequena não reduz ou minimiza a complexidade de análise da pesquisa para compreensão do espaço em âmbito social e econômico, dentro do contexto dialético. Isso é ressaltado por Eliseu Savério Sposito (2020), pois em caráter de análise dos circuitos, mesmo em cidades pequenas a elaboração das informações é difícil.

Com isso, esta pesquisa, justifica-se pelo menos em quatro pontos, sendo: a) a contribuição acadêmica para a complementação do tema em relação aos circuitos da economia urbana nas cidades da Amazônia Oriental, especialmente as pequenas; b) colabora com estudos relacionados à constituição das cidades pequenas amazônicas, seus aspectos histórico-geográficos, sócio-espacial e socioeconômico; c) inclui-se, complementarmente, ao arcabouço de pesquisas das cidades amazônicas em escala (macro e micro) regional e; d) em âmbito social, evidenciando às formas de relações proporcionada pelos circuitos econômicos com a sociedade que figura-se, por muita vezes, como forma de subsistência e resistência.

Em caráter municipal/local e regional este trabalho trará conhecimento complementar, relacionado à produção do espaço, juntamente com aspectos socioeconômicos proporcionados pela presença dos dois circuitos da economia urbana, tornando possível evidenciar formas de subsistência e resistência por parte das relações entre circuitos da economia urbana e a população concepcionense.

## **1.2 Objetivos**

Diante do questionamento levantado, traçam-se alguns objetivos a fim de respondê-la.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Desta maneira, o objetivo geral se exprime em compreender a importância dos circuitos inferior e superior da economia urbana e sua relação socioeconômica em Conceição do Araguaia (PA).

### 1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos se desdobram em:

- a) abordar o surgimento da cidade de Conceição do Araguaia (PA), seus aspectos sócio-espaciais e socioeconômicos a partir de uma perspectiva histórico-geográfica;
- b) identificar e analisar as relações entre o comércio e a cidade e as motivações sociais e econômicas que permitiram as instalações mercantis na Zona Sul de Conceição do Araguaia (PA);
- c) analisar o potencial dos circuitos da economia urbana como gerador de empregos e renda para a população concepcionense;
- d) verificar a relação socioeconômica proporcionada pelos circuitos inferior e superior para com a população concepcionense.

## 1.3 Metodologia

Para isto, a presente pesquisa, pautada no método dialético-reflexivo, possui duas etapas que se compreendem da seguinte forma: a primeira etapa se consolida no levantamento bibliográfico, com a finalidade de buscar fundamentação teórica e consolidar os argumentos relacionados ao tema, tornando-se bastante útil para realizar comparações entre casos e consolidar as bases teóricas (VENTURA, 2007), reafirmando ou contradizendo as relações dos dados (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Desta maneira, como já foi bastante assinalado, tem-se como base a teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana, contudo, utiliza-se de outras obras deste autor, o que possibilita a formulação da pesquisa em um viés da abordagem miltoniana. No entanto, há contribuições de diversos outros autores, bastantes relevantes na geografia e nas ciências humanas e sociais de maneira geral, como Carlos Walter Porto-Gonçalves e Maria Goretti Tavares, nas abordagens das cidades na região amazônica, como também, Ariovaldo Umbelino de Oliveira na contextualização dos programas de desenvolvimento para a região

amazônica e Octávio Ianni e Frei José Maria Audrin, no que abrange a formação histórico-geográfica de Conceição do Araguaia.

De acordo com Antônio Carlos Gil (2009), a entrevista se apresenta como um dos instrumentos de pesquisas mais utilizados. Com isso, a segunda etapa se consistiu na pesquisa de campo, que objetivou o levantamento quantitativo dos estabelecimentos dos dois circuitos e nos dois recortes, ainda, destinou-se também à coleta de dados por meio de entrevista com três grupos, sendo: moradores, proprietários e/ou responsáveis por estabelecimentos do circuito inferior e com responsáveis por estabelecimentos do circuito superior. Segundo, Silva (2020a), para identificar as práticas sociais que condiz com a significação e ressignificação do conteúdo da cidade é preciso haver a interação social, pois essa interação consiste na compreensão e percepção das dinâmicas dos serviços e comércios em caráter de consumo. De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p. 225), “o território é revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população”.

Segundo Gil (2008), há métodos que utilizam meios técnicos que proporcionam auxílio para obter maior precisão e objetividade nos estudos, no que se refere à coleta, processamento e validação dos dados. Nas ciências sociais são identificados vários métodos dessa natureza.

Para a coleta de dados, por meio de entrevista, formularam-se três roteiros, sendo: um para a população, possuindo 13 perguntas; outro para os comerciantes do circuito inferior, contendo 17 perguntas; e outro para comerciantes (responsáveis) do circuito superior, com 11 perguntas. Construído de forma semiestruturada, possibilitando a junção de perguntas qualitativas e quantitativas, baseadas nas abordagens teórica da obra “Espaço Dividido”, o que pode proporcionar maior dinamização da entrevista. Cabe enfatizar que os roteiros de entrevistas foram aprovados pelo comitê de ética.

Para ambos os grupos de entrevistados foi resguardada a identidade dos entrevistados, preservação das informações recebidas, garantindo a confidencialidade dos dados e na utilização de alguma parte de suas falas obtidas em entrevista, utilizamos codinomes, como **responsável C.S 1, responsável C.S 2, responsável C.S 3**, e assim sucessivamente para o circuito superior; **responsável C.I 1, responsável C.I 2, responsável C.I 3**, assim como no anterior e; **morador 1, morador 2, morador 3...**, para o grupo de moradores. Antes das entrevistas houve informes prévios aos entrevistados, relacionados aos objetivos, riscos, possíveis resultados, garantindo a seguridade dos dados pessoais informados, onde sua utilização será apenas para os fins científicos. Caso o entrevistado se sentisse constrangido,

desconfortável ou qualquer que seja o motivo, poderia solicitar o encerramento da entrevista e os dados não seriam inclusos na pesquisa.

Inicialmente, as entrevistas compreendiam uma amostra de 93 entrevistas, que baseado no quantitativo de moradores por residência, dado pelo último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), com cerca de 3,53 habitantes por residência, abrangia um quantitativo populacional de aproximadamente 176 habitantes, o que representava 0,5% da população total da zona urbana de Conceição do Araguaia. Dado alguns pontos consideráveis, fixou-se a amostra em 75 entrevistas, representando mais de 80% da amostra inicial.

Os pontos que se considerou para redução da amostra se exprimem em: I) a banca do exame de qualificação considerou a primeira amostra número bastante expressivo quantitativamente; II) a partir de certo ponto, no decorrer dessas entrevistas, as respostas começaram a se repetir em grande fluxo, com isso, a banca examinadora considerou a possibilidade de redução das entrevistas e; III) houve certa resistência na concessão de entrevista, principalmente, com os grupos comerciais, os donos ou responsáveis pelos estabelecimentos do circuito inferior e superior.

Com isso, as 75 entrevistas realizadas dividem-se da seguinte forma: 42 entrevistas com moradores, 29 entrevistas com donos/responsáveis pelos estabelecimentos do circuito inferior e quatro entrevistas com os responsáveis pelos estabelecimentos do circuito superior. Todas as entrevistas foram realizadas com pessoas maiores de 18 anos. Houve participação de donos/responsáveis por estabelecimentos do circuito inferior de ramo bastante diversificado, como mercearias, açougues, oficinas em geral, posto de combustível, entre outros. Para o circuito superior, eram seis estabelecimentos, donde os que concederam a entrevista são: três lojas de varejo, eletrodomésticos e eletrônicos, e uma cooperativa de crédito. Assim, ficou de fora uma cooperativa de crédito e um hipermercado.

A dinâmica do trabalho de campo para as entrevistas se deram através de conversas, mediante apresentação do pesquisador e da pesquisa e seus objetivos. As abordagens aconteceram de maneira aleatória, majoritariamente, nas residências e estabelecimentos comerciais dos entrevistados. Sempre que necessário ocorria o agendamento para realizar a entrevista, almejando deixar o entrevistado à vontade para dar suas respostas, no entanto, mantinha-se bastante atento e observador em relação às ênfases que eram dadas nessas respostas. Por isso, durante a pesquisa de campo, utilizou-se o diário de campo, a fim de realizar anotações complementares, como sugere Brandão (2007). Ao final da entrevista com os moradores, o entrevistador procurava a possibilidade da indicação de outro(s)



entrevistado(s). Ambas as contribuições foram imprescindíveis para a apreensão dessa realidade.

Desta forma, esse conjunto de técnicas metodológicas se apresenta como instrumentos essenciais para esta pesquisa, visando responder o questionamento levantado na problematização e, simultaneamente, alcançar os objetivos elencados, além de proporcionar maior conhecimento e clareza na atuação dos dois circuitos da economia urbana, em caráter socioeconômico numa cidade pequena na Amazônia.

## **2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO, OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

Neste capítulo abordaremos primeiramente sobre o processo de urbanização no território brasileiro, discorrendo sobre o início desse processo, o impulso advindo da participação de atividades econômicas, o crescimento da terceirização, a inversão do lugar de moradia rural-urbano, também, do lugar de trabalho da população brasileira.

Posteriormente, traremos contextualizações sobre os programas de desenvolvimento regional que foram impostos à região amazônica, como o Programa de Integração Nacional – PIN, I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, entre outros. Esses programas foram base para a apropriação da região pelas grandes empresas, intensificam os fluxos migratórios de maneira arbitrária para atender as demandas do capital e alteraram as dinâmicas urbanas, sociais e econômicas da Amazônia.

Também, será abordado sobre a ocupação e formação das cidades, principalmente na Amazônia Oriental, com seus padrões de organização espacial dos centros urbanos na região. Ainda, também, tratando a Amazônia como a última grande fronteira da América Latina.

Por fim, versaremos sobre formação sócio-espacial e socioeconômica de Conceição do Araguaia, dentro de uma contextualização histórico-geográfica e regional, abordando sua fundação, os agentes de produção espacial, a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais, atividades econômicas e expansão da malha urbana.

### **2.1 O processo de urbanização: intensificando o turbilhão do setor terciário**

Antes de abordarmos sobre a cidade de Conceição do Araguaia - PA, área espacial de estudo desta pesquisa, cabe tratar sobre o processo de urbanização no território nacional, pois, nas condições brasileiras, urbanização, liga-se direta e indiretamente à amplificação da terceirização e expansão do consumo (SANTOS, 1993). No litoral brasileiro, encontra-se o ponto inicial da constituição das cidades e do processo de urbanização<sup>4</sup>, área com grandes formações urbanas. De acordo com Santos (1993), parte do território baiano junto à zona da

---

<sup>4</sup> Em alguns países do terceiro mundo a abordagem teórica da urbanização ainda é recente (SANTOS, 2008). Em países de 1ª e 2ª revolução industrial, o processo de urbanização iniciou no século XIX e foi impulsionado pelo êxodo rural, atraídos pelas vantagens econômicas (BERNARDI, 2009).

mata nordestina ensaiou um processo de urbanização, onde a cidade de Salvador (BA) comandou a primeira rede urbana antes de todo o resto do território.

Nos três primeiros séculos, pós-colonização, a urbanização acontecia de maneira vagarosa. Esse movimento, considerado lento, é evidenciado quando Santos (1993) expõe que nesses três primeiros séculos, somava-se, entre cidades e vilas, um quantitativo inferior a 100 desses núcleos. Desta maneira, a urbanização brasileira começa a se desenvolver no século XVIII, alcançando sua maturidade no século XIX e somente um século depois atinge as características que conhecemos (SANTOS, 1993).

Segundo Lucas Ribeiro da Silva (2021), no princípio as cidades continham funções econômicas específicas, sendo, majoritariamente, voltada à produção agropastoril, e continha uma baixa concentração populacional no interior do território brasileiro, situação que se diferenciava do litoral. Assim, a maturidade da urbanização vai ganhando maior densidade populacional no final do século XIX. Nesse período, o número de cidades com mais de 50 mil habitantes começa a crescer. Na tabela 1, destacam-se as cidades que possuíam uma população superior a 50 mil habitantes nos três últimos decênios do século XIX.

**Tabela 1** – Cidades com mais de 50.000 habitantes entre 1872 - 1890 - 1900

<b>Cidades / Ano</b>	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>
Rio de Janeiro	274.972	552.651	691.565
Salvador	129.109	174.412	205.813
Recife	116.671	111.556	113.106
Belém	61.997	50.064	96.560
São Paulo		64.934	239.820
Porto Alegre		52.421	73.674
Niterói			53.433
Manaus			50.300

**Fonte:** Santos (1993); Organizado pelo autor (2022).

No início desses três decênios, havia quatro cidades com mais de 50 mil habitantes, na década seguinte subiu para seis cidades, e no último decênio eram oito cidades, sendo duas localizadas na região nordeste, duas na região norte e quatro na região sudeste. Com isso, pode-se verificar maior crescimento dos núcleos urbanos na região sudeste e, conseqüentemente, da sua população. No último decênio do século XIX, a cidade do Rio de

Janeiro continha mais de meio milhão habitantes e somado com a população de São Paulo, detinham quase 1 milhão de habitantes no final desse mesmo século.

Santos (1993) aponta que entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, o índice populacional nas cidades era de 10,7% e em apenas 20 anos esse índice triplicou, alcançando 31,24%. Nessa época, o crescimento da População Economicamente Ativa – PEA acontece de forma inferior quando comparada a população ocupada em serviço, pois, enquanto a primeira chegou a pouco mais de 60%, a população ativa do setor terciário teve crescimento superior ao dobro desse percentual, atingindo aproximadamente 130%. Nos dias atuais, estamos diante do notável turbilhão demográfico e da terceirização (SANTOS, 1993).

Dentro do processo de urbanização, a participação das atividades econômicas se apresenta como fator muito importante, pois contribuíram para dar mais dinâmicas e impulso no processo da urbanização brasileira. A expansão de atividades econômicas voltadas para agricultura comercial e a exploração mineral, constituíam-se como base para além da criação de riqueza, como também para o povoamento, ampliando as relações e auxiliando no surgimento de cidades em diversas áreas do território nacional. Posteriormente, a mecanização da produção e do território, proporcionou nova lógica e impulso para o processo de urbanização (SANTOS, 1993). Contudo, a modernização acontece de maneira heterogênea no território.

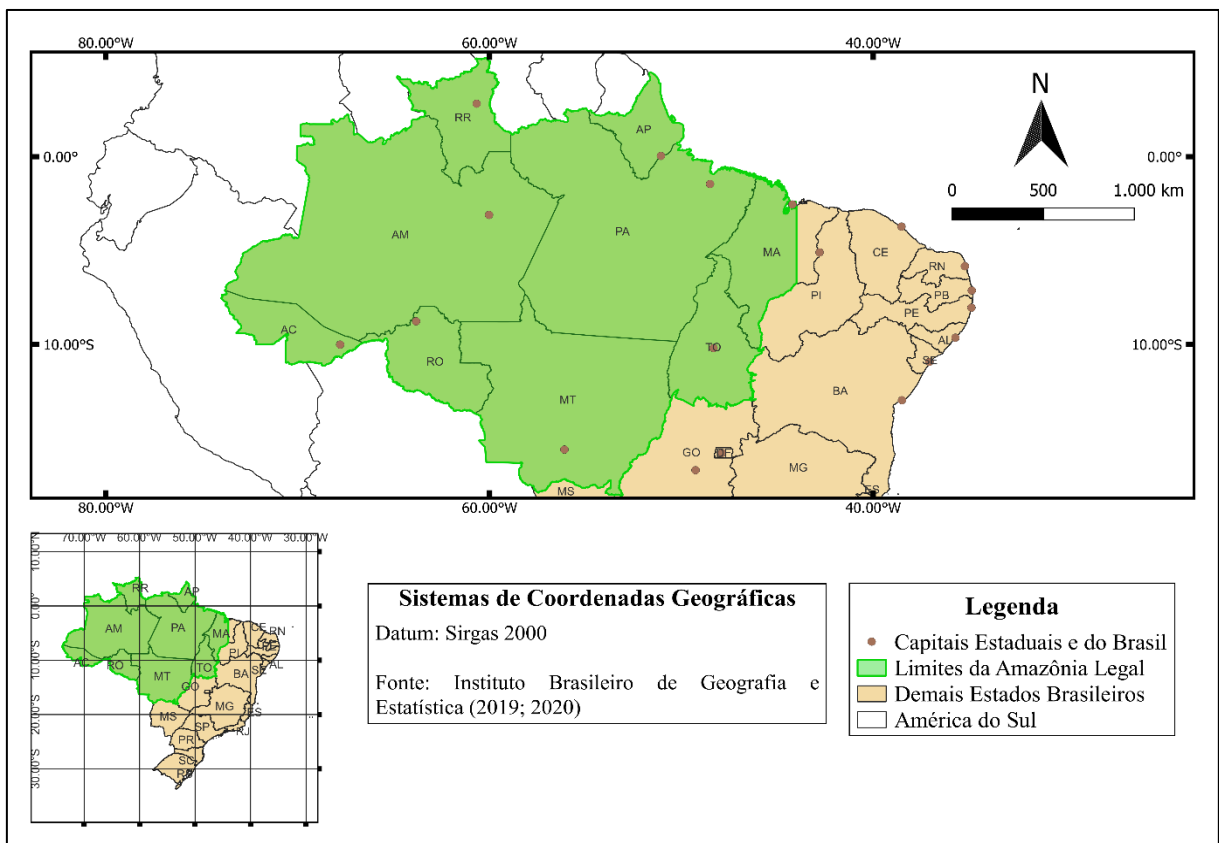
Impulsionado por esses processos, entre os anos de 1940 a 1980, o Brasil vai deixando de ser hegemonicamente rural (SILVA, 2021) e tornando-se mais urbano, possuindo um índice populacional superior a 68% em núcleos urbanos, assim, afirmando a inversão do lugar de residência da população brasileira (SANTOS, 1993). A inversão que ocorre no país, não traz apenas mudanças do lugar de residência da população, como também, alteram o lugar de trabalho e entre os setores de produção. “Em 1940, a massa da população ativa era composta em 85,5% por trabalhadores do setor primário [...]. Cerca de 700 mil trabalhadores foram incorporados ao setor terciário entre 1940 e 1960” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 215). De acordo com Roberto de Souza Santos (2019), a partir de 1930, com a redução hegemônica da oligarquia cafeeira, em âmbito político e econômico, faz com que no Brasil ocorra o fortalecimento para a sua inserção no sistema capitalista industrial.

Com isso, essa inversão que ocorre no país, deu-se em razão da inserção e difusão do meio técnico, científico e informacional, dentro do território, acarretando, também, em modificações intensas (SILVA, 2021). Esse meio é um meio geográfico e se faz imprescindível para as produções hegemônicas e suas realizações, afirma Santos (1993). “O

meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo” (SANTOS, 1993, p. 40).

Desta forma, procurando garantir o desenvolvimento do capitalismo industrial, o governo federal inicia o processo de divisão do território (SANTOS, 2019), orientados por conhecimentos geográficos oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma entidade implantada no final da década de 1930. Através desses conhecimentos, o governo federal passou instituir regionalizações (ver mapa 1), para além das cinco grandes regiões, por meio de decreto, como a Amazônia Legal.

**Mapa 1: Limite geográfico da Amazônia Legal**



**Fonte:** Organizado pelo autor (2022).

Como é possível observar, a área da Amazônia Legal abrange nove Estados<sup>5</sup> e detém uma grande área territorial, constituindo-se numa área maior que a metade do território brasileiro, alcançando cerca de 59%. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –

<sup>5</sup> Amazonas, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e parte do Maranhão.

IPEA (2002), a delimitação dessa regionalização ocorreu em 1953, devido carecer da necessidade do planejamento e desenvolvimento econômico regional. Neste mesmo ano, Segundo Carlos Renha (2017), constituiu-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA<sup>6</sup>, visando o desenvolvimento econômico e social da região. Com isso, então, na década de 1950 os fluxos migratórios aumentam e vão se intensificando nos decênios seguintes e grande parte desse movimento era composta, como asseguram Santos e Silveira (2006), por moradores rurais.

Tal momento caracterizava-se como consolidação do discurso do governo Vargas (ditador-presidente), das décadas de 1930 e 1950, do Estado keynesiano, e das teses supostamente nacionalistas, que possuía como política de Estado o impulso de fluxos migratórios para a região norte do país, frente ao lema “marcha para oeste”. Entretanto, é no final da década de 1960, no governo autoritário, que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia ganham força e são executados, sob o discurso da integração da região ao restante do país.

## **2.2 Os programas de desenvolvimento regional e os fluxos migratórios: a integração da região Amazônica**

A Amazônia foi palco de planejamento e execução de projetos geopolíticos, como o Programa de Integração Nacional – PIN, que possuía princípios como a integração nacional, segurança e desenvolvimento por meio de financiamento internacional, um plano de abertura econômica, a princípio, mascarado de ufanismo, mas no decorrer das efetivações dos projetos, o real objetivo vem à tona, a entrega da região ao capital, é o que Ariovaldo de Oliveira (1991) denominou de integrar para entregar.

Segundo Cleide dos Anjos (2020) e Oliveira (1991), o PIN foi um programa de caráter geopolítico criado pelo governo militar, por meio do decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970, pelo presidente Médici. A política de planejamento para o desenvolvimento territorial amazônico estava alicerçado nos princípios da integração, segurança e desenvolvimento, mas

---

<sup>6</sup> Sucédida na ditadura militar pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por meio da reestruturação dos órgãos de planejamento para atender a nova estratégia de desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 1991).

o que efetivamente ocorreu foi à apropriação do território por diversos atores políticos, como assevera Anjos (2020).

Todavia, o PIN não foi o único projeto do governo militar que constituiu o plano geopolítico e de desenvolvimento para a região. Com isso, ainda, podemos destacar o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND e II PND. Onde o I PND (1972-1974) constituiu-se no começo da política de expansão do capitalismo na região norte. Segundo Oliveira (1991, p. 89), o I PND possuía dupla finalidade: “abrir o acesso às riquezas naturais aos grandes grupos econômicos” e reorientar os fluxos migratórios, do sentido nordeste-sudeste para a direção nordeste-Amazônia.

Já o II PND (1975-1979), instituído no governo Ernesto Geisel, é considerado por Anjos (2020), como o programa que legitimou a colonização por parte dos grandes projetos. De acordo com oliveira (1991), o II PND não se utilizava mais da falsa máscara nacionalista, ele escancarou a economia e a Amazônia aos capitais estatal-nacional e estrangeiro. Com isso, fazendo parte do planejamento de “territorializar” os grandes monopólios, cria-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, visando a implantação de Complexos Minerometalúrgicos e empreendimentos de potencial hidroelétricos na Amazônia Oriental.

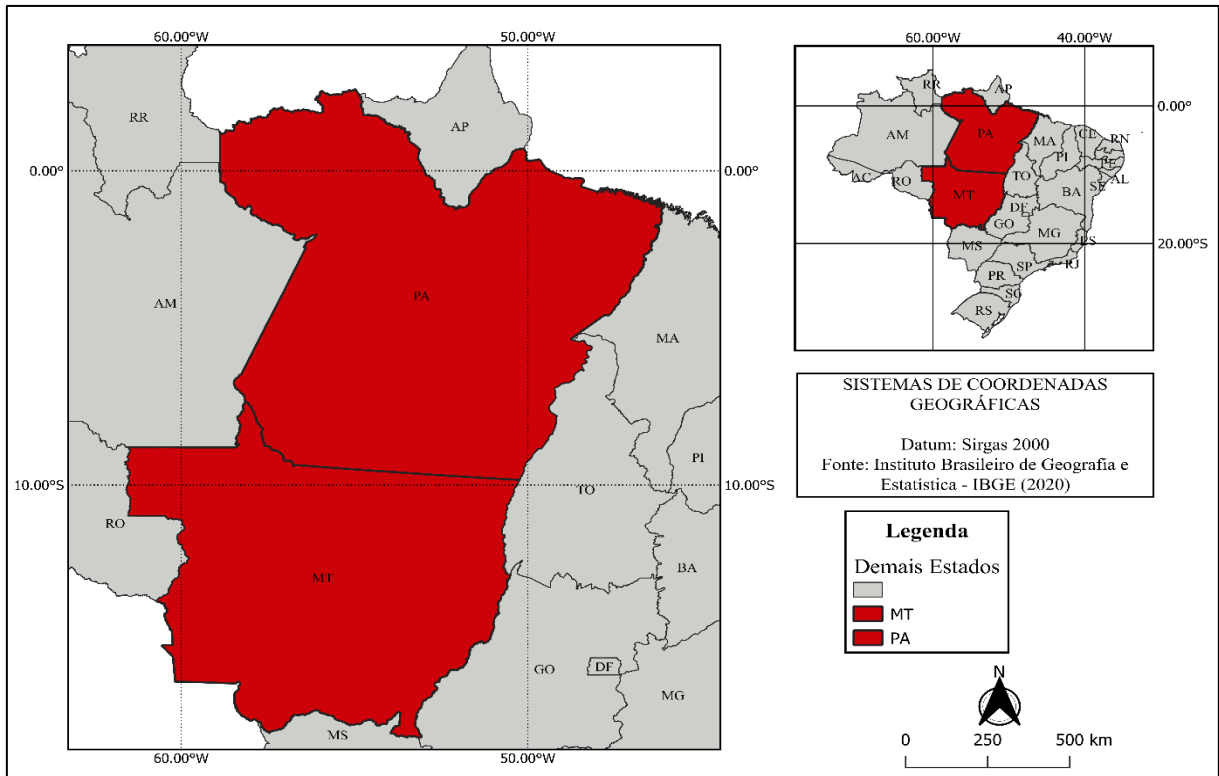
Para Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001), a ditadura militar, encarregou-se de criar condições para atrair os grandes capitais em meio a uma missão geopolítica. De acordo com Marília Brasil (1996), as políticas governamentais implantadas a partir da década de 1960 tinham por objetivo o desenvolvimento e o “povoamento” da região norte, promovendo a integração definitiva à economia nacional. A princípio, um dos objetivos do PIN foi deslocar a fronteira econômica, assim, criando condições para a incorporação à economia de mercado, por meio da integração e da estratégia de ocupação (ANJOS, 2020).

De tal modo, a partir da década de 1960, com auxílio dos programas de desenvolvimento regional impostos à Amazônia, acarretaram grandes impactos na dinâmica demográfica da região, provenientes dos fluxos migratórios, sendo, principalmente, de nordestinos, que representou percentual de 32,1% na década de 1970 (BRASIL, 1996). Segundo Flávia Cavalcante (2005), em meados da década de 1970, os movimentos migratórios para a região amazônica se intensificam com a instalação de empresas que obtinham garantias de inserção por meio de incentivos governamentais.

Entre as décadas de 1960 a 1980 consolidou-se como período de maior intensificação dos movimentos migratórios. Os Estados da região Centro-Norte brasileira obtiveram o maior crescimento populacional relativo para época (ver mapa 2). “Considerando o volume de

população urbana, o crescimento relativo entre 1960 e 1980 é maior no Centro-oeste e no Norte que nas outras três grandes regiões [...]” (SANTOS, 1993, p. 58).

**Mapa 2:** Estados da Amazônia Legal com maior crescimento populacional relativo entre 1960 - 1980



**Fonte:** Organizado pelo autor (2022).

Diante disso, tem-se o aumento demográfico e, conseqüentemente, da terceirização em Estados da região do Centro-Norte do Brasil, principalmente, no Pará e Mato Grosso. No entanto, o Pará se destaca como Estado que recebeu o maior contingente de fluxos migratórios interestaduais em 1970 (CAVALCANTE, 2005). Com isso, estamos tratando não apenas de urbanização ou fatores demográficos, mas também, da adaptação do espaço para a ampliação da modernidade e do capital. Segundo Santos (1993), na Região Norte e Centro-Oeste, em áreas pouco povoadas, a modernidade pós-segunda guerra, não encontrou obstáculos de heranças para sua implantação.

Dentro da lógica do capital, com a preparação do terreno nos moldes estrutural e do meio-técnico-científico-informacional, os fluxos migratórios operam para a disposição de



mão de obra<sup>7</sup> barata e, por meio dessa, a obtenção de mais-valia<sup>8</sup>. De acordo com Anjos (2020, p. 75537), “o processo de migração ocorrido no território amazônico não é um fenômeno natural”. Neste sentido, Anjos (2020) adverte:

No capitalismo, este fenômeno nunca é natural e sim promovido pelas forças do sistema capitalista, que cria demandas reprimidas a fim de fazer mover para onde for necessário, onde esta força de trabalho possa obter mais lucros. A dinâmica da mobilidade do capital fez do território amazônico a nova fronteira de expansão do capitalismo [...].

Assim, o fenômeno não natural, torna-se então, um fato histórico quando relacionado ao modo de produção capitalista, promovida pelo PIN, materializado na mobilidade da força de trabalho visando atender as necessidades do capital na Amazônia.

Desta forma, através dos programas de desenvolvimento regional ocorrem transformações e mudanças na região amazônica, na sua dinâmica urbana, social, ambiental e econômica. Tais alterações se evidenciam com implantação de novas vias de penetração, como as rodovias, ocasionando mudanças, em alguns municípios, nos meios de transporte populacional e escoação da produção, também altera a disposição dos municípios, que antes, a maioria, incidia às margens dos corpos hídricos da região.

As vias de penetração, principalmente, as rodovias, possuem fundamental papel integrador do fenômeno urbano e econômico da região amazônica. Para Thiago Oliveira Neto (2020), os transportes fluviais, rodoviários, ferroviários e aéreos formam o conjunto das redes, onde tais auxiliam diretamente nas dinâmicas urbanas e, contemporaneamente, da Amazônia. Logo, Neto (2020) enfatiza que com a construção e pavimentação das rodovias trouxe nova potencialização nos processos relacionados aos fluxos, na atuação empresarial e viagens de ônibus e caminhões. De acordo com Ana Cláudia Duarte Cardoso e José Júlio Ferreira Lima (2009), no caso de Marabá – PA, as redes fluviais e rodoviárias se sobrepuseram, onde há a compensação das desvantagens, por exemplo, com o fato das enchentes recorrentes. Assim, tal sobreposição fortaleceram as funções comerciais e administrativas.

Segundo Oliveira (1991), um ponto importante executado pelo PIN, caracteriza-se na abertura de rodovias<sup>9</sup> que ligam a região amazônica ao restante do país (Ver mapa 3), como a

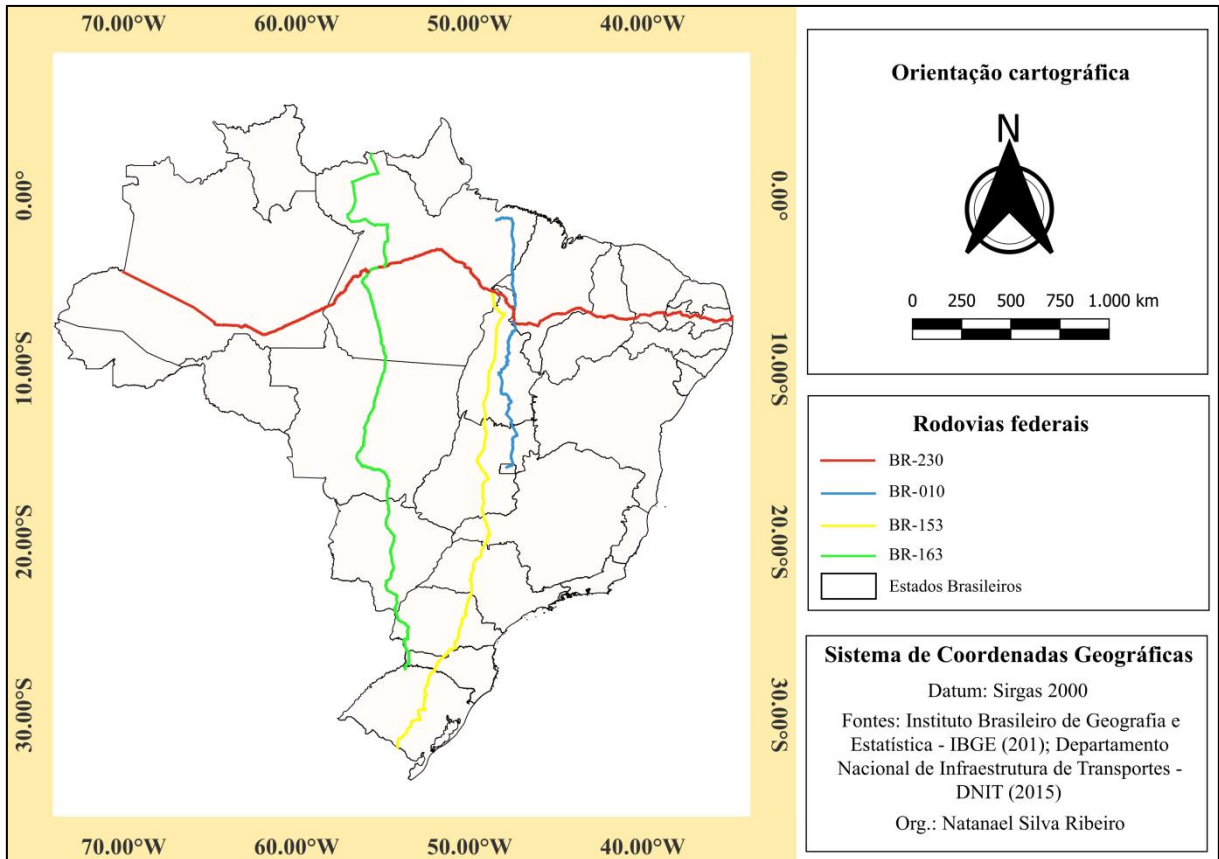
---

<sup>7</sup> No que se refere à expansão da mecanização e da pecuária, Landislau Dowbor (1986, p. 51 apud SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 213) define como “nomadismo profissional” o deslocamento de mão de obra.

<sup>8</sup> Segundo Santos (2000), a mais-valia é real e global, não é propriamente mensurável, devido está sempre em evolução.

Transamazônica (BR-230) – que liga o nordeste à Amazônia; a Belém-Brasília (BR-010), que liga o centro-sul à Amazônia Oriental; e a Cuiabá-Santarém (BR-163), que liga o Mato Grosso à rodovia Transamazônica e também ao porto de Santarém, no rio Amazonas.

**Mapa 3:** Importantes rodovias federais que ligam a Amazônia ao restante do Brasil



**Fonte:** Organizado pelo autor (2023).

Com a abertura da rodovia federal BR-230, que nasce no nordeste brasileiro e corta a Amazônia, cria-se a rota de migração nordeste-norte, consolidando-se como uma das finalidades do PIN de reorientar a direção dos fluxos migratórios, onde tal mobilidade populacional constituiu-se como mobilidade de força de trabalho, visando garantir a disposição de mão de obra a favor do capital e sua plena expansão. Por essa e outras razões, Oliveira (1991) assevera que o lema “integrar” significou abrir caminhos, criando condições para possibilitar a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais.

<sup>9</sup> De acordo com Anjos (2020) tratava-se de construir 15 mil quilômetros de rodovias nessa região; dos quais, 3.300 quilômetros pertenceriam à Transamazônica.

Desta forma, o processo de integração territorial, configura-se para além de uma ação geopolítica, consolida-se na adequação do território para expansão e exploração do capital, materializando-se desde a preparação do terreno e do espaço, à alta disposição de mão de obra, oriunda, principalmente, dos processos migratórios.

Desta maneira, podemos apontar o PIN como grande elemento impulsionador na criação de cidades e vilas, sob a égide do lema ideológico “homens sem terra para terras sem homens”, na região norte. Tal situação proporcionou significativa elevação no número de cidades, sobretudo, as cidades pequenas. Destarte, para o próximo tópico, realizaremos uma abordagem histórico-geográfica sobre a formação das cidades na Amazônia, principalmente, na Amazônia Oriental, direcionando-se mais especificamente para o Estado do Pará. Além de apontar os padrões de organização espacial amazônicos e as atividades econômicas, como elementos que se constituem num conjunto de fatores que possibilitaram alterações no modo de vida na região.

### **2.3 Amazônia Oriental: ocupação, fronteira e padrões de organização espacial**

Na perspectiva histórico-geográfica da constituição das cidades na região amazônica, inicialmente, decorre de uma estratégia de ocupação e defesa do território que se mostrava detentor de abundante riqueza. Com isso, posteriormente a primeira década do século XVII, segundo Tavares (2008), fundam-se diversas cidades: São Luís – MA (1615); Belém – PA (1616); Macapá – AP (1636) e; Manaus – AM (1665), em território que atualmente constitui a Amazônia Legal.

Segundo Tavares (2008), na região amazônica, a partir da ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, no período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), ocorre à fundação das cidades. No território paraense, seguidas da capital Belém, fundam-se a segunda vila: Cametá; em seguida, a Capitania do Cabo Norte, onde posteriormente se fundou a vila de Macapá; a terceira foi Gurupá; a quarta vila foi Bragança; e a quinta foi Salinas. Para esta última, sua origem remonta de um povoado que possuía como objetivo avisar aos navegantes sobre os perigos de navegação no local de acesso à Baía da Foz do Amazonas.

Para a época, fazendo parte da estratégia para assegurar posse do território, ocorre a criação dos fortes – pequenas fortificações<sup>10</sup>. De acordo com Porto-Gonçalves (2001), os fortes são as primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia e com isso, figura-se numa ocupação geopolítica do território, frente uma disputa de caráter colonial. Outra estratégia para garantir a posse do território se consolidou na criação dos Estados, unidades político-administrativas (TAVARES, 2008). Assim, a região vai se estruturando política, social e, também, economicamente.

A primeira grande atividade econômica da região amazônica girava em torno da extração da borracha. Segundo Otávio G. Velho (2009), desde o segundo decênio do século XIX se registra exportação da borracha amazônica. Contudo, somente na segunda metade do século que a atividade se torna bastante expressiva. Essa atividade econômica ocasionou diversas mudanças nos fluxos da Amazônia, em âmbitos populacionais e econômicos. O que consequentemente, possibilitou elevar o nível de importância da capital paraense na região, devido sua localização geográfica e com a construção de seu porto, que facilitava o escoamento da produção da borracha para a Europa e América do Norte.

Historicamente, em 1755, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, encarregado pelo governo colonial de realizar reformas, elaborou, dentre outras, o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e estimulou a agricultura de exportação (TAVARES, 2008). A criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará tornou o caráter mercantil da região amazônica mais evidente (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Entretanto, embora a atividade econômica da borracha na região tenha se constituído, aparentemente, como um período áureo, não enriqueceu a região e tampouco se torna suficiente para explicar a municipalização amazônica, e, sobretudo, no Estado paraense, pois a composição do processo possui um complexo conjunto de fatores. Segundo Tavares (2008), alguns desses fatores se exprimem na expansão das atividades econômica, pois motivaram a migração populacional para o território paraense. Desta maneira, dentre esses fatores, pode-se apontar a fronteira na região.

---

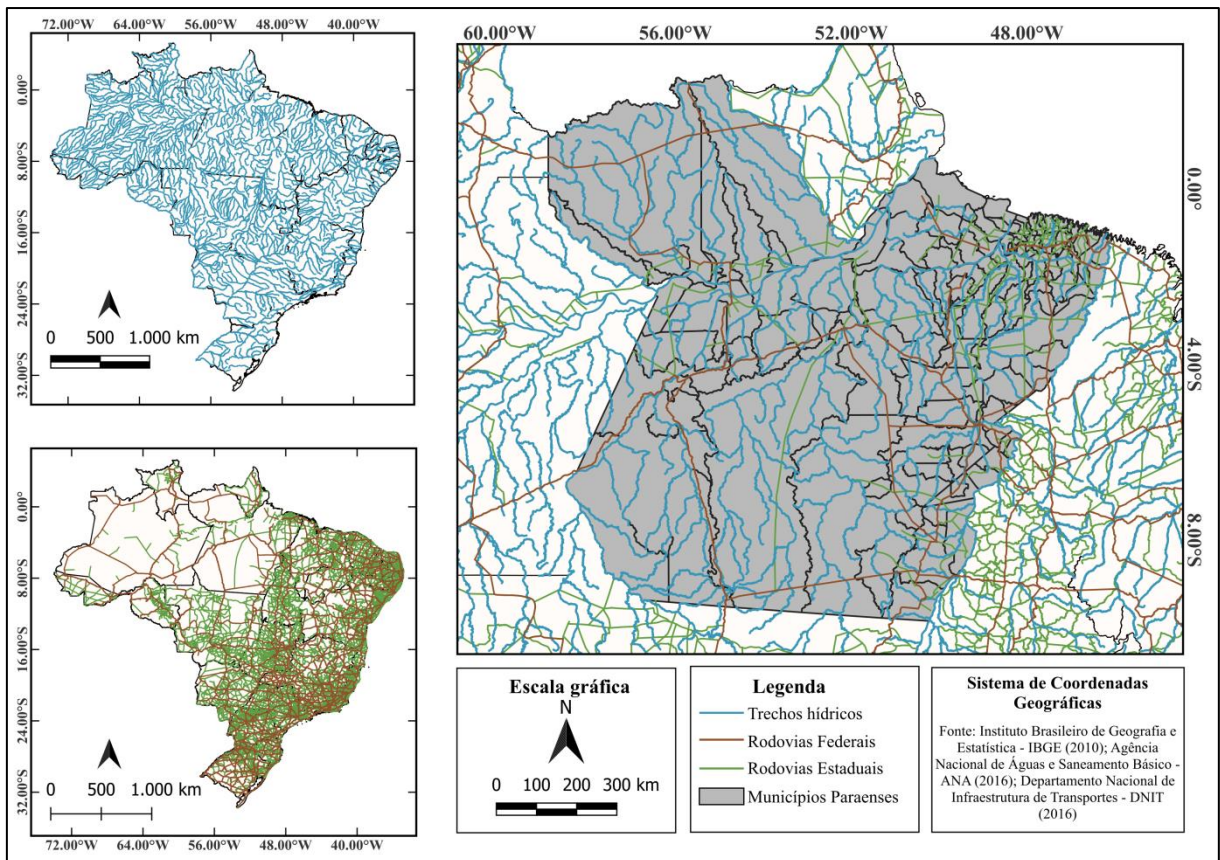
<sup>10</sup> O forte que foram erigidos pela política portuguesa que colonizava o território na época, como o Forte do Presépio, tornou-se a origem do núcleo urbano da cidade de Belém (REIS, Arthur, 1984 apud Tavares, 2008, p. 59). A Vila de Cameté (1633) foi a segunda vila fundada no Pará (TAVARES, 2008).

A Amazônia, de acordo com José de Souza Martins (2009, p. 157), é a última grande fronteira no continente latino americano. Desde tempos pretéritos a região amazônica vem sendo objeto de movimentos de penetração, concretizado na caça e escravização de indígenas, na procura e coleta das drogas do sertão e, posteriormente, do látex e da castanha. No modo de ver do autor, “a teoria da fronteira é [...], basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital”.

Os movimentos de penetração eram realizados, na região, por meio, principalmente, dos rios. Contemporaneamente, faz-se por meio das estradas e rodovias. Para o primeiro, na Amazônia Oriental, há dois grandes rios, Araguaia e Tocantins, que podem ser apontados como vias de transporte e, simultaneamente, penetração. Ligando-se, direta e indiretamente, a migração e a expansão das atividades econômicas. Por exemplo, Orlando Valverde e Catharina Dias (1967) apontam o rio Tocantins como grande eixo de penetração de povos do antigo norte goiano (atual Tocantins) e do oeste maranhense, também, no sentido norte-sul da Amazônia. Esses povos constituem duas correntes: pastoril e garimpeira; e os extrativistas.

Com a implantação de vias terrestres ocasionou no surgimento de povoados e vilas que posteriormente se tornaram cidades, como ocorreu no caso da linha de ferro Belém-Bragança (TAVARES, 2008), também, como no caso da BR-153, como aponta Roberto Santos e Marlucy Palmeira (2017), onde desde o início do seu processo de construção e pavimentação, ocorreram instalações de diversos estabelecimentos comerciais às suas margens, que possibilitou o surgimento de diversas cidades. A construção das vias terrestres apresenta-se como elemento importante na criação de municípios no Estado paraense no século XX, ainda, tornaram-se responsáveis por alterarem o padrão espacial de disposição dos municípios.

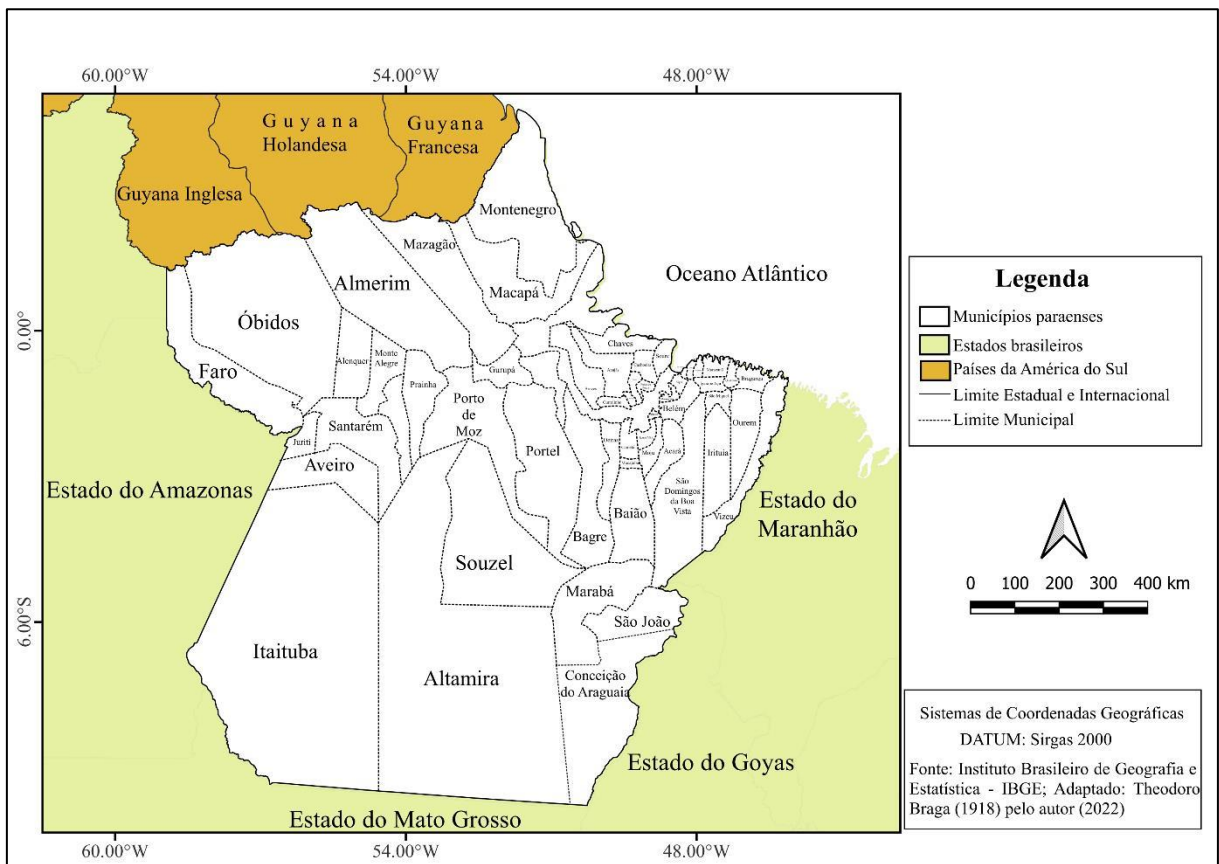
De acordo com Porto-Gonçalves (2001), na Amazônia é possível identificar dois padrões de organização espacial, que são, entre si, contraditórios. Sendo uma organização rio-várzea-floresta e outra estrada-terra firme-subsolo. Ou seja, esses padrões marcam a formação sócio-espacial da região amazônica, as articulações e transformações da organização espacial, social e econômica. Onde o primeiro padrão é marcado pela significativa disposição de corpos hídricos na região e o segundo pelas rodovias – demais vias de penetração. No mapa 4, a seguir, destacam-se a disposições dos corpos hídricos e rodovias no Estado Paraense.

**Mapa 4:** Disposição de corpos hídricos e rodovias no Pará

Esses padrões marcam um período de mudança, pois até a década de 1960 o primeiro padrão organizava a vida das populações amazônicas. No entanto, partindo de decisões e ações exógenas à região, alteram-se os padrões de organização espacial e também os interesses, deslocando-os para o subsolo e suas riquezas minerais. Resultante, propositalmente da ação política de integração do espaço amazônico ao resto do país.

Com a construção da Belém-Brasília, inicia-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia em busca de terras devolutas, sendo a mesma responsável pelo surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidade [...] (TAVARES, 2008, p. 71). O que provocou um surto de municipalização no Pará no período de 1980 a 1990. No mapa 5, pode-se observar a localização da área territorial dos municípios paraense no final do segundo decênio do século XX. Nesse período, o território do atual Estado do Amapá ainda integrava o território paraense. Posteriormente, na figura 1, observa-se a evolução da malha municipal no estado do Pará e do entorno, entre as décadas de 1960 a 2010.

**Mapa 5 – Distribuição municipal no Estado do Pará em 1918**

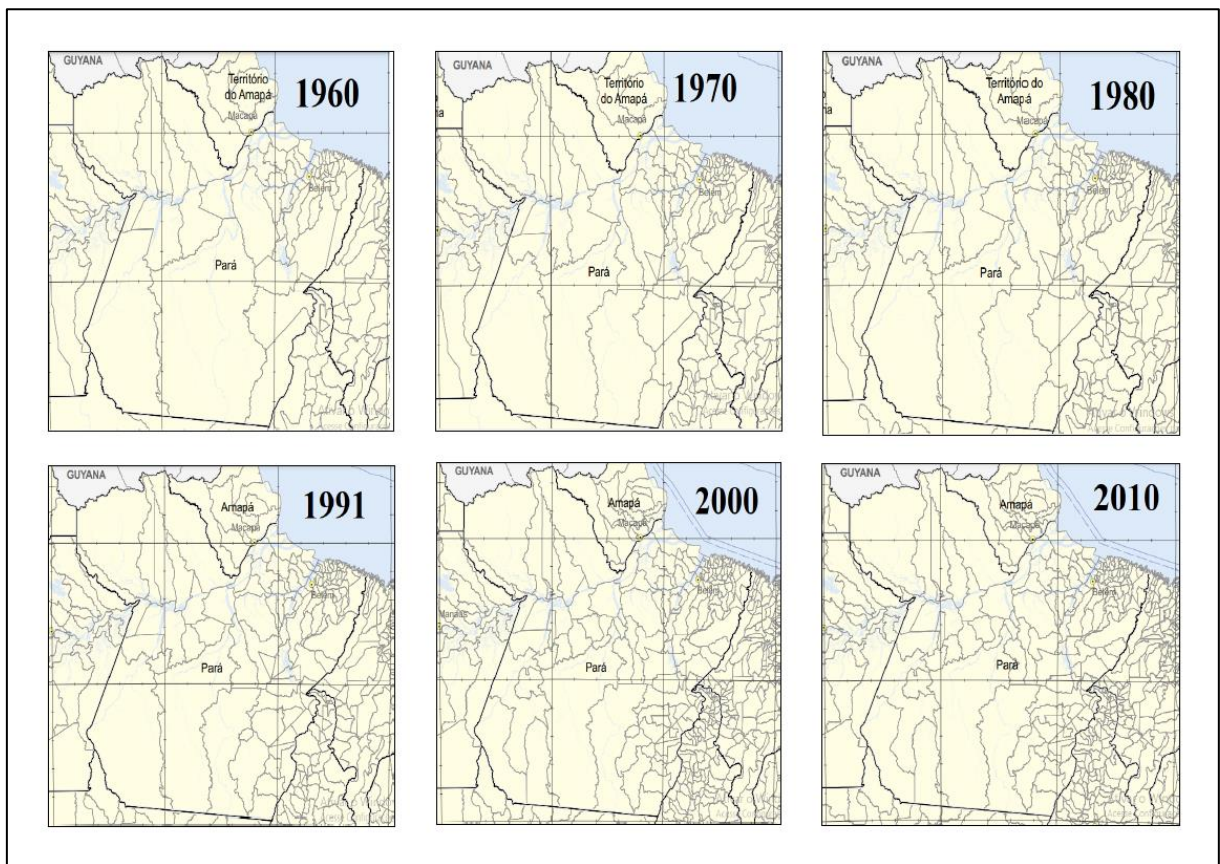


**Fonte:** Braga (1918) apud Tavares (2008), adaptado pelo autor (2022).

Segundo Valverde e Dias (1967), os núcleos urbanos que foram se formando à beira da BR não possuíam “nome especial”, esses eram designados pelo quilômetro da estrada onde se constituíam, por exemplo, km 14, km 28, km 48, etc. De acordo com Saint-Clair Trindade Jr (2013), o processo de urbanização iniciado na Amazônia, acarretou, conseqüentemente, um aumento significativo no número de trabalhadores, devido aos vários conflitos no campo e aos fluxos migratórios que se direcionavam para as vilas e cidades que estavam em processo de formação.



**Figura 1** – Evolução da malha urbana na Amazônia Oriental



Fonte: IBGE (2010); Organizado pelo autor (2023).

De maneira análoga ao que ocorre no Pará, ocorre também na porção oriental da Amazônia Legal. Segundo Santos e Palmeira (2017) visando verificar os impactos territoriais acarretados pelos projetos de desenvolvimento regional, identificou que por onde passa a rodovia Belém-Brasília, proporcionou o que eles chamam de fronteira urbanizada, condicionada pelo crescimento de áreas de assentamento, intensificado pelo movimento rural-urbano, com isso, aumentando o tamanho e complexidade, alcançando uma organização a ponto de resultar em novas municipalizações.

A modalidade de ocupação utilizada na região amazônica acarretou em severas reduções demográficas nas comunidades indígenas; desterritorialização de camponeses, expulsos para dar espaços aos grandes monopólios. Com isso, grande parte dos camponeses migrou para cidades da região e viver na miséria da subocupação e das favelas (MARTINS, 2009).

No princípio da formação das cidades no Estado do Pará, ocorreram algumas dificuldades no que se refere, principalmente, a delimitação dos municípios. Para Tavares



(2008), tais questões que implicavam em difíceis formas de resoluções, ligavam-se aos interesses fundiários e também à falta de recursos públicos para realizar as demarcações. Em alguns municípios paraenses a municipalização ocorre em decorrência de seu crescimento, advinda da economia da borracha e/ou, também, da castanha, são eles: São Geraldo do Araguaia, Altamira, Marabá e Conceição do Araguaia. De acordo com Velho (2009), os castanhais extremamente ricos estão nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, e se estendem até Conceição. Todos esses municípios estão localizados à margem de vias fluviais importantes para a circulação da produção e de pessoas.

As localizações das cidades às margens dos rios demonstra a importância que os corpos hídricos possuem na disposição espacial das cidades amazônicas. Segundo Jurandyr Pires Ferreira (1957), desde os tempos mais remotos o Pará exercia jurisdição sobre a margem esquerda do rio Araguaia, não sendo somente com a ocupação efetiva como também, por atos legislativos, administrativos e judiciários. Os rios na Amazônia possuem grande participação na formação das cidades, aldeamento e vilas (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Outra forma que apresenta atuação bastante importante na ocupação do território na região norte foi às missões religiosas. Segundo Tavares (2011), do extremo norte do Estado do Pará à Amazônia Ocidental ocorreram diversas demarcações para a ocupação territorial através das missões religiosas. Tal demarcação era regulamentada pela coroa objetivando evitar conflitos entre as ordens religiosas, que se dividiam em: franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercedários (TAVARES, 2011).

De tal modo, a situação do extremo norte se diferencia da região sul e sudeste do estado paraense, onde a ordem religiosa que mais atuou nessa região foram os dominicanos. Segundo Frei José Maria Audrin (1946), em seu apostolado sertanejo de 34 anos, que são desde os ensaios no entorno da velha capital Goiânia às regiões tocantinenses; excursões pelas margens, matas e pelos campos do Araguaia, possibilitou o acesso às aldeias e permitiu a travessia da floresta amazônica à procura do Xingú.

Assim, por meio das missões dominicanas, funda-se a Conceição do Araguaia, cidade delimitada para a realização desta pesquisa, dentro do recorte geográfico intraurbano; Desta forma, para o próximo tópico iremos abordar sobre seus aspectos históricos, organização espacial e socioeconômico.

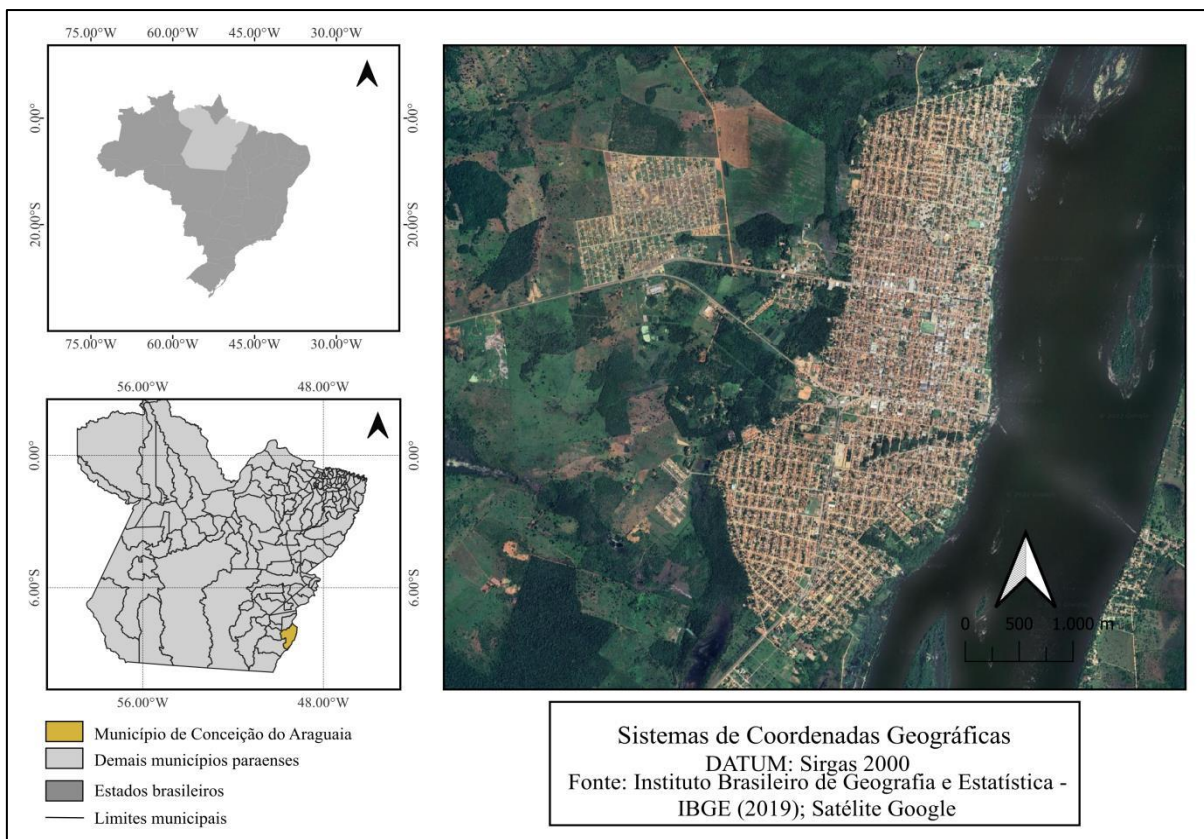
## 2.4 Conceição do Araguaia: cidade dos beiradeiros na Amazônia Oriental

Conceição do Araguaia é uma cidade beiradeira. O termo beiradeiro é bastante comum nessa região do estado, derivado de beira ou margem de rio, sendo utilizado, segundo Guerrero (2015), para denominar povos que vivem às margens de rio. O termo é utilizado, também, para nominar a orla do beiradeiro que dá acesso à praia das gaivotas, a principal praia da cidade. Beiradeiro é bastante comum também no nordeste brasileiro e torna-se marca identitária e representativa dos fluxos migratórios nordeste-Amazônia. Sendo uma cidade centenária, Conceição do Araguaia foi fundada por Frei<sup>11</sup> Gil de Vila Nova à margem oeste do Rio Araguaia em 14 de Abril de 1897, segundo Octávio Ianni (1979), através das navegações dominicanas em missões de catequização dos povos originários. Ou seja, assim como muitos municípios amazônidas, Conceição do Araguaia se constituiu no primeiro padrão de organização espacial na Amazônia, rio-várzea-floresta. Tavares (2008) aponta que Conceição do Araguaia foi o 58º município do Estado. O mapa 6 demonstra a localização de Conceição do Araguaia e a sua atual área territorial em âmbito estadual.

---

<sup>11</sup> Pertencente à ordem dominicana francesa de Toulouse (AUDRIN, 1946); (IANNI, 1979).

**Mapa 6 - Localização do município de Conceição do Araguaia – PA**



**Fonte:** Organizado pelo autor (2023).

Conceição do Araguaia fez parte do território de São João do Araguaia, igualmente a cidade de Marabá, como é exposto por Tavares (2008). Anteriormente à sua municipalização era tido como área de “freguesia do Araguaia<sup>12</sup>”, o rio era via de transporte de pessoas e produtos, ainda, era modo de vida e de sustento.

Notadamente, em tempo pretérito, a área territorial de Conceição do Araguaia era bem mais extensa. Observando a figura 1 na página 39, torna-se possível verificar que houve grande perda de território da década de 1960 aos dias atuais. De acordo com Ferreira (1957), o município de Conceição do Araguaia possuía área equivalente a 42.265 km<sup>2</sup>, com isso, tornava-se o 8º maior município do Estado em extensão territorial. Segundo IBGE (2021), atualmente o município detém uma área equivalente a 5.829 km<sup>2</sup>, ocupando o 46º lugar em extensão territorial no Estado e o 4º lugar, dentre oito cidades da região imediata<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Local de parada para os navegadores do Rio Araguaia.

<sup>13</sup> A região imediata de Redenção: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau-D’Arco, Redenção, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

A perda da área territorial se deu em função do surgimento de novos municípios, o que consequentemente acarretou no desmembramento de terra. Os municípios oriundos do desmembramento do território concepcionense, como expõe Tavares (2008) são: Santana do Araguaia (1961), Redenção (1982), Rio Maria (1982), Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993). Da maioria desses municípios, originam-se outros municípios.

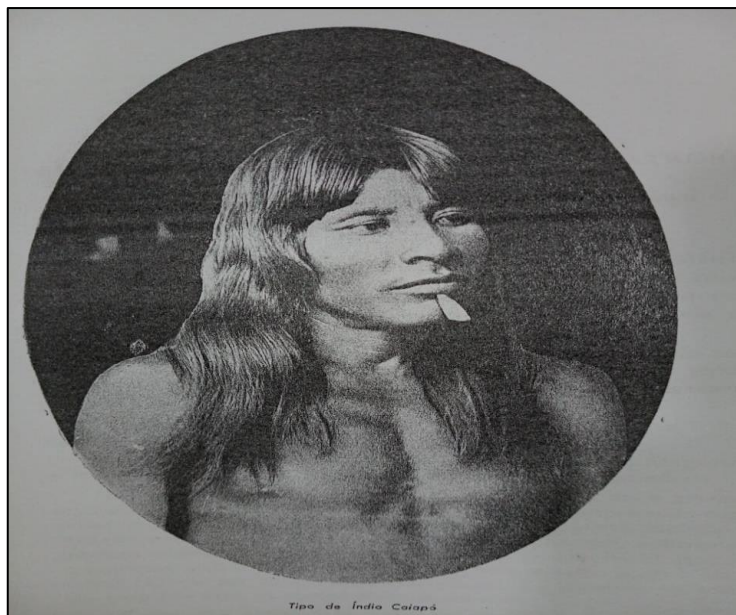
A princípio, a produção do espaço no município concepcionense é marcada pela catequização indígena, diante da missão dominicana, que de acordo com Ianni (1979) marca, além da constituição do município, o encontro de comunhão e antagonismo entre cristão e índios, repleta de confusão e violência. Na região, às margens do Araguaia habitavam os povos Karajá e mata adentro os Kayapó (IANNI, 1979). Na figura 2, tem-se o povo Karajá realizando a dança “Aruaná”. Na figura 3, a imagem de um índio Kayapó.

**Figura 2** – Índios Karajá da região do Araguaia



**Fonte:** Ferreira (1957)

Havia certo receio com os povos indígenas tradicionais da região, em especial os índios Kayapó, que eram reconhecidos como índios bravos (IANNI, 1979).

**Figura 3 – Índio Kayapó**

**Fonte:** Audrin (1946)

De acordo com Ianni (1979), Conceição do Araguaia foi fundada de maneira esgarçada, em meio ao desenvolvimento e polarização de bens materiais e espirituais. Através da persuasão, Frei Gil consegue fazer com que três chefes se reúnam numa só localidade. Daí, com a junção entre índios e cristãos, surge o núcleo inicial de Conceição. Frei Gil, também, atrai os sertanejos que residem nos barrancos dos rios Araguaia e Tocantins e após cinco anos da sua fundação, o arraial contava com mais de duas mil pessoas. Junto a esse núcleo inicial, simultaneamente, iniciam-se as roças e a criação de animais, formando uma economia extrativista e de subsistência. Ainda, inicia-se também algum comércio com a cidade de Belém.

As atividades econômicas voltadas ao extrativismo vegetal, também impulsionaram a produção do espaço conceicionense, onde Ferreira (1957) destaca a castanha do Pará como fonte principal, mas também, havia participação do coco babaçu e do extrativismo do caucho e da madeira. Segundo Valverde e Dias (1967, grifo dos autores), no final do século XIX, nas matas do *Sertão do Tocantins Paraense*<sup>14</sup>, descobriram grandes cauchais, donde se extraía borracha de boa qualidade, o que levou ao engano do enriquecimento fácil. Isso se espalhou

---

<sup>14</sup> Unidade geo-econômica composta por duas zonas fisiográficas: Itacaiunas e Planalto. Essas, por sua vez, são formadas, para a primeira, pelos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia. Na segunda estão, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia (VALVERDE e DIAS, 1967).

rapidamente entre goianos, maranhenses e paraenses. Entretanto, foi um ciclo efêmero, substituído pela castanha do Pará e, posteriormente, pela criação bovina e o garimpo. Contudo, diante de todo o rearranjo das atividades econômicas, Conceição exercia funções mais administrativas e a ação do seu comércio se fazia mais local (VALVERDE e DIAS, 1967).

A coleta do látex de seringueiras e cauchos, no final do século XIX, em Conceição do Araguaia acentuou significativamente o movimento dos moradores e migrantes, que foram se instalando e estendendo as atividades agrícolas, extrativistas e da pecuária para subsistência e para o comércio. Com isso, construíram-se ranchos, casas, taperas, igrejas, barracões, depósitos e centros, formando habitações aglutinadas e dispersas (IANNI, 1979).

Desta forma, a produção do espaço de Conceição do Araguaia teve participação de variada gama de agentes no decorrer do tempo, como os agentes sociais excluídos e o Estado (CORRÊA, 2004). Na figura 4, uma imagem ainda em preto e branco, onde podemos observar alguns moradores da cidade, ou os “sertanejos” como chamava Audrin (1946). A área onde se constituiu Conceição não era palmilhada apenas por índios, já havia pescadores, roceiros, caboclos, criadores de gado, viajantes, etc. (IANNI,1979). Com isso, o autor que enfatizar que a área não era mais uma natureza inocente.

**Figura 4** – Moradores locais



**Fonte:** Ferreira (1957)

A missão dominicana possui uma participação bastante significativa na produção espacial da cidade. Pode-se evidenciar parte dessa participação a partir de dois pontos, sendo

o primeiro consolidado com a construção da igreja e o segundo pelas homenagens aos domínicos, que dão nome a diversas ruas<sup>15</sup> e a dois bairros<sup>16</sup> da cidade.

Próximo à margem do rio Araguaia construiu-se a igreja matriz. A igreja<sup>17</sup> assume papel importante na organização do espaço, constituindo-se como um dos primeiros agentes formais da produção espacial da cidade araguaiana em questão. Desta forma, comércios e residências foram construídos nos arredores da igreja e às margens do Rio Araguaia. O que posteriormente vai se alterando com a participação do Estado como agente de “concentração e dispersão” (CORREA, 2016). Segundo Thiago Silva da Cruz (2014), a igreja exerceu significativo papel<sup>18</sup> para formação e consolidação do espaço urbano. Na figura 5, vemos a igreja erigida em meados do século XX.

---

<sup>15</sup> Alguns exemplos são: Rua Dom Domingos Carrerot, Dom Sebastião Tomas, Frei André Blatge e Frei José Audrin.

<sup>16</sup> Um dos bairros recebe o nome de Vila Nova, o sobrenome do fundador da cidade, Frei Gil. Outro bairro não está ligado ao nome dos domínicos, mas a uma de suas ações. A Vila Cruzeiro, bairro onde Frei Gil enfincou uma cruz de madeira e disse que, futuramente, naquela localidade seria o centro da cidade.

<sup>17</sup> Deixamos claro que apontamos a atuação da igreja para destacar a sua importante participação no processo de produção do espaço da cidade, não engrandecer ou denegrir a sua imagem.

<sup>18</sup> Na região amazônica, o efetivo demográfico era reduzido para dar continuidade a prática de exploração. “[...] ainda, ao caráter disperso do povoamento indígena ao longo dos rios, os colonizadores portugueses vincularam a igreja à sua política de domínio territorial”, conquistando a alma dos indígenas por meio da catequização e, simultaneamente, garantindo territórios aos portugueses (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 80).



**Figura 5** – A igreja Nossa Senhora da Conceição no século XX<sup>19</sup>



**Fonte:** Ferreira (1957)

Na figura 6 a igreja na contemporaneidade. Fotografia tirada a partir da praça de Matriz, localizada entre a igreja e a orla do beiradeiro.

**Figura 6** – A igreja Nossa Senhora da Conceição no século XXI



**Fonte:** Trabalho de campo (2023)

---

<sup>19</sup> Segundo Cruz (2014, p. 132), ao pisar no solo onde se constitui o município de Conceição do Araguaia, Frei Gil de Vila Nova proferiu as seguintes palavras: “aqui vamos plantar a Cidade da Virgem Imaculada Conceição!”.



A igreja se consolidava como centro, apresentava-se como instrumento de atração, ou como é denominado por Corrêa (2016), instrumento de concentração, e no seu entorno imediato, constrói-se diversas habitações, ruas, comércios e os bairros, como o bairro do Canudinho constituído ao norte da igreja. Na figura 7, ver-se uma parte do bairro do canudinho na década de 1960, seus moradores e habitações.

**Figura 7** – Bairro do Canudinho na década de 1960



**Fonte:** Espaço Memória (1960).

À frente da igreja, no sentido norte-sul, seguindo o curso hídrico do rio Araguaia, constitui uma das primeiras ruas, a atual Rua Couto Magalhães, aonde vai se formando as aglomerações dos primeiros estabelecimentos comerciais, como as mercearias e os bares. Até meados dos anos de 1960 a cidade vivenciava um ritmo com grande influência derivada do rio, relacionada à sobrevivência, não-capitalista e capitalista, com a pesca, as atividades econômicas e a escoação da produção. Tal situação é destacada por Ianni (1979, p. 51) enfatizando que o rio Araguaia “[...] definia o ritmo e o andamento das comunicações e transações [...]” entre Conceição e Belém.

A partir da segunda metade do século XX, seguindo o plano de integração da região com o restante do território brasileiro, com a construção de mais vias de penetração, as rodovias passam empenhar maior influência na dinâmica da cidade, como a rodovia PA-447, proporcionou novo impulso a sua expansão urbana. Ou seja, a criação das estradas dentro do território concepcionense contribuiu para o crescimento da malha urbana, fazendo com que

houvesse um deslocamento da população da beira rio para a beira da estrada, ainda contribuindo significativamente no fluxo migratório e resultando no aumento do conteúdo urbano, reorganizando o espaço e acarretando no surgimento de nova(s) centralidade(s).

A implantação e articulação das redes rodoviárias possui participação significativa nos processos de urbanização das cidades amazônicas, assim, como anteriormente, as redes fluviais tiveram. Segundo Ana Alvim; Kelly Bessa; Guilherme Ferreira (2019), no caso do Estado do Tocantins, a influência da rodovia BR-153, fez-se bastante positivas para cidades situadas à margem esquerda do rio Tocantins, lado onde a rodovia foi construída, positiva no âmbito dos fluxos migratórios e na reorganização urbana, diferente das cidades da margem direita, que tiveram influência negativa, ocorrendo redução desses fluxos e processos. Para Valverde e Dias (1967) não foram somente às cidades à margem direita do rio Tocantins que foram impactadas pela construção da rodovia BR-153. Os autores ressaltam:

Não apenas as cidades localizadas na margem direita do Tocantins e que não tem acesso à Belém-Brasília, foram atingidas pelo desaparecimento da navegação regular do Tocantins. As áreas rurais, de estruturas arcaicas, transformaram-se em regiões de êxodo; a população rural, sem terras, sem perspectivas de melhores dias, migra em direção às áreas servidas pela rodovia ou para a bacia do médio Araguaia (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 270).

Tal apontamento enfatiza as alterações das dinâmicas urbanas e demográficas da região, entretanto, pode-se ponderar que não houve apenas benefícios com a construção dessas rodovias, logo, deve-se considerar os conflitos e grilagem de terra ao longo das BR's, evento que ocorre até os dias atuais no território brasileiro, na região amazônica. E de maneira não evidente, porém, presente, a vertente econômica é intrínseca. Segundo Valverde e Dias (1967), a seção mais meridional da Belém-Brasília corresponde ao sudeste paraense, ocupada por posseiros do maranhão e de outras regiões do Pará, esses sendo mais pobres que a população da franja pioneira<sup>20</sup> da região norte-nordeste da rodovia. Na perspectiva da produção agrícola no cerrado tocantinense, a BR-153 além de ampliar o acesso da região central, tornou-se a principal via de escoamento da produção (SANTOS e PALMEIRA, 2017).

---

<sup>20</sup> A franja pioneira no Estado paraense pode ser dividida em duas partes: a agrícola, localizada mais ao norte, e a agropastoril, localizada mais ao sul (VALVERDE e DIAS, 1967).

Assim, visando demonstrar parte dessas dinâmicas, direcionando-se especificamente a demográfica, na tabela 2, trará os dados populacionais quantitativos de Conceição do Araguaia no período de 1950 a 2010.

**Tabela 2** – População concepcionense no período de 1950 a 2010

<b>Períodos</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Pop. urbana</b>	1.681	2.887	6.637	33.189	29.851	29.370	32.464
<b>Pop. rural</b>	4.641	8.564	22.316	78.143	25.049	14.016	13.093
<b>Pop. total</b>	6.322	11.451	28.953	111.332	54.900	43.386	45.557

Fonte: IBGE; Organizado pelo autor (2023).

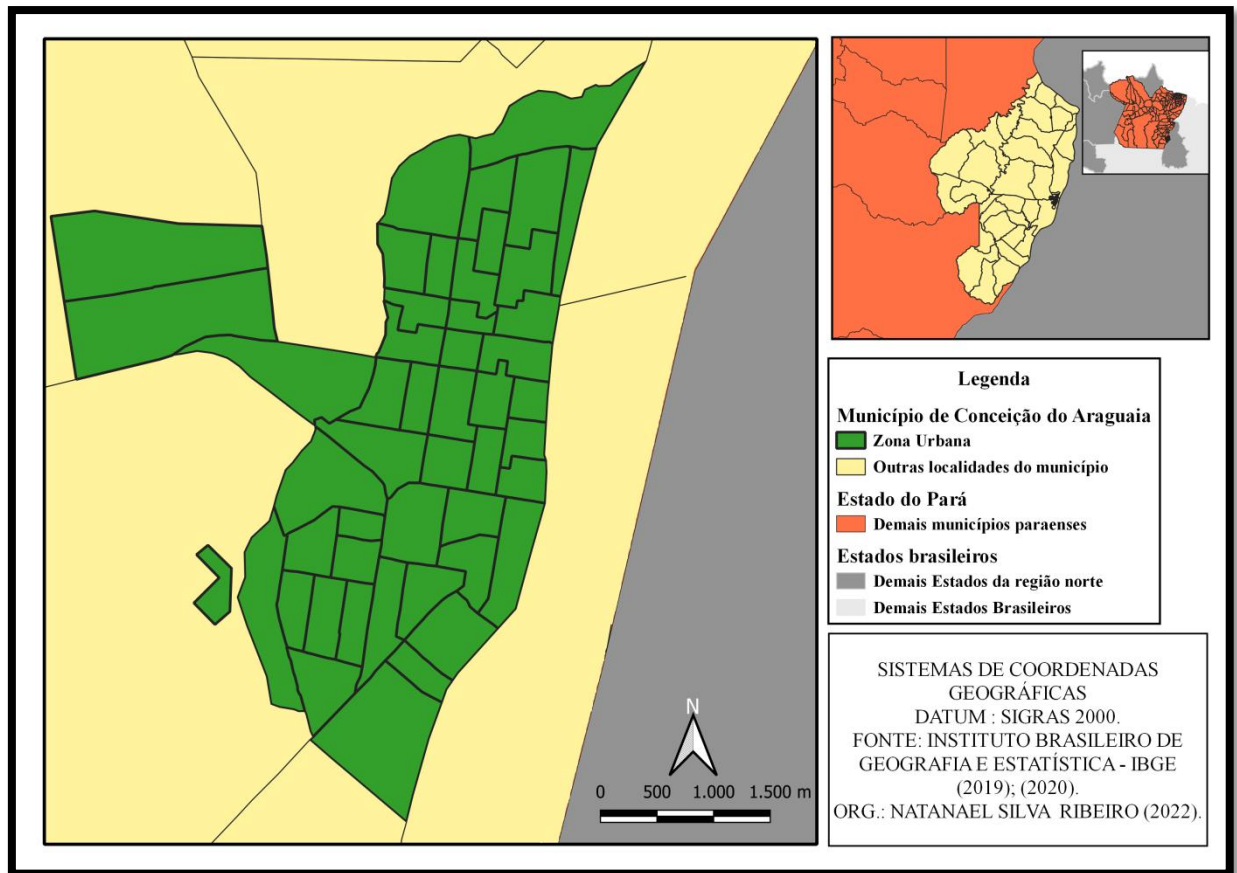
Na tabela 2, torna-se possível observar que da década de 1950 até 1980 a população concepcionense se constituía em sua maioria de moradores rurais. Dentro desse período, a população rural se mantinha maior que a população urbana, em percentuais acima do dobro. O cenário se modifica somente na década de 1990, onde a população urbana ultrapassa a população rural e vem se mantendo dessa forma pelos decênios subsequentes. Comparando o quantitativo populacional a partir de seus extremos, pode-se assegurar que da década de 1950 a década de 2010, a população obteve um crescimento maior que 720%. De acordo com último censo do IBGE (2010), a população residente na zona urbana, equivale a uma porcentagem pouco maior que 71% da população total, com uma média de 3,53 moradores por domicílio particular.

Destarte, no mapa 5, destaca-se em verde escuro a área de maior densidade habitacional na cidade de Conceição do Araguaia no início do século XXI. Segundo Ianni (1979), com os rearranjos das atividades econômicas e a formação da economia camponesa, alteram-se os relacionamentos do município com outros centros econômicos, com isso, abriu-se uma estrada ligando Conceição à Belém-Brasília. Contemporaneamente, na cidade concepcionense confluem três rodovias<sup>21</sup>, PA-287, PA-449 e PA 447, que garantem meios para o escoamento das produções e transporte de mercadorias e pessoas.

---

<sup>21</sup> A PA-287 interliga Conceição à Redenção; a PA-449, Conceição-Floresta do Araguaia e; a PA-447 segue em orientação ao sul da cidade, que leva, entre outras localidades, ao aeroporto e possui conexão para o Estado do Tocantins, no sentido, também, da BR-153.

**Mapa 7** – Área com maior densidade habitacional em Conceição do Araguaia – PA



**Fonte:** Organizado pelo autor (2022).

A partir dessa abordagem, pode-se perceber que Conceição do Araguaia recebeu bastante influência da igreja dominicana e do Estado como agentes de produção espacial. Através das missões evangelização dos indígenas e dos programas de desenvolvimentos regionais, com a abertura das rodovias, que impactou a Amazônia como um todo, alterando o padrão de disposição das cidades, os fatores demográficos, sociais e econômicos. Ainda, também, teve a participação dos agentes sociais excluídos: os camponeses, pescadores e indígenas.

#### 2.4.1 Campesinato de subsistência: conformação econômica-social

Na contextualização realizada no tópico anterior, apontou-se que durante longo período do século XX a população de Conceição do Araguaia era formada em sua maioria por moradores rurais. Cenário este que perdurou até a década de 1990. Com isso, torna-se viável realizar uma abordagem, de forma breve, sobre a relação camponesa no contexto social e econômico da cidade araguaiana em tela.

A cidade teve como ramo principal o extrativismo do látex por aproximadamente 15 anos, devido à atividade econômica da borracha ter entrado em crise no ano de 1912. Segundo Ianni (1979), a partir desse ano, ocorre o rearranjo das atividades econômicas e, simultaneamente, a formação da economia camponesa. Posteriormente, predominou o campesinato de autoconsumo constituído por famílias de posseiros ou ex-seringueiros. Essa última foi abrangente até 1960, assegura autor. Pois, nesse período se inicia mudanças no relacionamento com outros municípios. Assim, para esse autor, tais pontos evidenciam três épocas da história social de Conceição do Araguaia.

No período de 1912-1960, Ianni (1979) destaca dois pontos característicos da economia e sociedade concepcionense: o campesinato e o rio Araguaia. Nessa época havia uma economia extrativista diversificada, combinada com agricultura e pecuária. Havia também a caça e a pesca. A produção econômica visava atender às necessidades da população: caboclos, sitiantes, fazendeiros, funcionários, religiosos etc. tanto no campo como na cidade. O excedente era direcionado ao intercâmbio com Belém, que por sua vez, disponibilizava ferramentas, utensílios, medicamentos, armas e outras mercadorias.

Valverde e Dias (1967) observaram que no *Sertão do Tocantins Paraense*, no sudeste paraense, as casas construídas eram baixas e pequenas, com telhado de duas águas, parede de sopapo e chão de terra batida; as roças predominavam a ocupação de terra; havia pequenas casas de farinha (ver figura 8); a agricultura possuía caráter de subsistência.

**Figura 8** – Habitação e casa de farinha



**Fonte:** Valverde e Dias (1967).

Ianni (1979) ratifica esse caráter de subsistência, enfatizando que Conceição possuía uma fisionomia peculiar em sua produção, determinada pela subsistência. O que ele chamou de conformação econômica-social. Essa conformação econômica-social era dinâmica, modificou-se em diversos aspectos quando estava, aparentemente, em estagnação ou decadência. Visava atender primeiramente as necessidades da família e agregados e posteriormente, a econômica mercantil.

Em relação à economia de subsistência, de acordo com Martins (2009, p. 158), “[...] a frente de expansão está mais próxima da economia mercantil simples do que da economia capitalista e, ao mesmo tempo, está próxima da mera economia de subsistência”. Na economia de subsistência, sabe-se que está vendendo o que originalmente era para a subsistência. Assim, diferencia-se do pequeno agricultor capitalista, que em meio à produção não sabe e não pode distinguir o que constitui seus meios de vida e o excedente apropriado pelo capital.

Entretanto, para a formação da roça de subsistência e o quantitativo de excedente, Martins (2009) destaca que há pontos e fatores muito importantes. A produção do tamanho da roça de subsistência possui dois pontos relevantes: disponibilidade de força de trabalho familiar ou da possibilidade de terceirização. Já o excedente depende de vários fatores, onde em seus extremos se tem, também, o número de braços na família e do outro a fertilidade do terreno. Entre esses extremos há diversos outros fatores.

Contudo, o campesinato de subsistência prosseguiu durante o período 1912-1960, produzindo diversos tipos de alimentos e produtos, como: arroz, milho, feijão, café, fumo, cana-de-açúcar e mandioca. Na época havia também a criação de animais, como: bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equinos. Moradores residentes nas vilas no entorno de Conceição do Araguaia, eram criadores de gado, e na busca por terra na região – nas matas, campos e próximos aos afluentes do Araguaia – afirmam que próximo ao rio Araguaia se encontrava os melhores campos (IANNI, 1979).

Segundo Martins (2009), em diversos pontos do rio Araguaia era possível encontrar, em um raio de até 800 quilômetros, movimentos migratórios messiânico-milenaristas inspirados nas profecias de padre Cícero sobre um lugar mítico, de águas abundantes e terras livres na travessia do rio. Em 1960 existiam cerca de 982 estabelecimentos rurais em Conceição. Desses, 962 eram ocupados por posseiros e sitiantes (IANNI, 1979).

Porém, é a partir de 1960 que o cenário do campesinato começa mudar em Conceição do Araguaia. De acordo com Ianni (1979), a partir daí se inicia a terceira época da história social concepcionense, com a atuação da SUDAM nesse período a empresa rural passa a

predominar na região, e ao mesmo tempo em que se formava a empresa agropecuária o campesinato se decompunha. Assim, começava o proletariado rural ali. Iniciava-se o que esse autor denominou de a grande expansão da agropecuária na cidade araguaiana. Ocorrido por meio da consolidação das rodovias, que permitiu fluxos contínuos com outros centros econômicos, a inserção de variados meios de transportes e maquinários, como o trator; e a atuação do rádio, que combinados ditaram “[...] novo ritmo e andamento às relações sociais”. Isso dinamizou “as forças produtivas e as relações de produção” (IANNI, 1979, p. 66).

Assim, voltamos novamente a citar a fronteira, no âmbito da frente pioneira, em que Martins (2009, p. 135-136) diz que “[...] a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre os territórios novos [...] é também a situação espacial e social que convida e induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”.

#### 2.4.2 O panorama regional e socioeconômico concepcionense no século XXI

No o início do século XXI, Santos e Silveira (2006) elencam apontamentos que enquadram Conceição do Araguaia a um conjunto de cidades como centro de retaguarda, diante a expansão de frentes pioneiras. De acordo com as informações do REGIC – Região de Influência das Cidades, do IBGE (2020), Conceição é classificada na hierarquia urbana<sup>22</sup> como “Centro de Zona”, dentre cinco níveis hierárquico<sup>23</sup>, esta categoria fica acima apenas dos centros locais.

Conceição do Araguaia compõe a região geográfica intermediária de Redenção. Anteriormente, essa região constituía parte da antiga mesorregião sudeste paraense (ver mapa 6). Segundo Erisvaldo Alves e Nilton de Oliveira (2020), o IBGE realizou em 2017 uma revisão da divisão regional do Brasil, onde, a mesorregião sudeste paraense se divide em duas regiões intermediárias, sendo: Região Geográfica Intermediária de Marabá e Região Geográfica Intermediária de Redenção. Juntas essas duas regiões totalizam 38 municípios<sup>24</sup>.

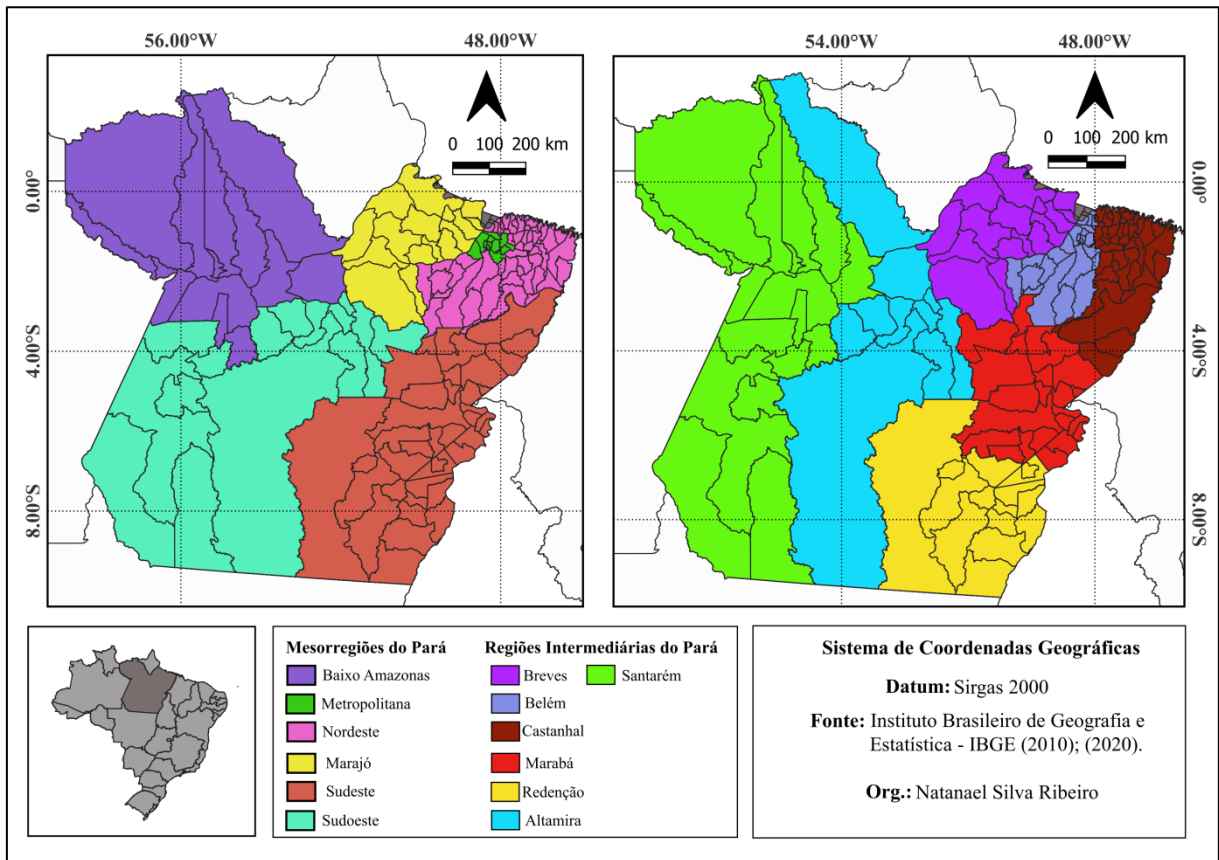
---

<sup>22</sup> De acordo com o IBGE, a hierarquia urbana indica a centralidade da cidade, relacionando força de atração sob a população de outros centros urbanos, na busca de bens e serviços.

<sup>23</sup> Divisão dos níveis hierárquicos: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centro Sub-Regionais, Centro de Zona e Centros Locais.

<sup>24</sup> Abel Figueiredo, Tucumã, Tucuruí, Água Azul do Norte, Xinguara, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Baião, Bannach, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas, Pau D’Arco, Piçarra, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia,

**Mapa 8 – Mesorregiões e Regiões Intermediárias Paraenses**



**Fonte:** Organizado pelo autor (2023).

As regiões intermediárias de Redenção e Marabá possuem a segunda maior participação relativa no Produto Interno Bruto – PIB do Estado. Segundo Valdeci Monteiro dos Santos (2017), a antiga mesorregião do sudeste corresponde a uma área territorial maior que o Estado de São Paulo e chama atenção pelo dinamismo econômico. Uma região responsável por possuir um PIB relativamente importante para o Estado do Pará. De acordo com Santos (2017), em 2014 a contribuição para o PIB Estadual, foi superior a 40% e em âmbito nacional alcançou 0,9%.

O desempenho do município de Conceição do Araguaia no PIB Per Capita do Estado (ver quadro 1), demonstra uma participação intermediária. Para evidenciar tal participação, elaboramos um quadro com os valores do PIB per capita do município nos anos de 2010,

---

Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Goianésia do Pará, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Itupiranga, Sapucaia, Jacundá e Marabá.



2015 e 2019, utilizando os dados do IBGE, e a partir disso, indicaremos também a posição que o município ocupou em cada ano, dentre os 144 municípios do Estado.

**Quadro 1** – Desempenho de Conceição do Araguaia no PIB Per Capita no Estado

Ano	Valor do PIB (R\$)	Posição no Estado
2010	6.567,85	51°
2015	11.227,05	48°
2019	11.471,63	60°

Fonte: IBGE (2010); Organizado pelo autor (2022).

De 2010 a 2015 o crescimento do valor do PIB Per Capita foi bastante significativo, representando um aumento percentual superior a 70%. Já de 2015 a 2019 houve quase que uma estagnação relacionada aos valores, com um crescimento percentual pouco maior que 2%. Nas atividades econômicas do município, também, pode-se observar o crescimento de alguns setores e redução em outros, no mesmo período de 2010, 2015 e 2019. A tabela 3 traz os valores de cada atividade, possibilitando observar o aumento e a redução dos valores por setor e por ano.

**Tabela 3** – Valores a preços correntes das atividades econômicas de Conceição do Araguaia – PA

SETORES ECONÔMICOS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R\$)		
	2010	2015	2019
AGROPECUÁRIA	41.559	81.741,52	77.637,73
INDÚSTRIA	51.222	64.857,10	32.247,19
SERVIÇOS - ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	104.592	189.990,80	210.014,87
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	78.498	140.584,79	186.498,09

Fonte: IBGE (2010); Organizado pelo autor (2022).

Observando o quadro acima, identifica-se que os setores econômicos da agropecuária e da indústria tiveram um crescimento do valor entre 2010 a 2015, alcançando aumento percentual de aproximadamente 96% e 26%, respectivamente. Já de 2015 a 2019 houve uma redução, em ambos os setores, sendo de aproximadamente 5% para a agropecuária e de 50% para a indústria. Uma grande queda para a indústria. Os setores de serviços e da administração pública mantiveram-se gradualmente em crescimento, não ocorrendo nenhuma redução nos anos em questão. Entre 2010 a 2015 o crescimento dos valores para esses setores se mantiveram acima dos 75%. Já de 2015 a 2019 o crescimento foi superior a 10% para o setor de serviços e mais de 30% para a administração pública.

Para o momento, esse cenário de atividades econômicas da cidade concepcionense se distingue das grandes atividades que possuem maiores contribuições para o PIB da antiga mesorregião sudeste, e também, para o Estado do Pará. De acordo com Santos (2017), as atividades econômicas contemporâneas que refletem no dinamismo econômico, urbano e populacional na região sudeste, estão ligadas, principalmente, aos grandes projetos, a construção das usinas hidrelétricas, o extrativismo mineral e a agropecuária. Nesses aspectos, Santos (2017) destaca algumas cidades que estão ligadas a essas atividades e possuem considerável participação no PIB regional, como Tucuruí, Marabá, Parauapebas e São Felix do Xingu.

Todavia, quando tratamos do PIB, seja das cidades ou regiões, estamos abordando, majoritariamente, sobre relações de crescimento econômico. Diante da grande visibilidade que as relações econômicas têm alcançado, ocasiona na ofuscação, de forma intencional ou não, mas perversa, de um dos elementos mais importante para a humanidade, o próprio ser humano. Desta forma, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que atua em 170 países e territórios, buscando promover mudanças e ajudar na construção de uma vida melhor para as pessoas, aponta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como contraponto ao PIB, englobando três dimensões básicas em longo prazo, sendo: educação, saúde e renda.

No entanto, o PNUD adverte que o IDH não abrange ou esgota os aspectos do desenvolvimento. Mas, em sua perspectiva não ignora o crescimento econômico, contudo transfere o foco maior para o ser humano. Tal perspectiva, para PNUD, vem do conceito de desenvolvimento humano, que enquanto processo procura ampliar a escolha das pessoas possibilitando a elas serem o que desejam ser. Para isso, enfatiza-se a importância da renda não como finalidade, mas como meio de desenvolvimento.

Para o cenário brasileiro que possui uma população de 211,8 milhões de habitantes, o PNUD aponta que 6,5% da população se encontram em extrema pobreza. A renda per capita alcança o valor de R\$: 1.438,00 e o IDH do país é 0,765. Um ponto importante desse índice é que ele pode ser elaborado e utilizado em diversas escalas: municipal, estadual, regional e nacional.

Com isso, destacaremos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM entre os municípios da antiga mesorregião sudeste do Pará. Conceição do Araguaia possui índices relativamente satisfatórios, tendo em vista que o IDHM é resultado de análises quantitativas e qualitativas de renda, educação e longevidade. No quadro 2 demonstraremos que o município concepcionense nos anos 2000 e 2010 esteve entre os dez municípios com melhores IDHM da região sudeste paraense, de acordo com os índices do Atlas Brasil.

**Quadro 2** – Os dez melhores IDHM da antiga região sudeste paraense (2000-2010)

Posição	Espacialidade	IDHM (2000)	Posição	Espacialidade	IDHM (2010)
1º	Parauapebas	0,553	1º	Parauapebas	0,715
2º	Tucuruí	0,543	2º	Canaã dos Carajás	0,673
3º	Marabá	0,536	3º	Redenção	0,672
4º	Redenção	0,53	4º	Marabá	0,668
5º	Xinguara	0,519	5º	Tucuruí	0,666
6º	Tucumã	0,512	6º	Tucumã	0,659
7º	<b>Conceição do Araguaia</b>	<b>0,512</b>	7º	Xinguara	0,646
8º	Abel Figueiredo	0,508	8º	<b>Conceição do Araguaia</b>	<b>0,64</b>
9º	Rio Maria	0,499	9º	Rio Maria	0,638
10º	Brejo Grande do Araguaia	0,496	10º	Curionópolis	0,636
	Pará	0,518		Pará	0,646

Fonte: ATLAS BRASIL (2020); Organizado pelo autor (2022).

No ano 2000 Conceição do Araguaia ocupava o 7º lugar. Já em 2010 caiu uma posição. No quadro acima, pode-se observar que Índice de Desenvolvimento Humano do município foi menor que o do Estado em 0,006 em ambos os anos. No entanto, Conceição do Araguaia obteve maior crescimento do índice no período de 2000-2010 em relação ao Estado do Pará. O crescimento percentual do índice do Estado foi cerca de 24%, o índice do município teve crescimento de 25%. Outro ponto que pode ser identificado com o quadro 3, é

o crescimento exponencial<sup>25</sup> do IDH do município de Canaã dos Carajás. Que no ano 2000 ocupava a 15ª colocação, em 2010 ficou em 2º lugar.

Outro índice que é utilizado como referência para o acompanhamento do desenvolvimento das cidades brasileiras é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, que assim como o IDH, monitora três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O IFDM baseia-se exclusivamente em estatísticas públicas oficiais dos ministérios da educação, saúde e trabalho, com isso, no quadro 3, apontaremos as variáveis analisadas dentro de cada um dos três componentes monitorados.

**Quadro 3** – As variáveis e componentes do IFDM

Emprego&Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
<p><b>Fonte:</b> Ministério do Trabalho e Emprego</p>	<p><b>Fonte:</b> Ministério da Educação</p>	<p><b>Fonte:</b> Ministério da Saúde</p>

**Fonte:** IFDM (2018a).

Segundo o IFDM (2018a) objetivando estabelecer valores e referência que visam facilitar a análise, elaboraram-se quatro conceitos para uma escala de desenvolvimento dos municípios: baixo, regular, moderado e alto. Isso, resultante de leitura simples, onde o índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento do município (IFDM, 2018). No quadro 4, a seguir, será evidenciado os valores aos quais os conceitos do IFDM são definidos.

<sup>25</sup> Tal cenário de crescimento está ligado, direta e indiretamente, ao grande projeto de atividade mineradora no município.

**Quadro 4** – Os valores de cada conceito de desenvolvimento do IFDM

Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4	➤ <b>baixo</b> estágio de desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	➤ desenvolvimento <b>regular</b>
Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	➤ desenvolvimento <b>moderado</b>
Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	➤ <b>alto</b> estágio de desenvolvimento

Fonte: IFDM (2018a).

No caso das cidades paraenses, de acordo com IFDM (2018b), no ano base-2016 a cidade mais bem avaliada foi Parauapebas (0,7402), seguida de Castanhal (0,7292), por terem alcançado um alto índice de desenvolvimento na saúde. Outras cidades que compõem o ranking do Estado são, entre outras: Canaã dos Carajás, Redenção, Tucuruí, Barcarena, Paragominas, Santarém e a capital Belém. Desta forma, buscaremos destacar, no quadro 5, o IFDM consolidado alcançado nos anos de 2011 e 2016, por algumas cidades que compõem a antiga mesorregião sudeste paraense, tendo como base as 10 cidades que possuíam os melhores IDHM no ano de 2010, de acordo com Altas Brasil, como exposto anteriormente no Quadro 3.

**Quadro 5** – IFDM Consolidado de cidades do sudeste paraense (2011 e 2016)

Espacialidade	IFDM (2011)	Espacialidade	IFDM (2016)	Avanço (↑) ou Redução (↓) do IFDM
Parauapebas	0.7856	Parauapebas	0.7402	↓
Canaã dos Carajás	0.7105	Canaã dos Carajás	0.6834	↓
Redenção	0.6175	Redenção	0.6673	↑
Marabá	0.6576	Marabá	0.6438	↓
Tucuruí	0.5929	Tucuruí	0.6795	↑
Tucumã	0.5637	Tucumã	0.5092	↓
Xinguara	0.6281	Xinguara	0.6439	↑
<b>Conceição do Araguaia</b>	0.5138	<b>Conceição do Araguaia</b>	0.5265	↑
Rio Maria	0.5819	Rio Maria	0.5249	↓
Curionópolis	0.5345	Curionópolis	-	-

Fonte: IFDM (2014); (2018); Organizado pelo autor (2023).

A partir do quadro acima, torna-se possível verificar que das 10 cidades da região sudeste paraense que obtiveram os maiores índices de desenvolvimento humano, em cinco dessas ocorreu redução do IFDM entre 2011 e 2016. Apenas quatro obtiveram avanço. No

caso de Curionópolis, para o ano final de referência, não havia disponibilidade do índice, devido à ausência dos dados de emprego e renda para o ano de 2016. De acordo com IFDM (2018b), no Pará foram analisadas 138 cidades, dessas 103 obtiveram o conceito de desenvolvimento “regular”, número que equivale a 77,5% das cidades. Conceição do Araguaia se constitui numa dessas cidades de índice de desenvolvimento regular.

Logo, para tanto, dentro do Índice de Desenvolvimento Regional – IDR (ver quadro 6), elaborado por Alves e Oliveira (2020), para a região sudeste paraense, construídos através de indicadores sociais, econômicos e institucionais, visando classificar os municípios por meio da sua dinâmica atrelada ao seu potencial de crescimento e desenvolvimento nos anos de 2000 e 2010, Conceição do Araguaia é definida como uma cidade “Em transição”. Ou seja, um município que possui IDR entre 0,1000 e 0,4999. O município concepcionense obteve 0,2189 (2000) e 0,2752 (2010). Os municípios classificados em “Avançado”, são os que possuem IDR acima de 0,4999 e; os municípios com IDR abaixo de 0,1000 foram classificados como “Retardatários” (ALVES e OLIVEIRA, 2020).

**Quadro 6** – Classificação dos municípios por IDR (2000 – 2010)

Ordem	Município	IDR/2000	Ordem	Município	IDR/2010
A	1 Marabá	0,6354	A	1 Marabá	0,7471
A	2 Parauapebas	0,5965	A	2 Parauapebas	0,6764
A	3 Tucuruí	0,5583	T	3 Tucuruí	0,4063
T	4 Redenção	0,3155	T	4 Redenção	0,2847
T	5 Rondon do Pará	0,2567	T	5 Conceição do Araguaia	0,2752
T	6 Conceição do Araguaia	0,2189	T	6 Canaã dos Carajás	0,2594
T	7 Jacundá	0,2085	T	7 Xinguara	0,2050
T	8 Xinguara	0,2022	T	8 Jacundá	0,2019
T	9 Rio Maria	0,1556	T	9 Rondon do Pará	0,1996
T	10 Tucumã	0,1472	T	10 Tucumã	0,1867
T	11 São Félix do Xingu	0,1437	T	11 Ourilândia do Norte	0,1775
T	12 Novo Repartimento	0,1435	T	12 Santana do Araguaia	0,1659
T	13 Santana do Araguaia	0,1407	T	13 São Félix do Xingu	0,1627
T	14 Curionópolis	0,1327	T	14 Rio Maria	0,1524
T	15 Breu Branco	0,1271	T	15 Breu Branco	0,1485
T	16 Ourilândia do Norte	0,1264	T	16 Novo Repartimento	0,1392
T	17 Goianésia do Pará	0,1083	T	17 Goianésia do Pará	0,1314
T	18 São Geraldo do Araguaia	0,1060	T	18 Pau D'arco	0,1313
T	19 Abel Figueiredo	0,1042	T	19 São Domingos do Araguaia	0,1278
T	20 Itupiranga	0,1005	T	20 Baião	0,1252
R	21 Nova Ipixuna	0,0992	T	21 Sapucaia	0,1197
R	22 São Domingos do Araguaia	0,0991	T	22 São Geraldo do Araguaia	0,1183
R	23 Sapucaia	0,0931	T	23 Curionópolis	0,1169
R	24 Baião	0,0867	T	24 Abel Figueiredo	0,1167
R	25 Brejo Grande do Araguaia	0,0864	T	25 Bannach	0,1095
R	26 Pacajá	0,0731	T	26 Água Azul do Norte	0,1064
R	27 Canaã dos Carajás	0,0728	T	27 Itupiranga	0,1053
R	28 Bom Jesus do Tocantins	0,0666	T	28 Brejo Grande do Araguaia	0,1049
R	29 Eldorado dos Carajás	0,0603	T	29 Palestina do Pará	0,1026
R	30 Água Azul do Norte	0,0539	R	30 Piçarra	0,0934
R	31 Palestina do Pará	0,0445	R	31 Floresta do Araguaia	0,0879
R	32 Bannach	0,0424	R	32 Santa Maria das Barreiras	0,0837
R	33 Pau D'arco	0,0401	R	33 Bom Jesus do Tocantins	0,0816
R	34 Piçarra	0,0365	R	34 Nova Ipixuna	0,0763
R	35 Cumaru do Norte	0,0324	R	35 Pacajá	0,0761
R	36 Floresta do Araguaia	0,0251	R	36 Eldorado dos Carajás	0,0731
R	37 Santa Maria das Barreiras	0,0176	R	37 Cumaru do Norte	0,0711
R	38 São João do Araguaia	(-0,0024)	R	38 São João do Araguaia	0,0650

Fonte: Alves e Oliveira (2020).

Desta maneira, contemporaneamente, Conceição do Araguaia configura-se como um município em transição, com índices sociais e econômicos relativamente moderados para a região sudeste paraense. O cenário que a cidade apresenta começa a ganhar visibilidade para o capital, aonde, nos últimos anos a cidade vem recebendo a instalação de grandes empresas. Empresas essas que constituem o circuito superior da economia urbana, numa cidade onde se predomina, majoritariamente, a presença do circuito inferior da economia urbana. Esse cenário nos proporciona a possibilidade de realizar uma análise que evidencie a atuação dos dois circuitos numa cidade pequena, ou em transito, da Amazônia Oriental em âmbito socioeconômico e também, das relações existentes entre comércio-população, cidade-comércio e vice-versa. Essa abordagem se dará nos próximos capítulos desta pesquisa.

### **3 CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA, DESCENTRALIDADE, CIDADE E O COMÉRCIO**

O presente capítulo tem como objetivo principal a realização de uma abordagem sobre os circuitos da economia urbana de maneira abrangente e ao mesmo tempo com particularidades, visando tratar sobre elementos essenciais da formação sócio-espacial, proporcionando base para compreensão da urbanização e organização espacial, ou seja, tendo a teoria como base para poder entender do espaço humano dos países periféricos.

Desta forma, para iniciar o capítulo, pretende-se abordar sobre algumas particularidades da teoria miltoniana dos dois circuitos da economia urbana, formulada ao final da década de 1970, com suas atualizações diante as transformações das sociedades advindas do processo de globalização nos países periféricos.

Essa abordagem se torna assaz para entendermos a importância da análise que os circuitos da economia urbana representam dentro do cenário das cidades dos países subdesenvolvidos, mas principalmente para o âmbito da cidade pequena na Amazônia oriental, como o caso de Conceição do Araguaia. Assim, em detrimento dessa abordagem buscaremos tratar sobre a expansão da malha intraurbana, destacando as possíveis motivações que levaram à instalação e concentração de significativa quantidade de estabelecimentos comerciais na zona sul dessa cidade araguaiana.

Posteriormente, trataremos a respeito do dinamismo e complexidade das cidades, considerando os elementos que podem vir a constitui-la e, simultaneamente, as diferenciam entre si. Também, logo após, trazer à luz as relações existentes, desde os tempos pretéritos, entre a cidade e o comércio.

#### **3.1 Os circuitos da economia urbana: o espaço humano no terceiro mundo**

Na teoria espacial miltoniana dos circuitos da economia urbana, as cidades dos países periféricos não podem ser estudadas como uma máquina maciça, e sim pelos dois subsistemas da economia urbana, originado pela modernização tecnológica. De acordo com Márcio Cataia e Silvana da Silva (2013), os circuitos da economia urbana possibilitam revelar singularidades sobre a urbanização dos países periféricos, ainda aponta caminhos analíticos relacionados ao funcionamento dessas cidades, principalmente, a partir de atividades que não constituem o circuito moderno, na criação de emprego e renda. Para Santos (2008) e Maria Laura Silveira (2015, p. 247), os “[...] circuitos constituem num conjunto de atividades desenvolvidas com



grau diferentes de capital, tecnologia e organização, que resultam de duas causas entrelaçadas: a modernização capitalista e a desigualdade na distribuição de renda”.

Como forma de reconhecer os nexos e as rupturas da cidade, a contribuição dos circuitos proporciona maior coesão, tanto do passado quanto do presente. Com isso, Silveira (2015, p. 247) aponta que “na interdependência social das demandas e das ofertas, os circuitos da economia urbana contribuem na construção da coesão, mas na segmentação da produção, resultado dos desiguais graus de capital, os circuitos retratam a fragmentação da vida social e econômica”.

Para tanto, uma das principais contribuições da obra miltoniana “O espaço dividido”, caracteriza-se na elaboração teórica do espaço e urbanização dos países periféricos, analisando os impactos da modernização em seus territórios, considerando como fundamental as bases econômicas e políticas, o que Eliseu Sposito (2020) aponta como produção direcionada a compreensão do espaço humano. Desta maneira, Santos (2008) enfatiza que o terceiro mundo não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas sim de um mundo subdesenvolvido que possui características próprias. Pois, em todo mundo os elementos do espaço são os mesmos, apenas variam as combinações qualitativas e quantitativas entre os lugares de acordo com o seu processo.

Esses elementos e características evidenciadas por Santos (2008) vão se consolidando cada vez mais, à medida que as pesquisas sobre os circuitos se aprofundam e se intensificam. Com isso, Alexandra Cárdenas, Danton Bini e Jhon Bejarano (2013) ressaltam que os circuitos da economia urbana são responsáveis para além do processo econômico, como também pelo processo de organização do espaço. Segundo Diego Jordão (2022) a definição dos circuitos da economia não é rígida, onde sua caracterização não pode ser elaborada por variáveis isoladas, fazendo, desta forma, com que seja necessário considerar o conjunto das atividades. A definição dos circuitos liga-se ao conjunto de atividades, associado à localidade da população atrelada aos circuitos, no âmbito dos negócios e do consumo (CÁRDENAS, BINI e BEJARANO, 2013). Portanto, Santos (2008, p. 42) destaca:

Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. [...] todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito.

Os dois circuitos da economia urbana estão intrinsicamente ligados às funcionalidades econômicas da cidade nos países de terceiro mundo, que agem não como dualidade, mas

como bipolaridade, pois trazem em seu interior intensidades diferentes na forma de produzir e consumir, evidenciando uma seletividade dentro da sociedade.

Essa seletividade se torna mais expressiva frente às facilidades dos meios de transportes o que se inclui como fator da dialética espacial dos circuitos, apontada por Santos (2008), que independentemente do lugar em que essas se manifestarem, irão favorecer o circuito superior. Isso, devido às mudanças e transformações que ocorreram no território nacional em contexto social e econômico. No caso brasileiro, podem-se apontar as transformações e mudanças que aconteceram a partir segunda metade do século XX. Pois, com o espaço integrado e fluído, permitiu maior mobilidade ao capital, aos fatores de produção, o trabalho e as mercadorias (SANTOS, 1993).

A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas infraestruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou desaparecida a maior parte da economia e da população (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 140).

O fato do meio-técnico-científico-informacional ser imprescindível para esse cenário se torna evidentemente nítido, entretanto, deve-se observar que o Estado atende os conclames das grandes empresas, proporcionando-lhes, sempre mais que o necessário. A via neoliberal, a mão invisível do capital, possui o discurso que solicita um Estado mínimo, contudo, aparentemente, o Estado já se apresenta como mínimo, pelo menos para uma parcela da população, em especial, os mais pobres que encontram dificuldades diárias na luta da sobrevivência, destarte, esses ocupam e criam os espaços para sua atuação. Deste modo, “[...] os trabalhadores do campo e da cidade, usam o território como um abrigo, buscando constantemente adaptar-se ao espaço, recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (JORDÃO, 2022, p. 86).

Queremos enfatizar que os interstícios são preenchidos pelos agentes da economia inferior, que segundo Mónica Arroyo (2008) representa reposta à segregação social. A autora aponta que nas margens dos circuitos há uma multiplicidade de atores econômicos que preenche os pequenos espaços, preservando-os como território de cultura, vida e liberdade. A cidade possui diversos circuitos de produção e consumo, tornando-a um grande comércio e, ao mesmo tempo, fragmentada pela divisão do trabalho realizada nesse espaço geográfico, constituindo um cenário que faz emergir a visão de que a cidade resulta da relação dialética e indissociável entre os circuitos da economia urbana, desta forma, “a cidade é uma totalidade

una e fragmentada que pode ser analisada a partir de tais circuitos [...]” (SILVEIRA, 2013, p. 65).

Segundo Sposito (2020), entre os dois circuitos a dialética espacial, figura-se no domínio do espaço e na conquista do mercado, representada pelo circuito superior na tendência de unificação total do mercado e do circuito inferior ao reclamar parte da produção espacial e ao se colocar em concorrência com o circuito moderno. Desta maneira, “[...] os circuitos da economia urbana constituem um movimento complexo e contraditório” (SILVEIRA, 2013, p. 67).

Ressaltando que a diferença fundamental entre as atividades dos dois circuitos é alicerçada na assimetria de organização, capital e tecnologia, no qual para o circuito superior esse último se faz importada e de alto nível, sendo definida por Santos (2008, p. 43) como tecnologia de capital intensivo, enquanto no circuito inferior a tecnologia é o “trabalho intensivo” local ou localmente adaptado. Seguindo a lógica da diferença, contudo, agora relacionado à integração dos circuitos, a diferença essencial dar-se que no circuito superior, apesar das atividades serem efetuadas localmente a integração ocorrerá em outra cidade de nível hierárquico superior, no país ou no exterior; já o circuito inferior encontra-se localmente integrado.

À vista disso, Arroyo (2008) enfatiza a importância de enxergar a cidade como totalidade, tendo-a como local de produção e reprodução da vida social, como lugar da própria vida, permitindo a coexistência dos diferentes, abrigando representações, interpretações, redes e fluxos, independente da sua localização ou tamanho. E com isso, a contiguidade existente na economia inferior, para Silveira (2013), é um dado fundamental, pois possibilita determinada socialização que vai da produção ao conviver, mão de obra, pequenos capitais e variadas técnicas.

Apresentando-se como uma das formas de nos aproximarmos da totalidade da cidade, dar-se-á por meio da análise dos circuitos da economia urbana, onde esses envolvem agentes e atividades possuidores de diferentes níveis de organização, trabalho, tecnologia e capital. Eles são, portanto, adequados para revelar o quanto trabalho é comum, circular e solidário (ARROYO, 2008).

E como abordado, os circuitos possuem participação na organização do espaço, que segundo Santos (2008) são compreendidas: 1) pelas atividades capazes de realizar uma macroorganização e; 2) as atividades incapazes de efetivar a macroorganização do espaço. O autor aponta que por meio do Estado e das atividades das empresas modernas, em particular,

são produzidos os dados da macroorganização, limitando o circuito inferior aos espaços mais restritos.

Para Silveira (2013, p. 65), “nesse jogo desigual entre agentes no uso do território, o Estado é uma mediação fundamental e daí surge seu papel explicativo no esquema de análise”, considerando a cidade como a superposição de divisões do trabalho morto – vistas como o meio construído – e de divisões do trabalho vivo – entendidas como mercado. De acordo com Santos (2008, p. 279) “[...] do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da armadura. O Espaço-Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem todos os outros”. A intervenção do Estado, no país, proporciona a inserção de novas atividades modernas e, também, não modernas, sendo atividades que abrangemos dois circuitos da economia urbana e com isso, originando novos empregos.

Nesse sentido, torna-se válido enfatizar a participação do Estado na expansão da malha intraurbana de Conceição do Araguaia, proporcionando, concomitantemente, o aumento dos estabelecimentos do circuito inferior, especialmente na zona sul da cidade e, por conseguinte, novos locais de consumo, renda e sociabilidade.

### **3.2 Malha intraurbana concepcionense em expansão: formando uma descentralidade**

A partir da contextualização histórico-geográfica de Conceição do Araguaia, tratada na subseção 1.4 do capítulo anterior, possibilitou abordar sobre significativa parcela de seus aspectos sociais, econômico, cultural e espacial. De maneira geral, mas mais especificamente para este último, apontou-se a atuação do Estado como agente de organização espacial, agindo na/para a concentração e dispersão. Para esses dois últimos conceitos, sua definição dependerá da escala abrangente utilizada (CORRÊA, 2016). O desempenho do Estado como agente de organização do espaço é assinalado por Corrêa (2004, p. 24), da seguinte forma, “o Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”.

Ou seja, o Estado é um consumidor do espaço, proprietário fundiário, um grande industrial, agente regulador do uso do solo. Por exemplo, ao instalar uma estatal, o Estado está organizando o espaço urbano e concomitantemente, interfere no uso da terra no entorno imediato (CORRÊA, 2004). Por meio dessas colocações, enfatiza-se a participação do Estado para expansão da malha intraurbana concepcionense, a partir da segunda metade do século XX, com a construção das rodovias e a prática da SUDAM que reduziu o campesinato e

ampliou a empresa agropecuária (IANNI, 1979), impulsionando o êxodo rural na cidade e região, ocasionando um rearranjo espacial<sup>26</sup> que em seu movimento desloca o centro (as primeiras instalações comerciais) à outra localidade e proporciona, também, o surgimento de uma descentralidade.

O centro, segundo Maria Encarnação Sposito (2008), se constitui em meio a um processo de concentração de comercialização de bens e serviço, da gestão pública e privada, ainda pode ser local de lazer e de valores simbólicos e materiais. De acordo com Silva (2020b, p. 266), em escala intraurbana "o centro é o espaço-tempo por excelência da fluidez complexa condizente ao nível hierárquico da cidade e à necessidade de circulação de capital". As empresas de atividades reconhecidas como modernas se instalam, tipicamente, nessa localidade onde é o centro ou onde se tornará a centralidade.

Já a descentralidade é entendida como processo. Segundo Silva e Lira (2020, p. 120), o processo de descentralização decorre da ação espacial e demográfica das atividades comerciais e de serviço, que proporcionam transformações no tecido urbano. No cenário concepcionense transcorre, principalmente, do movimento que desloca a população da beira do rio para a beira da estrada com a construção da rodovia PA-447. Assim, a descentralização é tida como processo de formação de novas áreas comerciais que se encontram fora do centro tradicional da cidade, com isso, os autores enfatizam que “com o aumento considerável dos contingentes demográficos e econômicos [...] acaba se iniciando um processo de descentralização das atividades varejistas, que surgem também para atender as necessidades de consumo”.

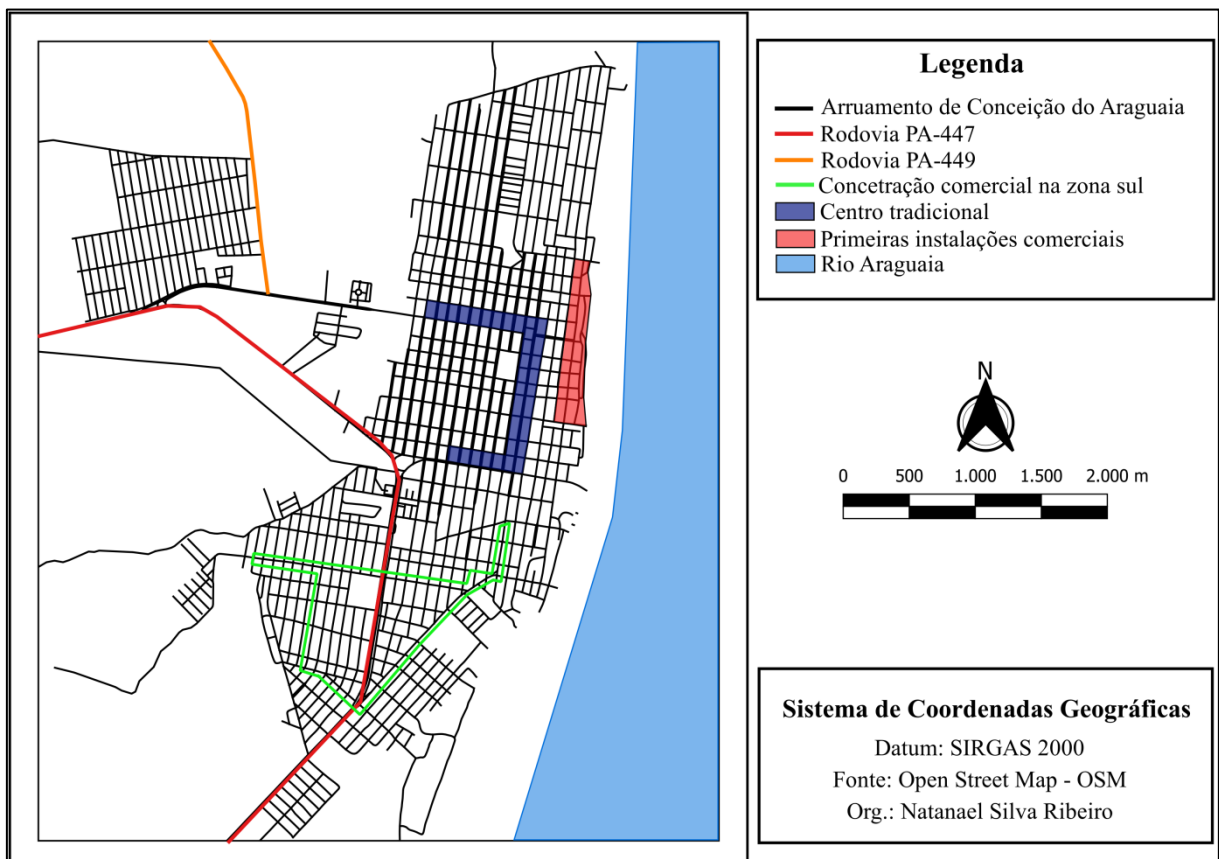
Ainda relacionado à descentralização, de acordo com Silva (2020b), o processo de produção do espaço que possui característica de centro, em distintas localidades da cidade, seu surgimento está associado ao crescimento do tecido urbano, dando forma a núcleos secundários, onde tais núcleos detêm dupla função: residencial e comercial, como no caso de Marabá (PA), apontado pelo autor. Para Freire (2010), a descentralização proporciona dinamização em novas áreas da cidade abrigando diversas atividades comerciais. Esses novos espaços comerciais promovem mais opções de consumo (SILVA e LIRA, 2020).

---

<sup>26</sup> Dentro de um contexto histórico, em outra localidade da América Latina, segundo Rita de Cássia Andrade (2020), os espaços de comércio tradicionais peruanos, explicam-se também de acordo com acontecimentos do final do século XX, marcado pelo conflito armado e crise econômica, cenário que intensificou o êxodo rural.

Outro ponto que se pode destacar com a descentralização é a acessibilidade aos bens de consumo e serviço nas localidades mais marginais da cidade. Isso é assinalado por Andrade (2020, p. 1), “a localização das atividades comerciais está relacionada com a centralidade e a acessibilidade”. Para Roberto Camagni (2005, p. 74, tradução nossa), “acessibilidade significa superar a barreira imposta no espaço para o movimento de pessoas e coisas no intercambio de bens, serviços e informações”. Segundo Silva (2020b), a acessibilidade e a modernização se constituem como elementos reestruturadores da paisagem urbana. A seguir, no mapa 7, destaca-se alguns elementos que possibilitaram a constituição da cidade e sua expansão, como o rio Araguaia e as rodovias. Também, aponta-se a localidade de instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais, do atual centro tradicional e da concentração comercial na zona sul, fora do centro tradicional.

**Mapa 9 – Centralidade e concentração de estabelecimentos comerciais**



**Fonte:** Organizado pelo autor (2023).

Observando e analisando o mapa anterior, tratando sobre o crescimento da cidade, verifica-se que na porção sul houve maior expansão da malha urbana do que na porção norte, relacionado à localidade da constituição da cidade – região dos primeiros estabelecimentos

comerciais. Para tal consequência, aponta-se a passagem da rodovia PA-447, que no perímetro urbano recebe o nome de Avenida Rio Araguaia, e ainda ressaltando atuação do Estado, assinala-se a construção da Universidade do Estado Pará – UEPA, campus VII, que foi instalada no início da década de 1990, à margem dessa rodovia, numa região, atualmente, central na porção sul da cidade. Na figura 9, mostra-se a fachada frontal da UEPA.

**Figura 9** – Universidade do Estado do Pará



**Fonte:** Correio de Carajás (2022).

Além disso, a seguir nas figuras 10, 11 e 12 mostram outras instalações de prédios do poder público, tanto da esfera Estadual quanto municipal, na Av. Rio Araguaia, como o Quartel do 22º Batalhão da Polícia Militar – BPM, o Terminal Rodoviário e o Ginásio de Esportes.

**Figura 10** – Quartel do 22º Batalhão da Polícia Militar



**Fonte:** Facebook 22º BPM (2022).

O Quartel da Polícia Militar fica em paralelo com o Terminal Rodoviário na Avenida Rio Araguaia.

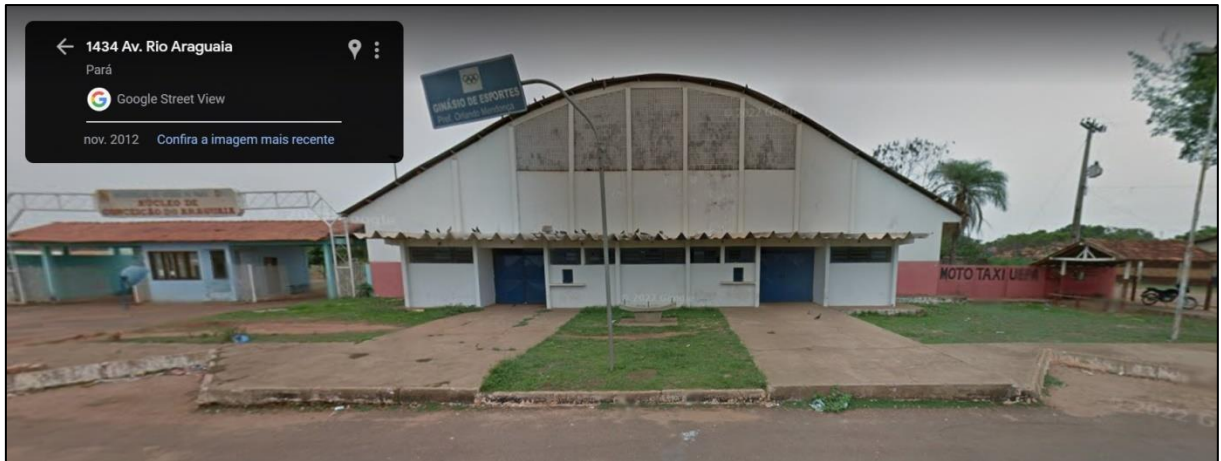
**Figura 11** – Terminal Rodoviário de Conceição do Araguaia – PA



**Fonte:** Instagram rodoviaria\_cda (2022).

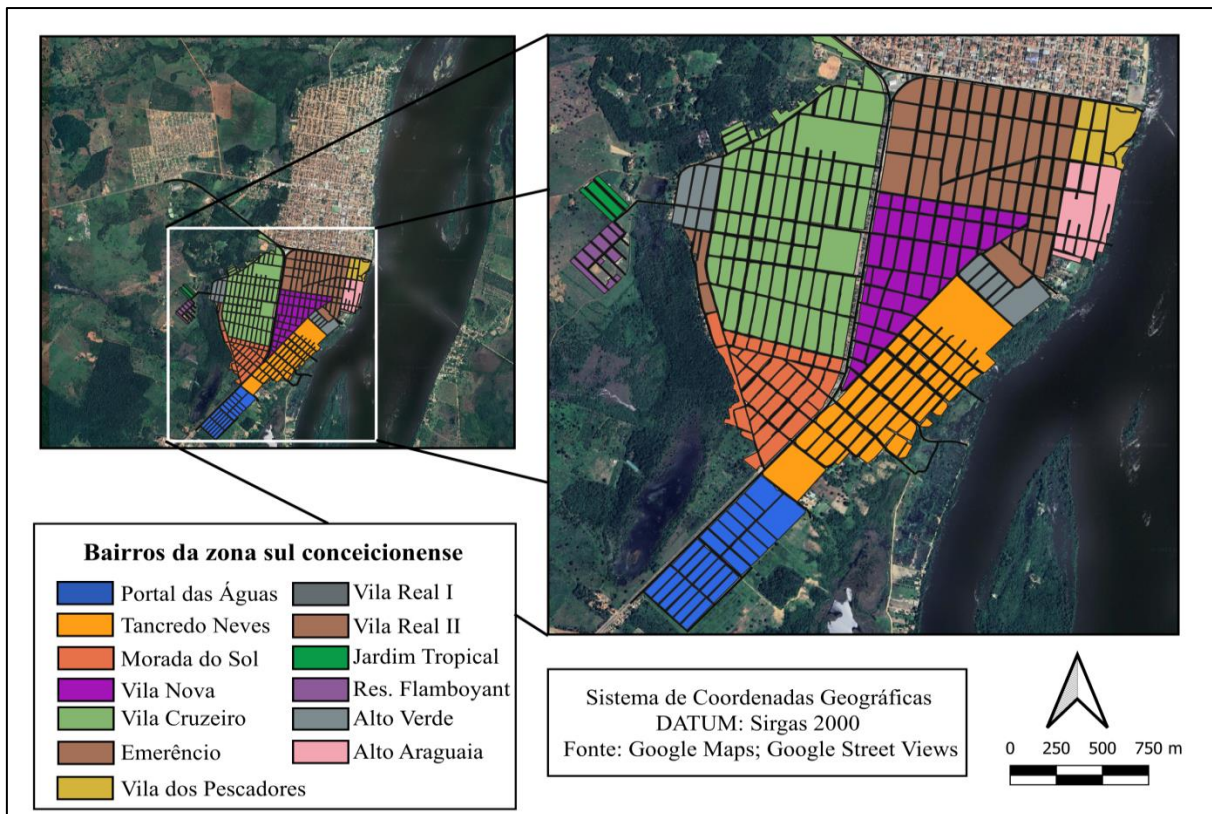
Já o Ginásio de Esportes, localiza-se ao lado direito da fachada frontal da UEPA.



**Figura 12** – Ginásio de Esportes

**Fonte:** Google Street View (2012).

Ainda na porção sul concepcionense, destaca-se, também, a concentração de diversos estabelecimentos comerciais nos seguimentos de bens, consumo e serviços. Essa significativa concentração incide em alguns bairros, sendo: Emerêncio, Vila Nova, Vila Cruzeiro, Vila Real I, Morada do Sol, Tancredo Neves e Alto Verde (ver mapa 8). Esse cenário pode proporcionar aos moradores desses bairros e dos bairros do entorno imediato acessibilidade aos bens de consumo e serviço e com isso, reduzir o deslocamento ao centro tradicional.

**Mapa 10** – Bairros da zona sul de Conceição do Araguaia

**Fonte:** Organizado pelo autor (2023).

Para demonstrar tal concentração de estabelecimentos comerciais, posteriormente, a tabela 4 trará a quantificação dos números desses estabelecimentos, que vão de comércios de consumo, como açougues, mercados, posto de combustível aos estabelecimentos de serviço, por exemplo, oficinas (bicicletas, moto e carro), salões para corte de cabelo e manutenção de aparelhos de refrigeração.

**Tabela 4** – Concentração de estabelecimentos comerciais na Zona Sul concecionense

TIPO DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE
Academia	1
Açougues	2
Bares	4
Distribuidora de bebidas	6
Distribuidora de Gás	2
Eletrônica	1
Farmácia	1
Lava rápido	2
Lojas de celulares	2
Lojas de materiais para construção	2
Lojas de roupas	6

<b>Mercados (comércios, mercantis, minimercados, etc.)</b>	14
<b>Oficinas (bicicleta, moto e/ou carro)</b>	9
<b>Padarias</b>	4
<b>Posto de combustível</b>	1
<b>Refrigeração</b>	1
<b>Residências sem ponto comercial <sup>27</sup>(salgados, geladinho, moto taxi)</b>	6
<b>Restaurantes/espetinhos</b>	5
<b>Salões (masculino e feminino)</b>	6
<b>Sorveteria</b>	1
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>

**Fonte:** trabalho de campo (2022).

A partir da tabela 4, dentre outras coisas, pode-se observar a presença de vários tipos de comércio, com a predominância do setor terciário, que estão distribuídos na espacialidade da Zona Sul concepcionense. Nessa tabela possibilita, também, verificar que os estabelecimentos da categoria “mercado” possuem a maior quantidade de pontos comerciais que somam 14 estabelecimentos, seguidos pelos pontos comerciais das oficinas que contém nove estabelecimentos. Com isso, de maneira geral, dentro de um percurso de pouco mais de quatro quilômetros, têm-se em totalidade<sup>28</sup> 76 estabelecimentos em alguns bairros marginais dessa pequena cidade amazônica e que por meio desses estabelecimentos, que constituem o circuito inferior da econômica urbana, onde parte da população pode buscar meios de sobreviver, existir e resistir.

Essa conformação surge com menos complexidade e, segundo Silva (2020b, p. 274-275), “à medida que se afasta da aglomeração da área central, percebem-se atividades econômicas menos complexas como, borracharias, oficinas, academias, restaurantes populares, hotéis de baixo padrão etc”, confluindo com o que é teorizado por Santos (2008) como circuito inferior.

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não para de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção

<sup>27</sup> Marca a busca de ganho de renda feito na residência, colocada por Santos (2008), como a tentativa de fuga dos impostos, para quem já possui uma renda bastante pequena.

<sup>28</sup> Ressalta-se que os estabelecimentos apontados na tabela 4 estão localizados no percurso de “concentração comercial” da porção sul da cidade, destacado no mapa 7. Sendo assim, não se encontram evidenciados os diversos outros estabelecimentos nessa área que estão dispersos, tanto para o interior da área poligonal demarcada quanto no exterior desse polígono.

manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviço de toda espécie (SANTOS, 2008, p. 197).

Isto é, a existência do circuito da economia urbana nos países periféricos ou emergentes caracteriza-se como possibilidades de consumir, trabalhar, existir. Andrade (2020) aponta que nas cidades do Peru há uma significativa quantidade comercial quanto à diversidade de espaços desses comércios. Neles ocorre uma permanência de conteúdo tido como tradicionais, que estão ligados aos setores informais da economia urbana. A autora os classifica como elementos de resistência nas cidades que, paulatinamente, vão se tornando *locus* de empreendimentos neoliberais, modernos, ligados ao setor formal, como as lojas de departamento e os hipermercados.

Diante dessa contextualização, faz-se importante e necessário enfatizar que para além das novas opções de locais de consumo, criam-se, simultaneamente, novas possibilidades de existência, resistência e sobrevivência, constituindo-se como gerador de emprego e renda, principalmente, para a população pobre, sem especialização, frente a toda conjuntura do sistema econômico vigente, opressor e produtor de desigualdade necessária ao seu perfeito funcionamento. Contudo, no próximo subtópico trataremos a cerca da complexidade e dinamismo que a cidade, principalmente a contemporânea, possui no espaço geográfico.

### **3.3 O dinamismo e complexidade da cidade**

As cidades se constituem no espaço geográfico como detentora de uma complexa diversidade de característica que são passíveis de serem abordados em diferentes contextos pelas mais variadas ciências, seja humana ou aplicada. Segundo Bernardi (2009, tradução nossa), a cidade se configura como um espaço complexo, com dinamismo, habitantes, funções e atividades bastante diversas. Nos últimos tempos a cidade assumiu o papel de grande laboratório, com uma vasta manifestação de fenômenos que levam a reflexão teórica, para a ação e imaginação, aponta Henri Lefebvre (2001).

No decorrer do tempo há marcos espaciotemporal que apontam a expansão territorial das cidades, conforme os períodos históricos. No caso do Brasil do século XIX, Sposito (2017, p. 80) aponta um grande marco para compreender a expansão territorial da cidade:

No caso brasileiro, o grande marco para se compreender as formas de expansão territorial da cidade e as lógicas de estruturação de seus espaços foi a promulgação da lei de terras (Lei 601, de 18 de Setembro de 1850). Antes não havia o princípio jurídico sobre a propriedade privada.

Na Europa e América do Norte, tem-se a primeira revolução industrial como marco que trouxe novo modo nas formações das cidades e aglomerados urbanos. De acordo Sposito (2017), na Inglaterra e nos Estados Unidos, as indústrias, pós-primeira revolução industrial no século XIX, localizavam-se no entorno das minas de carvão e em sua proximidade se constituíram os aglomerados urbanos. Desta maneira, o elemento que atuou na redefinição espacial se evidencia na busca de maiores e melhores condições sanitárias, protagonizado pela elite, afirma Sposito (2017). Tal dinâmica resultava em cidades que as indústrias e moradias se encontravam numa mesma parcela do território, complementa a autora.

Para Santos (2014), a cidade no momento de transição – feudalismo para capitalismo – surge como lugar que se diferencia do campo, entretanto, formou-se graças ao avanço de técnicas de produção agrícola que possibilitou a formação de excedente de produtos alimentícios. Assim, a cidade ressurgiu como liberdade para dedicação a outras atividades e simultaneamente, produz história e relações sociais que auxiliaram para dismantelar o feudalismo.

No princípio, a cidade brasileira era uma emanção longínqua de poder, objetivando marcar presença num país, que para o momento, se fazia distante. Atualmente, a cidade se torna palco de conflitos crescentes e, simultaneamente, torna-se lugar geográfico e político com a possibilidade de soluções para esses problemas (SANTOS, 1993).

Segundo Ana Fani Carlos (2013), em meio a exercícios que buscam pensar a cidade, que procuram responder o que é a cidade, tem-se, majoritariamente, repostas como ruas, prédios, carros e multidões. Tudo isso vem do plano imediato, perceptível, concreto e visível, da forma ao caos, transformando-a num objeto aparentemente distante, diante do emaranhado de “coisas”, tornando-a algo difícil de ser apreendido.

Diante disso, percebe-se que o cidadão que ajuda a construir a cidade a constitui-la, que a vivencia e dela faz parte não a reconhece, não consegue apreende-la de maneira conceitual e nem sentimental, somente por meio da sobreposição das formas e do caos existente, onde esse último, contemporaneamente, encontra-se intrínseco a cidade como objeto e ao ser humano, tanto como sujeito quanto como “coisa”. Desta forma, Carlos (2013, p. 12) aponta que:

As catedrais, apesar de construídas pelo homem, pertencem a Deus; já as cidades de hoje, pertencem ao capital. Para usufruir da primeira é necessário a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer.

As cidades emanam, em favor do capital<sup>29</sup>, a essencialidade do trabalho numa localidade que a primeira vista aparenta ser capaz de atender toda a demanda empregatícia para a população, para manter vivo a sensação necessária de estar participando ativamente do consumismo, seja de bens ou serviços. Para Bernardi (2009, p. 3, tradução nossa), “[...] o espaço urbano passa a ser promessa de uma vida melhor, de desejos que podem se cumprir, de sonhos para milhares de pessoas”. Com isso, relacionando-o ao processo de urbanização, além de ocasionar mudanças demográficas, proporciona, simultaneamente, mudanças econômicas e culturais.

Perante questionamentos sobre o que as pessoas mais buscam nas cidades – principalmente, no âmbito das grandes cidades –, se essas buscas estão relacionadas ao conforto, segurança e acesso culturais, Carlos (2013) enfatiza que no caso do Brasil, em primeiro lugar, os processos migratórios, destinam-se à busca de trabalho e de uma vida digna. Em segundo lugar, as cidades brasileiras são produzidas sob uma base de desenvolvimento econômico com um vasto déficit habitacional e com redução gradativa dos investimentos em educação, fatores que refletem direta e indiretamente no padrão de qualidade de vida.

Esses fatores que refletem na qualidade de vida atenuam o índice populacional e demográfico das cidades grandes e auxiliam no crescimento das cidades pequenas e médias. “A população urbana de aglomerações com mais de 20 mil habitantes cresce mais depressa do que a população total e a população urbana do país, e o mesmo fenômeno também se verifica em escala regional” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 205). Marcel Padinha (2010) aponta que com a concentração urbana nas grandes cidades brasileiras em meados da década de 1980 e ao longo da década de 1990, acarretou numa série de acontecimentos, como o aumento do custo de vida, aumento dos preços dos terrenos, redução da oferta de empregos que exigem baixa qualificação, entre outros. Resumindo-se na macrocefalia urbana, abordada por Santos (2008). Isso impulsionou os fluxos populacionais das grandes cidades para cidades médias e pequenas (PADINHA, 2010).

---

<sup>29</sup> Segundo Olga Fredrich e Fany Davidovich (1982), já faz algum tempo que a cidade desempenha um papel econômico caracterizado como fundamental para o desenvolvimento do capital, sendo modelada sobre as necessidades da acumulação desse capital.

Tais acontecimentos constituem e decorrem por meio de um conjunto de fatores que assim como no final século XX auxiliaram – e ainda, de certa forma, auxiliam – para crescimento populacional das cidades médias e pequenas. Diferente, mesmo que parcialmente, do processo inicial da urbanização brasileira que tiveram em determinado momento a ampliação do impulso do processo através da modernização da agricultura e da produção, os fluxos migratórios para as cidades médias e pequenas são impulsionados, ao final do século XX, pelos fatores socioeconômicos engendrados nas grandes cidades.

A definição de cidade média, segundo Alexandre Vieira, Cláudia Roma e Vitor Miyazaki (2020), é um tanto polêmica e controversa. Pois, primeiramente, o critério mais utilizado é o demográfico, não havendo um quantitativo exato para tal definição, sendo dentro de uma demografia entre 50 a 250 mil ou entre 100 a 500 mil habitantes. O segundo critério se dá na relevância regional, verificando as suas relações com as cidades do entorno, com as suas semelhantes e com as metrópoles. Além disso, a sua capacidade de oferecer serviços, empregos e de arrecadação de investimentos, entre outros. Com isso, essas cidades exercem influência, fazendo com que os fluxos deixem de procurar as metrópoles, tornando-se centros intermediários. “Há três ou quatro décadas, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes” (SANTOS, 1993, p. 51).

Para a cidade pequena, de acordo com José Aldemir de Oliveira (2006), não existe uma definição absoluta, mas há alguns pontos que podem ser considerados com um grande esforço. Para isso, Oliveira elenca quatro pontos, sendo em síntese: pouca articulação com cidades vizinhas; trabalhos predominantemente ligados aos serviços públicos; baixa capacidade no oferecimento de serviços, incluindo os mais básicos, como educação, saúde e segurança; e atividades caracterizadas como rurais.

Segundo Padinha (2010), a maioria das cidades brasileiras corresponde às cidades pequenas e devido a esse expressivo quantitativo, os estudos desses lugares pouco avançaram tanto do ponto de vista empírico, quanto em nível teórico. Uma das tendências dos estudos sobre essas cidades se dão em torno da sua definição como cidade pequena.

A pesquisa de Endlich (2009), na região noroeste do Paraná, para definir a cidade pequena, considerou pontos tidos como importantes para realizar as comparações, dentro do dinamismo e complexidade, sendo, por exemplo, as funções econômicas da cidade, terceirização, número de estabelecimentos, fator fundiário e por fim o fator demográfico, que

refletiam os impactos positivos e negativos desses pontos. Porém, também, deve-se atentar para a realidade da área pesquisada, como adverte Endlich (2016)<sup>30</sup>.

Mas, de forma mais abrangente, a cidade contemporânea pertence ao capital, e os agentes produtores do espaço que criam, organizam e reorganizam o espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, cheio de símbolos, resultante de ações acumuladas no tempo e concomitantemente, é campo de luta (CORRÊA, 2004). As formas geográficas nesses espaços se apresentam de maneira mais ou menos funcional à difusão do capital (CASTILLO; FREDERICO, 2011), transformando a espacialidade humana por meio de processos espaciais, sendo detentora e criadora de formas e interações espaciais (CORRÊA, 2016).

As cidades pequenas vêm apresentando novos dinamismos, passando por uma refuncionalização complexa e multifacetada, advinda da transformação da sociedade brasileira, tornando-a espaço ideal para produção do Capital (PADINHA, 2010). Dentro do processo, formas e interações espaciais, segundo Corrêa (2016, p. 131) a refuncionalização se apresenta:

[...] na existência de formas espaciais criadas no passado e exercendo funções no presente. É o resultado de processos pretéritos que não mais atuam sobre as formas espaciais por eles criadas [...] deste modo o passado inscreve-se em outra temporalidade por meio de formas espaciais de tempos pretéritos.

A refuncionalização está em toda parte, possibilitada pela flexibilidade funcional de algumas formas, que com pouco custo permitem readaptações rápidas. Isso permite dizer que a refuncionalização pode ter dois valores: econômico e simbólico (CORRÊA, 2016). Ainda, com isso, permite-nos remeter a ideia de rugosidade (SANTOS, 2006), que constitui parte das categorias analíticas da noção de espaço, podendo ser encarada como herança socioterritorial capaz de revelar as combinações possíveis de um tempo e lugar, quando apresentada como restos da divisão do trabalho, dos tipos de capital e das combinações técnicas e sociais do trabalho.

Contudo, além disso, compondo parte desse dinamismo e complexidade da cidade, pode-se apontar participação do comércio nessa contribuição, proporcionando interações, construindo e evidenciando os aspectos econômicos e sociais a partir da relação comércio e

---

<sup>30</sup> No artigo, "cidades pequenas e utopias", Endlich (2016) aponta o caso dos Estados Unidos, que possuem como cidades pequenas os centros urbanos com até 100 mil habitantes.



cidade, também, num âmbito mais social, entre comércio e sociedade. Assim, contextualizaremos a seguir.

### **3.4 A estreita relação entre o comércio e a cidade**

O comércio sempre teve uma estreita relação com a cidade desde tempos remotos. Segundo Silva (2021), essa é uma relação histórica que se caracteriza como uma das atividades mais importantes que proporciona forma e vida a cidade. De acordo com Silvana Pintaudi (2020), dentro de uma leitura linear, os mercados, principalmente os de troca, sempre esteve presente nos agrupamentos humanos. Para Ana freire (2010, p. 17), “as trocas, o comércio e os mercados existem na vida econômica das sociedades as mais diversas, pelo menos, desde os tempos primitivos”. Ainda, a autora assevera que a cidade e o comércio recebem e executam um papel preponderante na/para expansão comercial, que foi da escala local, para a regional até se tornar global.

A relação do comércio com a cidade ainda é evidentemente essencial, dentro de diversos âmbitos, pois, até mesmo para a definição da cidade brasileira a participação mercantil se faz presente. Segundo Sandra Lencioni (2008), dentre os elementos que podem vir a definir a cidade, há também a presença do mercado. Esses elementos são: aglomeração (pessoas e habitações), sedentarismo (fixação por longo tempo), mercado (locais de troca) e administração pública. Este último, no caso do Brasil, por vezes, já se caracteriza como força suficiente para se constituir a cidade.

Desta maneira, em meio a essa relação indissociável entre comércio e cidade, constroem-se, simultaneamente, as relações sociais e econômicas, resultantes nas mais variadas formas de interação, de consumo, lazer, viver e sobreviver. De acordo com Silva (2021, p. 45) “[...] estudar o comércio, consumo e sua relação com a cidade, permite compreender as relações sociais e capitalistas que sinalizam para transformações no espaço urbano, na economia e na vida cotidiana da sociedade”. Para Freire (2010), os locais de trocas, os comércios, também possuem um papel de sociabilidade, seja o comércio tradicional ou moderno. Esses se traduzem nas transformações urbanas tanto na dimensão física quanto no âmbito social e cultural. Para tanto:

[É] preciso compreender o significado das trocas, dos lugares criados para trocas, o dinamismo do comércio, e como tudo isso trouxe mudanças para as cidades, não apenas das paisagens urbanas, mas no que diz respeito às relações sociais e culturais. [...] o comércio, através de algumas estruturas comerciais, muitas vezes vistas como

antiquadas ou não adequadas ao mundo moderno, possibilita o restabelecimento de relações de sociabilidade [...] (FREIRE, 2010, p. 13-14).

Tais apontamentos confluem-se, de certa forma, com o conceito geográfico de espaço apontado por Santos (2014, p. 78) tendo-o como “[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos [...]”, que se constitui em “um sistema de realidade [...], formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento” (SANTOS, 2014, p. 29). Seguindo a ideia dessa conceituação, Castillo e Frederico (2011) apontam o espaço geográfico como espaço híbrido, constituído por um conjunto de formas naturais e artificiais, articuladas ou não, que oferece abrigo, resistência, perigo, separa e unifica em junção a um conjunto de normas.

Contemporaneamente, a maioria da população urbana do mundo ainda vive em cidades pequenas e médias, as quais agora estão experimentando um crescimento mais rápido que as grandes urbes (BERNARDI, 2009, tradução nossa). As cidades amazônicas, principalmente as pequenas, sofreram transformações e mudanças em seu conteúdo urbano, demográfico, cultural e econômico a partir do plano de integração nacional, ficando a mercê de diversos tipos de processos, como migratórios, de globalização e modernização.

As primeiras fases do processo de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de difusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização (SANTOS, 1993).

Trindade Júnior (2021) expõe que antigamente, quando se estava chegando à cidade amazônica a primeira coisa que se via era a torre da igreja. Posteriormente, marcava-se a presença das antenas telefônicas. Atualmente, o que denuncia a proximidade com a cidade não é o visível da paisagem urbana, mas sim os sinais de conexões com os celulares.

De acordo com Oliveira (2006, p. 28), com o advento da globalização<sup>31</sup>, auxiliado pelas novas técnicas, as dinâmicas da cidade podem ocasionar aceleradas transformações. Nas cidades amazônicas houve uma mudança significativa no modo de vida nas últimas décadas do século XX, no que inclui as cidades pequenas, com a “chegada” dessas tecnologias, que

---

<sup>31</sup> A globalização se tornou possível devido haver uma base geográfica, constituída por uma esfera material e outra normativa em escala mundial. A primeira tendo essência na expansão e modernização do sistema de telecomunicações e transporte. A segunda configura-se na regra de regular, de forma padrão, o mercado internacional (CASTILLO; FREDERICO, 2011).

tornaram as ideias mais fluídas, possibilitando "maior circulações dessas ideias e o acesso à modernização. Isso contribui concreta e subjetivamente para o surgimento de novo processo urbano, o qual já se apresenta complexo". Corrêa (2016, p. 127) assinala tal complexidade ao afirmar que “a ação humana sobre a superfície terrestre ampliou as diferenças espaciais criadas pela natureza, tornando a superfície terrestre mais complexa, diferenciada”.

A globalização, com as novas técnicas postas em ação, possibilita a modernização em escala planetária, mas em grau diferente, principalmente em países subdesenvolvidos. Destarte, com a possibilidade de difusão generalizada das informações pelas novas técnicas, se dita os moldes de consumo, constituindo como fatores fundamentais para a transformação da economia, sociedade e organização do espaço (SANTOS, 2008), permitida pelo alcance global (SANTOS, 2000).

Segundo Trindade Júnior (2021, grifo do autor), as cidades *da* floresta<sup>32</sup> por mais que pareçam estáticas – paradas no tempo –, não estão alheias aos processos de modernização possibilitados pelas grandes empresas e os grandes comércios. Como assevera Castilho (2014), a modernização, antes de tudo, é um processo de expansão do capitalismo pelos lugares. Isso, contemporaneamente, traz à luz que a expansão contínua do capital se amplia para além das grandes e médias cidades e se direcionam as cidades pequenas, como vem acontecendo à cidade de Conceição do Araguaia, produzindo, apropriando-se, refuncionalizando e estruturando velhas e novas formas espaciais.

A produção e consumo dos espaços comerciais contemporâneos na perspectiva analítica de Pintaudi (2020) pressupõe um movimento de formas comerciais que se choca com outras, detentora de outro dinamismo, de outro momento histórico. Com isso, Pintaudi (2015, p. 3) assinala:

As formas comerciais, o que sempre implica pensar em suas estruturas e funções, envolvem também questões técnicas, o que significa dizer que nelas estão sempre presentes movimentos de adaptação que vão inovando a maneira de se realizar a troca. A atividade comercial é da essência do urbano e seu entendimento através de uma análise crítica nos dá a chance de mostrar a importância desse espaço no que tange à reprodução da vida na cidade.

---

<sup>32</sup> Conceito elaborado por Trindade Júnior (2013), que assinala as cidades constituídas no primeiro padrão de organização da Amazônia, que possui determinada relação com a floresta enquanto bioma. Seguindo tal ideia, o autor ainda conceitua como cidade *na* floresta aquelas criadas em outro padrão de organização para atender novas demandas da região.

Atualmente, podem-se observar diversas formas comerciais no espaço urbano que, ao mesmo tempo, possuem gêneses distintas, mas estão articuladas pelo acelerado modo de produção capitalista. De acordo com Pintaudi (2015), diante da diferenciação das formas, encontram-se, por exemplo, os *shopping-centers* como formas modernas e os camelôs como, aparentemente, marginais, entretanto, há uma igualdade residindo no processo econômico hegemônico que as nutre, atuando no espaço urbano e de consumo sugerindo tais diferenças.

Com a existência de uma seletividade no espaço, em âmbito econômico e social, que se torna a chave da elaboração de uma teoria espacial, exprimindo-se duas coisas diferentes, considerando a produção ou o consumo. O primeiro tende a se concentrar em determinadas localidades do território, quanto à modernização das atividades. O segundo corresponde a forças de dispersão, indicando que a capacidade de consumo quantitativo e qualitativamente é diferente, ou seja, a seletividade social age como freio, onde “a vida urbana é condicionada pelas dimensões qualitativas e quantitativas de cada circuito” (SANTOS, 2008, p. 22).

E com “a presença ou o simples conhecimento da existência de novos bens e de novos métodos de consumo aumentam a propensão geral ao consumo” (NURKSE, 1953, p. 58, apud SANTOS, 2008, p. 36). Dentro desse contexto, entram em evidência as diferenças qualitativa e quantitativa da capacidade de empreender e, principalmente, a de consumir. As diferenças qualitativa e quantitativa de consumo têm base pela existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos e uma minoria com salários elevados (SANTOS, 2008).

O ato de comprar se tornou tão banal que não refletimos que estamos trocando mercadorias, o dinheiro resultante da venda de força de trabalho, capacidade de labor e a mercadora de uso (PINTAUDI, 2020). Dentro da produção geral da sociedade, na atualidade o consumo possui um destaque significativo, pois o consumo nunca deixou de existir, e o que se tem hoje é sua intensificação, o que em certas circunstâncias aparenta ter deixado de ser necessário para a reprodução da vida, passando a ser o motivo (PINTAUDI, 2010).

Contudo, deve-se olhar o consumo para além da existência, tendo-o também como maneira de resistir, uma forma de ressignificar a existência. Para tanto, no contexto geral da abordagem até o momento, direcionaremos a tratar no próximo capítulo sobre as particularidades das relações sociais e econômicas na cidade de Conceição do Araguaia entre os comércios dos dois circuitos da economia urbana e a população.

## **4 AS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)**

O presente capítulo é dedicado à exposição e discussão dos dados obtidos através da pesquisa empírica realizada em Conceição do Araguaia com os moradores, donos e responsáveis por comércios dos circuitos superior e inferior da econômica urbana. Primeiramente, trata-se sobre o cenário sócio-espacial dos estabelecimentos comerciais, abordando sobre os locais de instalação das empresas do circuito superior e simultaneamente, destacando as motivações que levaram proprietários dos comércios do circuito inferior a instalarem seus estabelecimentos mercantis na Zona Sul da cidade de Conceição do Araguaia e tempo de funcionamento dos comércios de ambos os circuitos.

Nesta pesquisa por diversas vezes trabalha-se com o termo sócio-espacial, essa é uma ideia conceitual de Carlos, Souza e Sposito (2020) e Souza (2021), que mesmo tendo conhecimento da regra da ortografia vigente, traz conceituações distintas para os termos (sócio-espacial e socioespacial) com hífen e sem hífen. O primeiro direciona-se às relações sociais e ao espaço, numa articulação dialética do contexto da totalidade, mas preservando a individualidade. O segundo refere-se ao espaço social.

Posteriormente, aborda-se a respeito da População Economicamente Ativa, em âmbito estadual, de maneira superficial e mais aprofundada no âmbito municipal, trazendo o nível de instrução da população e em seguida apontando a geral de emprego proporcionada pelos dois circuitos da economia urbana, apontando os requisitos mínimos exigidos para contratação de trabalhadores, tanto no circuito superior quanto no inferior.

Por fim, versa-se sobre a realidade sócio-espacial e socioeconômica da população concepcionense, concomitantemente, evidenciando as relações existentes entre comércio-população, por meio do auxílio proporcionado para a sobrevivência e existência da população, através do crédito pessoal, ou seja, do fiado, em ambos os circuitos (inferior e superior), em meio a expansão da modernização pelo espaço, que garante o crescimento do uso de cartões de crédito e da transferência bancária online.

### **4.1 A situação sócio-espacial dos estabelecimentos comerciais em Conceição do Araguaia**

Considerando os debates levantados nos capítulos anteriores, há alguns aspectos que tratam demasiadamente sobre a organização espacial intraurbana, onde essa organização

carrega intrinsicamente a complexidade e fatores dinâmicos das relações sócio-espaciais, as quais possuem a contribuição dos circuitos da economia urbana, que por sua vez, sugere as capacidades qualitativas e quantitativas de produção e consumo nas cidades dos países periféricos.

Baseando-se em tais contextualizações, a princípio, propomos evidenciar uma conjuntura de dados relacionados aos aspectos sócio-espaciais no âmbito dos estabelecimentos comerciais de serviço e consumo. Para esse ponto, como demonstrado no mapa 7, há um centro tradicional e uma concentração de estabelecimentos descentralizada, o que permite levantar, também, considerações sobre os fixos e fluxos.

De acordo com Santos (2006), fixos e fluxos são ricos em informação, pois os fixos permitem ações que redefinem os lugares, proporcionando novas condições ambientais e sociais. Já os fluxos resultam direta e indiretamente das ações, atravessando ou instalando-se nos fixos, ou seja, em junção interagem e expressam a realidade geográfica, tornando-se objeto para geografia.

Reverberando sobre os locais de instalação das empresas que compõem o circuito superior – as entrevistadas e não entrevistadas –, essas se encontram, majoritariamente, instalados no centro tradicional de Conceição do Araguaia, pois, como já apontado, essas empresas se instalam na maioria das vezes onde é o centro ou onde será o centro urbano. A seguir, na tabela 5, demonstraremos a situação dos imóveis (próprio ou alugado) dessas empresas.

**Tabela 5** – Situação do imóvel (próprio ou alugado) do circuito superior

Circuito Superior	
Situação do imóvel	Quantidade
Próprio	0
Alugado	4

Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Como se pode verificar, todos os entrevistados responsáveis pelos estabelecimentos do circuito superior, correspondentes a três lojas de departamento e uma cooperativa de crédito, afirmaram que os imóveis são alugados. Tal situação evidencia que a reestruturação e/ou a refuncionalização, tratada por Corrêa (2016), devido sua flexibilidade funcional e um custo reduzido para reestruturá-la, constitui-se, a princípio, como melhor investimento a essas empresas. Isso acentua, também, as transformações na paisagem urbana no centro tradicional da cidade (ver figura 13), onde se localizam as empresas do circuito superior.

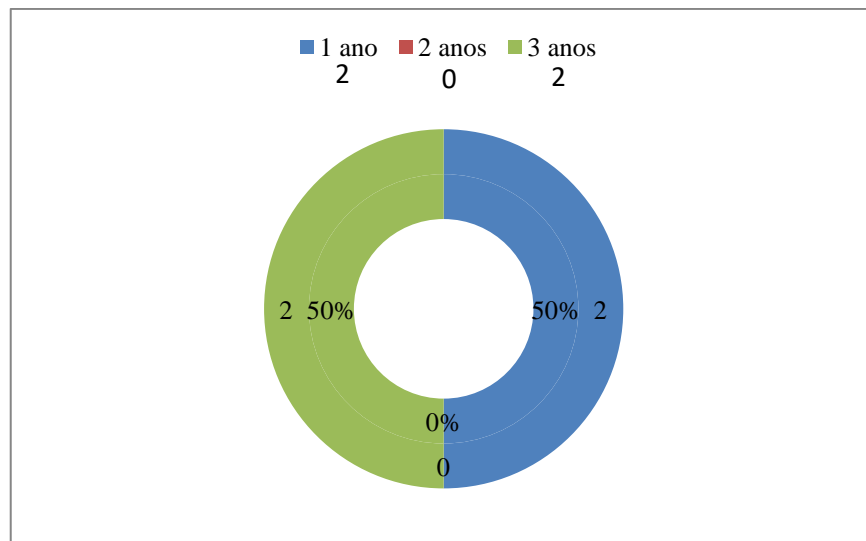
**Figura 13** – Paisagem urbana do centro tradicional de Conceição do Araguaia



Fonte: Autor (2023).

Todos esses estabelecimentos comerciais possuem áreas superiores a 120m<sup>2</sup>. No gráfico 1, demonstrará o tempo de funcionamento desses estabelecimento na cidade.

**Gráfico 1** – Tempo de funcionamento dos estabelecimentos por ano completo



Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

O gráfico acima demonstra o período de instalação dessas empresas na cidade de Conceição do Araguaia, proporcionando base para enfatizar o recente cenário de mudança que vem ocorrendo na paisagem urbana concepcionense. Com estrutura, área e fachadas detentora de arquitetura moderna, diferenciando-as, pelo nível de capital, dos outros comércios, possibilitando obter, conseqüentemente, maior visibilidade entre os comércios da localidade, ainda podendo expandir tal visibilidade tanto na escala intraurbana quanto intermunicipal, para o caso da cidade araguaiana em questão. Santos (2008) enfatiza que no centro não há apenas as empresas de grandes capitais, como também os comércios da economia inferior que, simultaneamente, podem compartilhar dos mesmos clientes, dividindo o mesmo espaço central intraurbano.

Entretanto, diante a essa possibilidade de abrir um ponto comercial no centro, ação que proporciona aglutinar nessa região da cidade múltiplos comércios de distintas atividades, em contraponto, simultaneamente, há a possibilidade da formação de descentralidade(s) nos núcleos urbanos e, visando identificar algumas razões motivacionais relacionados à instalação de estabelecimentos comerciais na Zona Sul concepcionense, destacado no mapa 7, em entrevista, esse público apresentou razões significativas, sendo elas: geográficas, sociais e econômicas, que confluíam-se bastante. Desta forma, destacam-se as seguintes razões motivacionais: localidade com grande fluxo de pessoas, ponto estratégicos, falta de comércio do ramo nas proximidades, pelo ponto comercial ser na residência<sup>33</sup> ou abrir o próprio negócio e, principalmente, para ter uma renda, apontaram os entrevistados.

Por esta razão, Arroyo (2008) assinala que nos circuitos da economia urbana há aqueles preocupados em acumular capital, visando expandir e renovar as atividades frente às exigências tecnológicas e, por outro lado, há outros preocupados com a sobrevivência. Santos (2008) e Sposito (2020) referem-se ao capital como fator essencial do circuito superior, enquanto no circuito inferior esse fator se exprime no trabalho.

Com isso, buscou-se conhecer, também, a situação imobiliária dos estabelecimentos dessa descentralidade (ver tabela 6) que compõe o circuito inferior da economia em Conceição do Araguaia.

---

<sup>33</sup> Considerando, entre outros, os casos dos artesões, Santos (2008, p. 217) afirma que “é comum que o local de trabalho dos artesões e o ponto de venda dos comerciantes sejam em sua habitação. [...] isso representa uma economia de tempo e de dinheiro e quase sempre constitui a única possibilidade de ter uma atividade econômica”.



**Tabela 6** – Situação do imóvel (próprio ou alugado) do circuito inferior

Circuito Inferior	
Situação do imóvel	Quantidade
Próprio	17
Alugado	12

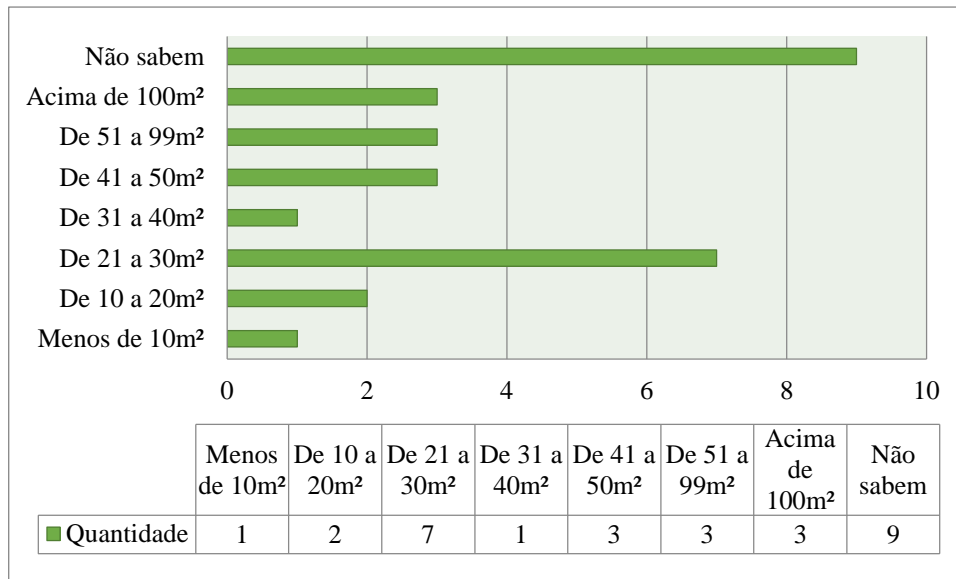
**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

A partir do apontado na tabela acima, observa-se que os imóveis dos estabelecimentos do circuito inferior, são na maioria próprios. Os imóveis próprios, visualizando em totalidade, representam, aproximadamente, cerca de 59% e os imóveis alugados alcançam o percentual de 41%. Ou seja, os cinco imóveis próprios que há a mais que os imóveis alugados, representam o percentual de 18%. Durante o trabalho de campo, possibilitou observar que esses estabelecimentos, majoritariamente, possuem áreas relativamente pequenas (ver figura 14), quando comparadas às áreas dos estabelecimentos do circuito superior, que são acima dos 120 m<sup>2</sup>.

**Figura 14** – Restaurante, oficina de moto e espetinho na Zona Sul concepcionense

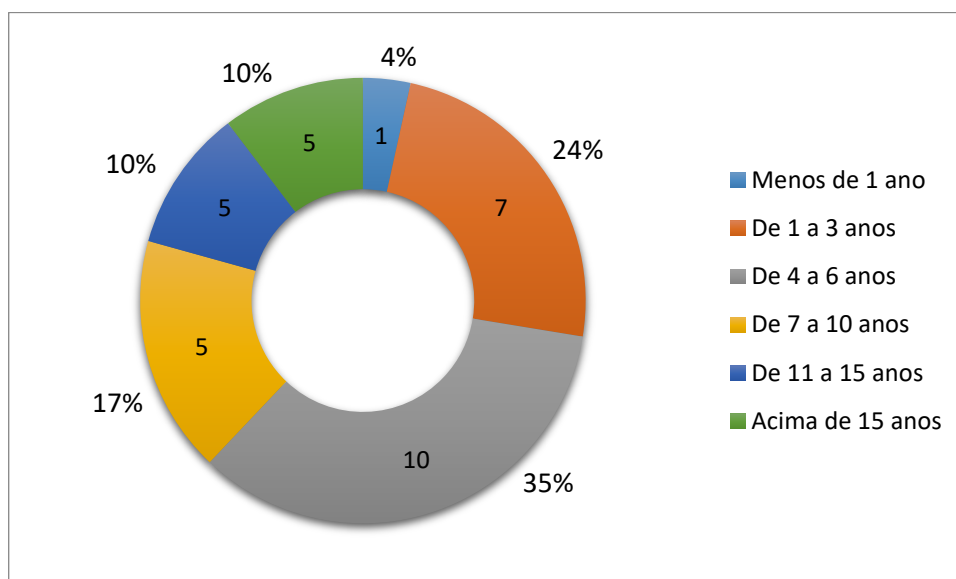
**Fonte:** Autor (2023).

De acordo com Santos (2008, p. 215) “[...] quanto mais pobre é a população, menor é a dimensão dos comércios” e, de forma mais ampla, “todos esses estabelecimentos ocupam pouco espaço”. Para corroborar com tal afirmação, no gráfico 2 a seguir, será apontado o tamanho desses estabelecimentos em metros quadrados (M<sup>2</sup>).

**Gráfico 2** – Tamanho da área dos estabelecimentos do circuito inferior em M<sup>2</sup>

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Apesar do quantitativo significativo das pessoas que não sabiam o tamanho do seu estabelecimento em metros quadrados, pode-se visualizar que apenas três comércios possuem área maior que 100 m<sup>2</sup>. Em maior quantidade estão os estabelecimentos com área entre 21 e 30 metros quadrados e ainda há outros que funcionam em áreas ainda menores. Alguns desses comércios foram abertos há mais de quatro anos. No gráfico 3, destacaremos o tempo de funcionamento desses estabelecimentos do circuito inferior.

**Gráfico 3** – Tempo de funcionamento dos estabelecimentos do circuito inferior

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Por meio do gráfico 3, torna-se possível verificar que 72% dos estabelecimentos têm um período de funcionamento superior a três anos e 28% dos estabelecimentos possuem período de funcionamento de três anos ou menos. Essas atividades somam-se à contribuição para explicar o dinamismo nas cidades, com isso, o setor terciário se apresenta detentor de um importante papel relacionado às atividades econômicas. O mesmo ocorre nas cidades médias da Amazônia Oriental, como Imperatriz, entretanto, devido ao porte da cidade, ocorre à formação de múltiplas centralidades, proporcionando especialização em diversos bairros, impulsionado pela concentração espacial das atividades econômicas terciárias (SILVA e LIRA, 2020).

Apesar do circuito inferior, segundo Santos (2008) possuir em sua formação o ramo de atividades de pequena dimensão, mantém relações com a sua região e voltado, principalmente, para a classe baixa, coloca em primeiro lugar a sobrevivência e depois a acumulação, caso seja possível. Ou seja, esses espaços comerciais promovem mais opção de consumo, ainda, Silva e Lira (2020) ressaltam a ideia de lazer e diversão, para além dessas, indo mais a fundo enfatizamos esses espaços como a criação de novas possibilidades de existência, resistência e sobrevivência no âmbito da atual conjuntura do sistema econômico vigente.

Frente essas colocações, propomos trazer uma análise relacionada à geração de emprego de emprego e renda proporcionada pelos dois circuitos da economia urbana na cidade de Conceição do Araguaia, o que nos possibilita, concomitantemente, trazer à luz a relevância desse subsistema do circuito econômico dentro desse âmbito para o município em questão.

#### **4.2 O contraponto entre o circuito inferior e o circuito superior: o potencial de geração de emprego**

A abordagem relacionada ao emprego engloba diversos âmbitos e fatores, possibilitando ampla discussão acadêmica. Em meio a essas discussões há uma variada utilização conceitual e teórica, por exemplo, ao tratar das pessoas ocupadas e desocupadas, o IBGE adotou um conceito de População Economicamente Ativa.

De acordo com Santos e Silveira (2006), em meados da década de 1990, a População Economicamente Ativa do país representava pouco mais de 33% da população, equivalendo a mais de 52 milhões pessoas. Aproximadamente, os percentuais da PEA por região se apresentava da seguinte forma: 42% na região sudeste, 30% no nordeste, 18% na região sul,

6% no centro-oeste e 4% na região norte. Entretanto, os autores advertem que tais percentuais, nesse período, excluíram as pessoas da zona rural nordestina e do norte, com exceção do Tocantins.

Nesse contexto, a região norte possuía mais de 11 milhões de habitantes, e a PEA era próxima dos dois milhões de pessoas, equivalendo a 17% da sua população total. Mais de 56% da PEA nortista trabalhavam no setor terciário e, aproximadamente, 11% correspondiam ao emprego doméstico<sup>34</sup>. Com o *boom* do setor terciário entre as décadas de 1960 e 1980 em todo o país, o efetivo desse setor passa de 1,5 milhão para 11 milhões, alcançando um crescimento de 7,4 vezes (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Visando trazer a abordagem da População Economicamente Ativa no estado do Pará e, mais especificamente, para cidade de Conceição do Araguaia no século XXI, a tabela 7 a seguir demonstrará o quantitativo da PEA utilizando dados do IBGE.

**Tabela 7** – População Economicamente Ativa total no Pará e Conceição do Araguaia

<b>População Economicamente Ativa - PEA</b>		
<b>Grupo de idade</b>	<b>Pará</b>	<b>Conceição do Araguaia</b>
10 a 14 anos	87.402	623
15 a 19 anos	261.912	1.850
20 a 39 anos	1.778.530	10.040
40 a 59 anos	908.820	5.841
60 anos ou mais	157.495	1.281
<b>Total</b>	<b>3.194.159</b>	<b>19.635</b>

Fonte: IBGE (2010); org. pelo autor (2023).

A partir da tabela acima, elaborada com os dados do censo de 2010, pode-se verificar que a População Economicamente Ativa de Conceição do Araguaia alcança a marca de 19.635, esse quantitativo em representação percentual relacionado ao estado, alcança 0,6% pontos percentuais. Já a PEA do estado do Pará, baseando-se nos dados do IBGE (2010), tornou-se, aproximadamente, 63% maior que a PEA de toda região norte em meados do último decênio do século passado, corroborando com a afirmação de Santos (1993); Santos e

---

<sup>34</sup> De acordo com Santos (2008, p. 208), “o trabalho doméstico constitui uma das formas essenciais de serviços e uma importante fonte de empregos”. Para tanto, aponta um estudo da cidade de Calcutá onde mostra que este tipo de serviço está em primeiro lugar entre os migrantes.

Silveira (2006) sobre o crescimento exponencial do setor terciário, ou melhor dizendo, descortinando as coisas, o setor é terciário é o próprio circuito inferior.

O circuito inferior é mais comumente chamado de “terciário” na literatura referente à urbanização dos países subdesenvolvidos: “terciarização” tornou-se a expressão consagrada para definir as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização (SANTOS, 2008, p. 200).

O circuito inferior apreende e recobre a realidade com muito mais amplitude do que o termo terciário, pois é um elemento fundamental da vida urbana da população pobre nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008). Entretanto, comumente a visibilidade que proporciona o status de elemento fundamental da vida urbana na contemporaneidade é direcionada ao circuito superior, com seus grandes estabelecimentos carregado de modernização, possuidores de significativos aportes empregatícios e com isso recebem maior atenção, tanto da população pelo vislumbre da modernização, quanto do governo como elemento fundamental para expansão dessas empresas pelo espaço, e acabam construindo para elas um espectro de indispensabilidade. Destarte, a partir dessas colocações, será destacado na tabela 8, por meio dos dados coletados em entrevista, o cenário de geração de emprego do circuito superior.

**Tabela 8** – Geração de emprego pelo circuito superior

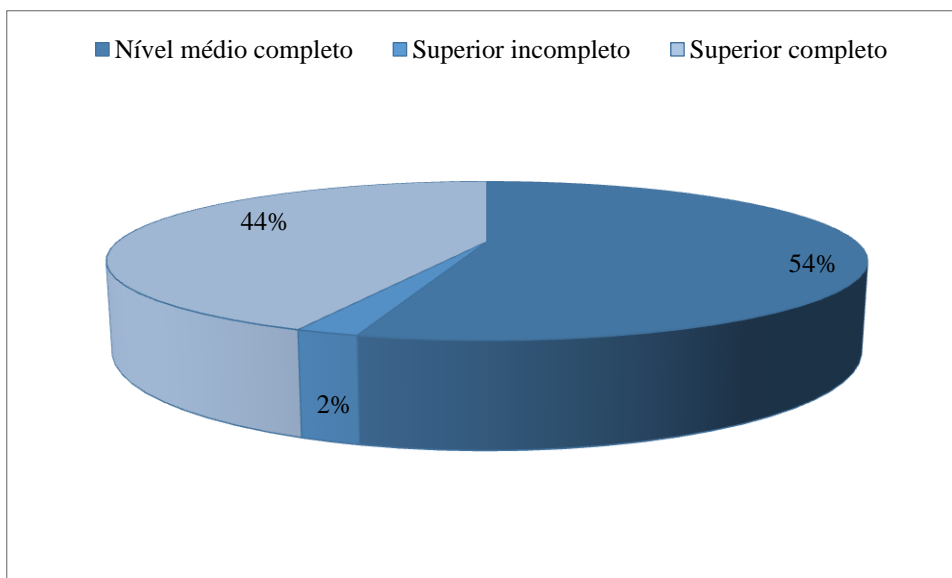
<b>Circuito Superior</b>		
<b>Nº de funcionários por estabelecimento</b>	<b>Quantidade de comércios</b>	<b>Total de funcionários</b>
9 funcionário	2	18
13 funcionários	1	13
15 funcionários	1	15
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>46</b>

Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Através da tabela 8, verifica-se que o circuito superior, aqui materializado em quatro estabelecimentos, atinge um total de 46 funcionários o que proporciona uma média de 11,5 funcionários por empresa. Contudo, 75% dessas empresas exigem requisitos para contratação. Esses requisitos variam desde nível de escolaridade, experiência e até mesmo idade máxima, não podendo ultrapassar os 24 anos, como afirmou o **Responsável C.S 1** em entrevista. Referindo-se ao nível de escolaridade, o **Responsável C.S 3**, diz que, preferencialmente, exige-se o nível superior, tanto que, aproximadamente, 20% dos trabalhadores possuem o

nível médio, todos os outros possuem nível superior. O gráfico 4, aponta as porcentagens do nível de escolaridade dos trabalhadores desses estabelecimentos.

**Gráfico 4** – Nível de escolaridade dos trabalhadores do circuito superior



**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Com a modernização que se expande no globo pelo espaço e lugares, observa-se que ocorre a elevação de profissões que exigem especialização e à automação, com isso, podem restringir as possibilidades de emprego. Esse cenário conflui-se com os apontamentos de Silveira (2013, p. 67), “[...] boa parte da população urbana realiza trabalhos ocasionais e orientados a consumo banais [...] o circuito inferior nasce e se desenvolve em função tanto da insatisfação das demandas criadas pela economia hegemônica como do desemprego estrutural”. Destarte, a seguir na tabela 9 será evidenciado o quantitativo de empregos gerados pelos estabelecimentos do circuito inferior concentrados na zona sul concepcionense.

**Tabela 9** – Geração de emprego pelo circuito inferior na zona sul de Conceição do Araguaia – PA

Circuito Inferior		
Nº de funcionários por estabelecimento	Quantidade de comércios	Total de funcionários
1 funcionário	1	1
2 funcionários	4	8
3 funcionários	2	6
4 funcionários	2	8
5 funcionários	1	5

6 funcionários	0	0
7 funcionários	1	7
8 funcionários	1	8
9 funcionários	2	18
16 funcionários	2	32
Trabalham sozinho	11	11
Trabalham em família	2	6
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>110</b>

Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

A partir da tabela 9, observa-se que os pequenos mercados da economia inferior geram emprego ou ocupação a 110 pessoas, e resultam numa média de 3,8<sup>35</sup> funcionários por estabelecimento. Todavia, pode-se questionar também em relação aos estabelecimentos que trabalham em família, entretanto, é inegável geração de renda a duas famílias. Santos (2008) aponta que frequentemente é encontrado o emprego familiar no circuito inferior, pois reduz encargos sociais e impostos e, simultaneamente, possibilita o aumento da produção sem mobilizar mais capital de giro. Isso para um pequeno comércio se torna de grande valia. Outro ponto que merece destaque são os empresários individuais, que pelo fato de representar 10% do total de empregos, alguns não queria estar trabalhando sozinho, como afirmaram em entrevista. A seguir algumas falas desse grupo:

“Por enquanto trabalho sozinho, mas futuramente quero fazer contratações”, disse o **Responsável C.I 28**.

“Atualmente estou trabalhando sozinho, mas já tive funcionários, as coisas apertaram”, assinalou o **Responsável C.I 22**. (TRABALHO DE CAMPO, 2023).

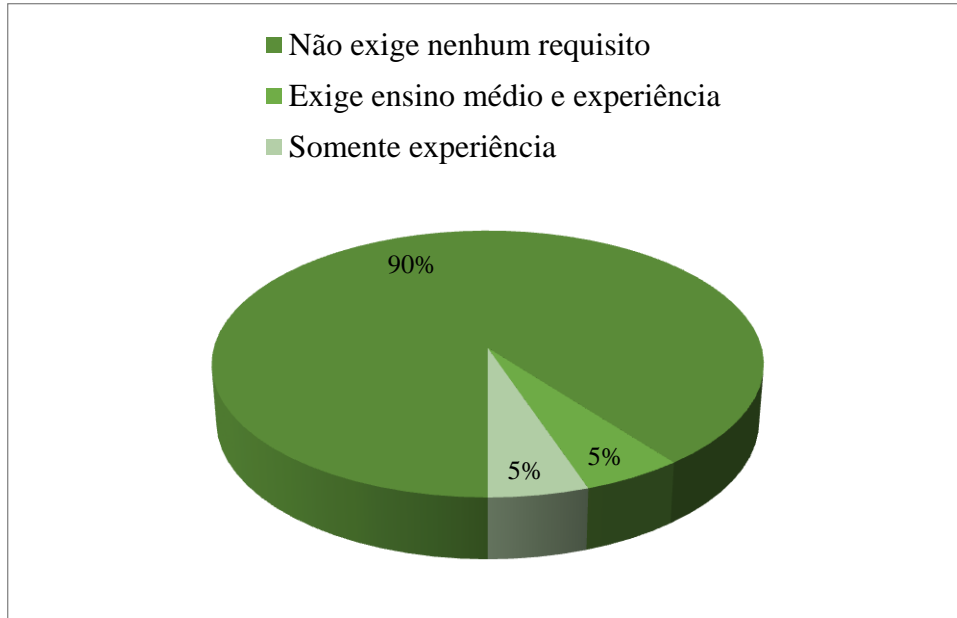
Também quando questionados sobre os requisitos mínimos, como nível de escolaridade, experiência e/ou especialização para contratação de funcionários, e conforme o gráfico 5, cerca de 90% informaram que não exige nenhum requisito para contratação; 5% assinalou que exige nível de escolaridade e experiência e; os outros 5% exigem apenas experiência. Cabe ressaltar que a inferência desses percentuais diz respeito aos estabelecimentos que possuem ou já tiverem outros trabalhadores, ou seja, desconsidera todos

---

<sup>35</sup> A quantidade de emprego oferecia à população pobre pelo circuito inferior, dar-se pela multiplicidade das pequenas empresas – familiares ou individuais – no entanto, só podem oferecer um número pequeno de empregos (SANTOS, 2008).

os estabelecimentos que atuam em família e as empresas individuais que nunca contrataram funcionários.

**Gráfico 5** – Requisito para contratação de trabalhadores no circuito inferior



Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Desta maneira, o cenário concepcionense contemporâneo ainda ratifica, a princípio, as ideias de Santos (2008) e de outros pesquisadores que seguiram dando continuidade às ideias miltoniana, como Silveira (2013), Cárdenas, Bini e Bejarano (2013), Arroyo (2008), dentre diversos outros, onde apontam o circuito inferior como, entre outras, acolhedor das pessoas pobres, migrantes e sem especialização, garantindo-lhes emprego e renda. Segundo Montenegro (2006), o circuito inferior desempenha um papel fundamental promovendo ocupação à população pobre, englobando distintos tipos de trabalho, assim, proporcionando a obtenção de renda na cidade. Na tabela 10, mostrará, de modo geral, o nível de escolaridade da PEA de Conceição do Araguaia e do grupo de moradores entrevistados.

**Tabela 10** – Nível de escolaridade da População Economicamente Ativa.

Nível	Conceição do Araguaia	Moradores entrevistados
Sem instrução e fundamental incompleto	9.476	3
Fundamental completo e médio incompleto	3.876	4

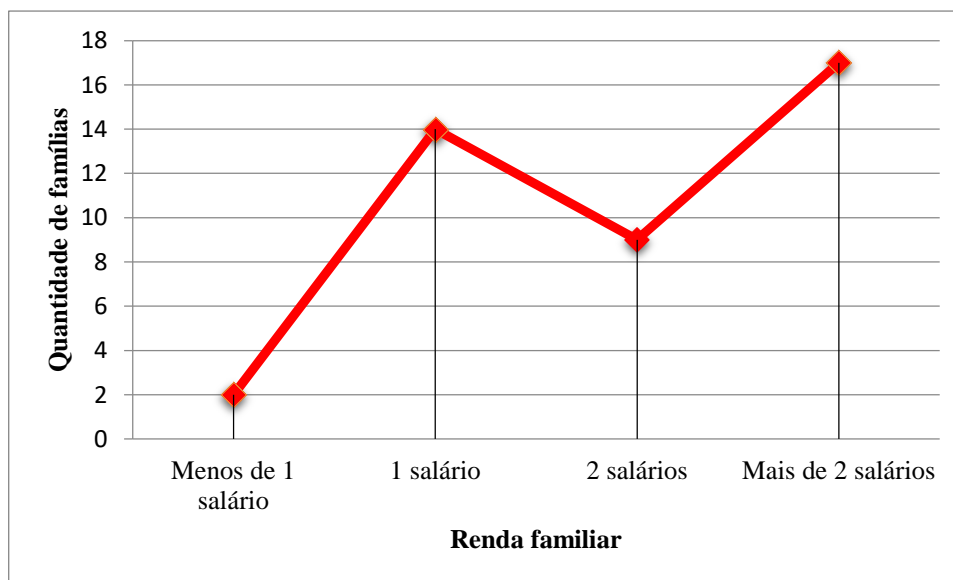


Médio completo e superior incompleto	4.781	19
Superior completo	1.394	16
Não determinado	106	0

Fonte: IBGE (2010); Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Mediante aos dados disponíveis na tabela acima, visualiza-se que parte significativa dos entrevistados possui nível de escolaridade entre o médio e o superior, contudo, há também pessoas com nível fundamental completo e incompleto. Dentro desse grupo de moradores entrevistados, cerca de 17% informaram que possuem alguma especialização para atuação no mercado de trabalho. Essas especializações variam de cursos técnicos, aperfeiçoamento e/ou especialização *lato sensus*.

Em relação à renda familiar desse grupo, conforme gráfico 6 a seguir, duas famílias possui renda inferior a um salário mínimo; 14 famílias detém um salário mínimo como renda; nove famílias possui como renda dois salários mínimos e; 17 famílias possui renda acima de 2 salários. Entretanto, para alcançar renda de dois salários ou mais, 53% dessas famílias possuem mais de uma pessoa com renda, ou seja, mais de uma pessoa trabalha ou tem um aposentado e/ou faz bicos para complementar a renda familiar. Segundo Jordão (2022), bicos são a execução de qualquer serviço, como capina de quintal, pintura de casa, ajudante de obras, dentre outras, para quem não possui atividade remunerada fixa e tornam-se oportunidade de obtenção de renda. Ressalta-se, também, que bicos é uma forma para complementação de renda, como a realidade concepcionense aponta.

**Gráfico 6** – Renda familiar do grupo de moradores entrevistados

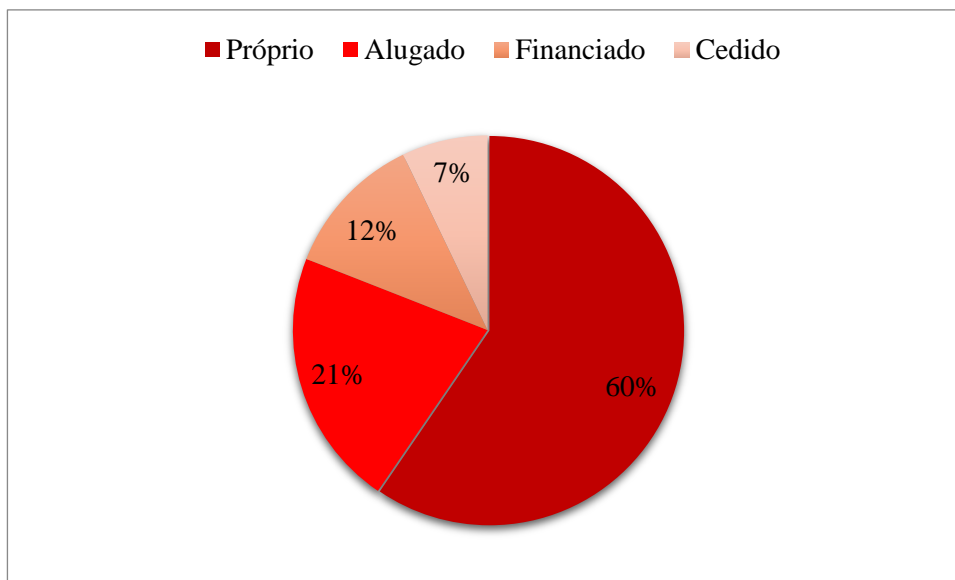
**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Todavia, há um quantitativo significativo de famílias que sobrevivem com um salário mínimo ou menos, essas famílias representam, aproximadamente, 39% do total de famílias entrevistadas. Em algumas dessas residências, os bicos se fazem bastante importantes. Por exemplo, o **Morador 7** é autônoma e ultimamente sobrevive de bicos e com auxílio de programas sociais, constituindo uma família de 3 pessoas. O **Morador 8** constitui uma família de pescadores com 3 pessoas, e da pesca sobrevivem. Quando é período da piracema, época de reprodução dos peixes, assim como a moradora anterior, ganha o auxílio e ainda fazem os bicos. Na residência do **Morador 19**, dentre três residentes, há apenas uma pessoa com renda fixa, uma aposentada, e por essa razão é preciso fazer bicos para complementar a renda e conseguir pagar as contas básicas, como de água, luz e alimentação. Com isso, Cataia e Silva (2013, p. 62) assinalam que “[...] muitas atividades, mesmo com carteira assinada não geram renda suficiente para atender as necessidades básicas da população e atender à ditadura dos consumos modernos”.

Ainda, ao tratarmos das necessidades básicas da população, outro ponto que traz bastante repercussão, contudo não nos aprofundaremos, entretanto é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos é a habitação, que se constitui como um dos elementos do direito a moradia. E direcionando a discussão ao âmbito da casa própria, de acordo com o IBGE (2022), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua, quase 64% dos domicílios particulares no Brasil são próprios; 6% estão em processo de quitação, ou seja, não estão completamente pagos; pouco mais de 21% são

alugados e; quase 9% são cedidos. De maneira geral, assemelha-se ao cenário concepcionense. O gráfico 7 traz os dados percentuais obtidos em campo relacionados à habitação dos moradores.

**Gráfico 7** – Situação habitacional dos moradores entrevistados



Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Conforme o gráfico acima, mais da metade (60%) dos moradores entrevistados possuem moradia própria; seguidos dos moradores que pagam aluguel (21%); os que possuem habitação financiada (12%) e; os que residem em imóveis cedidos (7%). Isso mostra grande semelhança entre os cenários, tanto em micro quanto macro escala, ou seja, respectivamente, em escala municipal e nacional. Com isso, revela-se, também, que há uma quantidade significativa de pessoas que destinam parte da sua renda à moradia. Nesse panorama, esse quantitativo exprime-se no percentual de 33%, corroborando com a afirmação de Carlos (2013), que assevera que as cidades são formadas sob uma base econômica bastante desigual.

Tais situações evidenciam parte das dificuldades enfrentadas pela população dos países subdesenvolvidos, da América Latina, do Brasil, que possui grandes índices de desigualdade, sendo ela, entre outras, sócio-espacial e socioeconômica. Com isso, frente à expansão do capital e, conseqüentemente, da modernização, no subtópico a seguir será evidenciado a relação existente entre comércio e população no âmbito do(s) crédito(s) e do consumo, que influencia direta e indiretamente nas formas de sobrevivência e (re)existência.

### **4.3 A relação existente: a realidade entre o consumo, crédito e a modernização**

As diversas desigualdades que são impostas à população dos países subdesenvolvidos se apresentam em diversos contextos e em vários âmbitos fazendo com que a vida para viver, torne-se uma luta para sobreviver, (re)existir. Nesta pesquisa, por diversas vezes, abordou-se sobre os aspectos sócio-espaciais e socioeconômicos a fim de apresentar parte da realidade contemporânea de Conceição do Araguaia enquanto cidade pequena da Amazônia Oriental, seu cenário urbano dentro de um contexto geográfico e histórico, em meio à chegada de empresas do circuito superior que vem ocasionando mudança na paisagem intraurbana (ver figura 15), trazendo mudanças nos fluxos e nos locais de consumo, estreitando e alargando as relações entre a população e os comércios de ambos os circuitos.

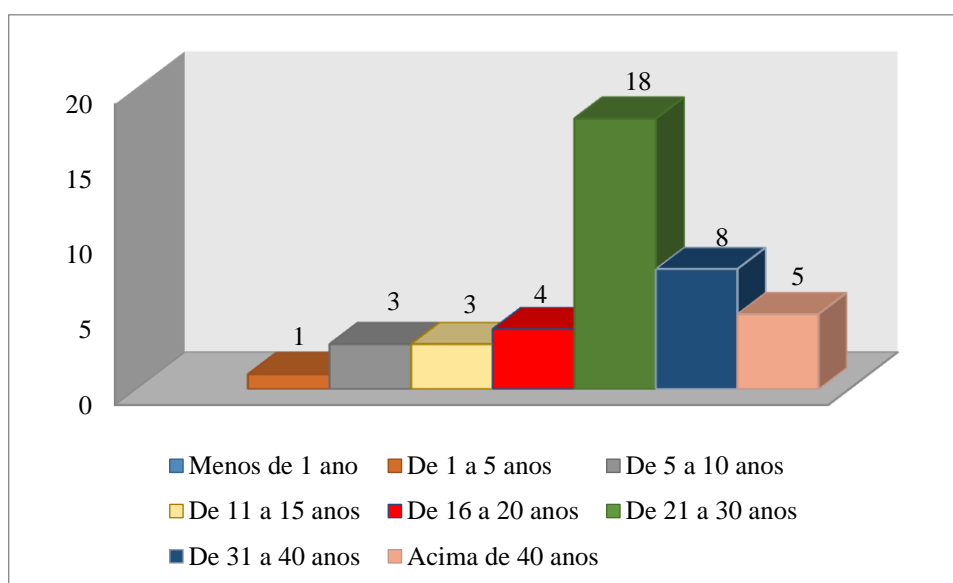
**Figura 15** – Hipermercado no centro tradicional

Fonte: Autor (2023).

Para Andrade (2020, p. 1) o “comércio e cidade se relacionam desde suas gêneses, desenvolvendo-se ao longo do tempo uma relação de dependência e complementaridade”. Esse foi um ponto tratado no capítulo anterior desta pesquisa a relação comércio e cidade, contudo, agora, pretendemos reverberar sobre a relação comércio e população, onde esse último mesmo sendo elemento constituinte da cidade a partir do sedentarismo da moradia, possui diferentes necessidades para a sobrevivência e existência, como o consumo de bens essenciais para tal, que figura-se em diversos produtos e/ou serviços. Mas como se dão essas relações em meio à expansão da modernização na contemporaneidade? Isso será abordado neste subtópico.

Como o espaço geográfico é constituído pelas coisas e a vida que as anima, as relações são elementos fundamentais para a vida em sociedade, ou seja, o meio é formado pelas relações sociais. As relações são construídas por meio da vivência, interação, do cotidiano, podendo ser estruturadas em curto e/ou longo período, e a partir desses pontos as relações são alargadas ou estreitadas. Nos gráficos 1 e 3 foi destacado o período de funcionamento dos estabelecimentos do circuito superior e circuito inferior, respectivamente. Por meio desses gráficos, torna-se possível identificar que há empresas funcionando a menos de 1 ano e outras que ultrapassam 15 anos de funcionamento. Destarte, tendo o tempo como elemento de solidificação das relações, ou podendo ser ao contrário, o gráfico 8 aponta o tempo de residência da população na cidade de Conceição do Araguaia e partindo disso, possibilita verificar como se dão as relações entre os moradores e os comércios em relação ao consumo e o crédito.

**Gráfico 8 – Tempo de residência na cidade**

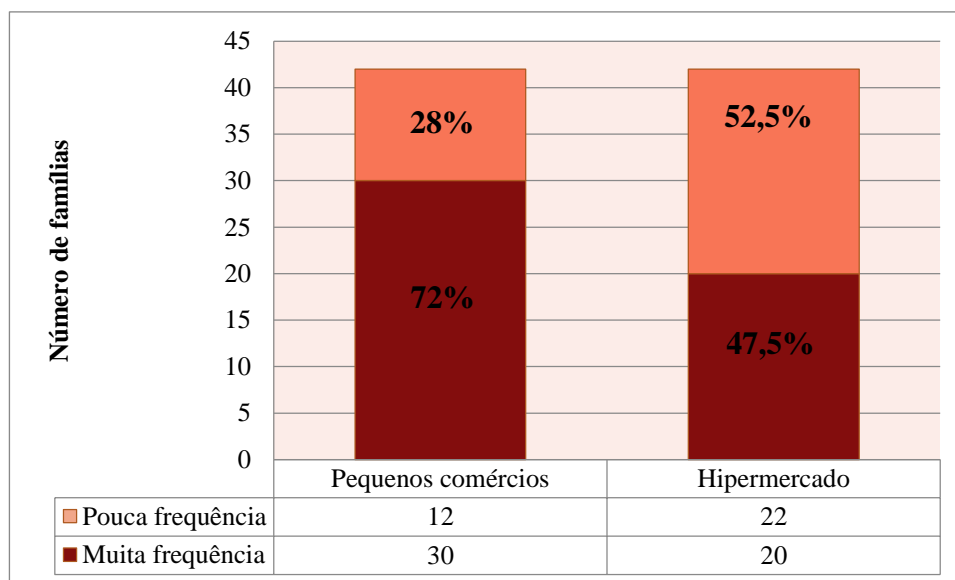


Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

A partir do gráfico 8, pode-se observar que mais da metade dos moradores residem em Conceição do Araguaia há mais de 20 anos e a outra parcela reside à um período considerável dentre cinco a 20 anos, e apenas um desses moradores reside entre 1 e 5 anos na cidade. De maneira geral, esse tempo de vivência na cidade se apresenta como um período razoavelmente sólido para construção de relações, onde essas relações podem ser mais estreitas ou não. Partindo desse ponto, diante a possibilidade de consumo em ambos os circuitos pelo fato da presença desses estabelecimentos, buscou-se identificar (ver gráfico 9) em que frequência os

moradores realizam compras de produtos de consumo, como alimentação e limpeza, nos estabelecimentos do circuito inferior – os pequenos estabelecimentos – e do circuito superior – o hipermercado no centro da cidade.

**Gráfico 9** – Frequência de aquisição de produtos de consumo em dois tipos de comércios



Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

A estruturação do gráfico 9 permite visualizar que significativa parte população consome com mais frequência os produtos do pequeno comércio. A aquisição com maior frequência de produtos no hipermercado se apresenta abaixo dos 50%, entretanto, esse percentual se explica, entre alguns fatores, por meio da distância do centro para algumas residências de bairros mais longínquos, fazendo com que alguns moradores dificilmente tenham como escolha o hipermercado, devido à sua localização, por exemplo, no caso do **Morador 7**, que reside no bairro Vila Nova e não possui nenhum veículo de transporte. “Posso até ir ao hipermercado, mas tem que ter uma boa promoção”, afirmou o **Morador 29**. Contudo, assim, como algumas pessoas possuem motivos para não comprarem com frequência no hipermercado, ocorre o contrário, há aqueles que preferem o grande mercado do centro, como o **Morador 33**, que assegura que “os pequenos comércios locais possuem preço mais altos que no mercado do centro”.

Contudo, a colocação do **Morador 33** não é universal ao tratar, pelo menos, dos produtos da cesta básica, pois de acordo com Ribeiro (2022), buscando evidenciar os menores preços dos óleos vegetais em Conceição do Araguaia, como, entre outros, o óleo de soja – um dos mais consumidos – encontra-se com menores preços nos mercados das Zonas Sul e Norte

da cidade. De acordo com Santos (2008, p. 248), “os preços no circuito inferior dependem, de um lado, das condições em que o comerciante é abastecido e, de outro, das formas de relações com sua clientela”.

Em meio a tais explicações, torna-se possível observar que para alguns moradores a locomoção intraurbana, que pode se figurar na falta de veículo ou até problemas motores pessoais, apresenta-se como um entrave para realizar o deslocamento, das zonas marginais ao centro e vice-versa, que evocam uma infinidade de ações e afazeres. Desta maneira, a tabela 11, demonstrará quantitativo de veículos por família.

**Tabela 11** – Tipos de veículos das famílias entrevistadas.

Tipos de veículos	Nº de famílias
Apenas bicicleta	3
Apenas motocicleta	11
Apenas carro	0
Bicicleta e motocicleta	16
Bicicleta, motocicleta e carro	3
Bicicleta e carro	1
Motocicleta e carro	3
Nenhum veículo	5

Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Por meio dos dados da tabela 11, evidencia-se que há um considerável número de famílias que possuem algum tipo de veículo automotor, representando o percentual de 81%. As famílias que possuem apenas bicicletas representam 7% e as que não possuem nenhum tipo de veículos chegam a 12%. As bicicletas e motocicletas são os veículos mais comuns entre os lares dos moradores, em junção alcançam o percentual de 88%. O carro representa o veículo automotor menos comum entre os moradores, representando 17%.

Todavia, considerando que em 53% das famílias há mais de uma pessoa exercendo a venda de força de trabalho, não possuir nenhum veículo ou apenas uma bicicleta ou uma motocicleta, que configura o caso de 47% das famílias, possibilita tornar ainda mais complexa à vida da população, na junção dos aspectos sócio-espacial e socioeconômico, tendo em vista que se podem destacar, entre outros, pelo menos dois pontos que se aprofundam, como: 1) a dificuldade de locomoção, principalmente, para moradores de bairros marginais que não possuem nenhum veículo e; 2) para os que possuem um veículo automotor, o alongamento do trajeto, o quantitativo de idas e vindas, para levar e trazer duas ou mais pessoas, acarreta, conseqüentemente, num maior consumo de combustível o que vai incidir na elevação de



gastos nesse âmbito, não incluindo outros afazeres, tendo em vista que essa venda de força de trabalho se dá pela necessidade melhorar a qualidade de vida em seus diversos aspectos, tornando-se, como diz um ditado popular, uma faca de dois gumes.

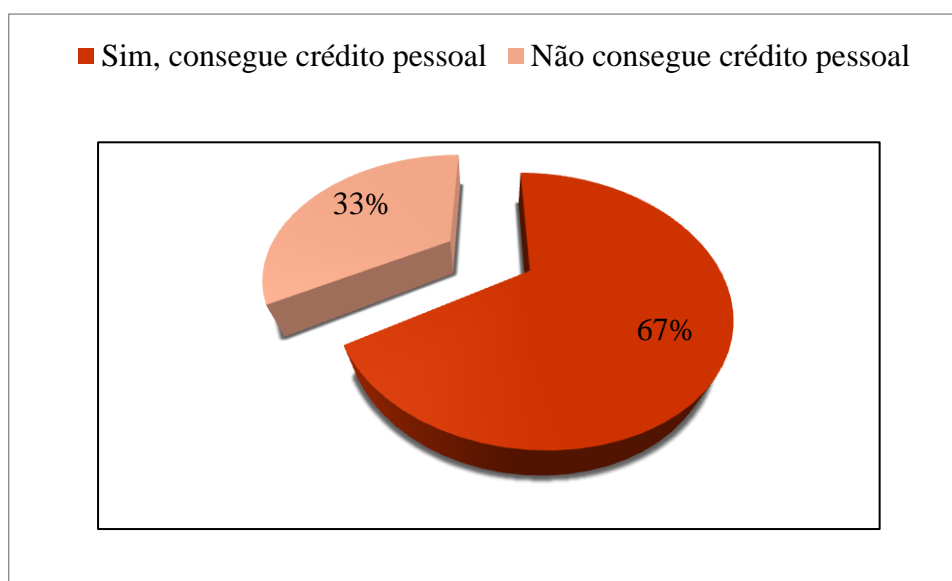
A possibilidade de comprometer a renda em níveis elevados é algo real na vida dos trabalhadores e, principalmente, os mais pobres, isso se apresenta como uma das coisas que pode assombrar cidadão e quando isso acontece, por qualquer que seja o motivo, procura-se as chances de conseguir crédito pessoal<sup>36</sup>, ou melhor, dizendo a possibilidade do fiado nos comércios. Segundo Santos (2008), para o consumidor, sobretudo os mais pobres, o crédito é essencial, pois não possuir dinheiro com frequência faz com que por meio do crédito se consiga prover as necessidades da família. E por essa razão, assevera que antes de tudo, o cidadão pobre se endivida pelas despesas correntes, um endividamento que resulta da tentativa de sobreviver, enquanto classes mais favorecidas se endividam para despesas ocasionais. Silveira (2013, p. 70) aponta o papel do consumo e suas causalidades.

O papel do consumo é fundamental, ensejando concomitantemente o acesso aos novos bens, à obediência às normas e o endividamento [...] no momento em que os mais pobres incorporam não poucas variáveis do período, aumentam sua participação na divisão do trabalho hegemônica, compartilhando ainda mais a cidade, mas não superam a escassez. É a produção de pobreza estrutural que reafirma a existência desse espaço dividido.

A necessidade imprescindível de consumo, mesmo a partir das necessidades mais básicas ou até as despesas ocasionais, impõe-nos numa lógica de consumismo e, concomitantemente, endividamento. De acordo com Arroyo (2008), as pessoas pobres recorrem ao crédito mais na condição de consumidores do que de produtores, e o endividamento, como possibilidade se transforma em estratégia de ampliar ou realizar o consumo. Desta maneira, procurou-se conhecer a possibilidade de crédito pessoal (ver gráfico 10), caso seja necessário ante alguma necessidade pessoal ou da família.

---

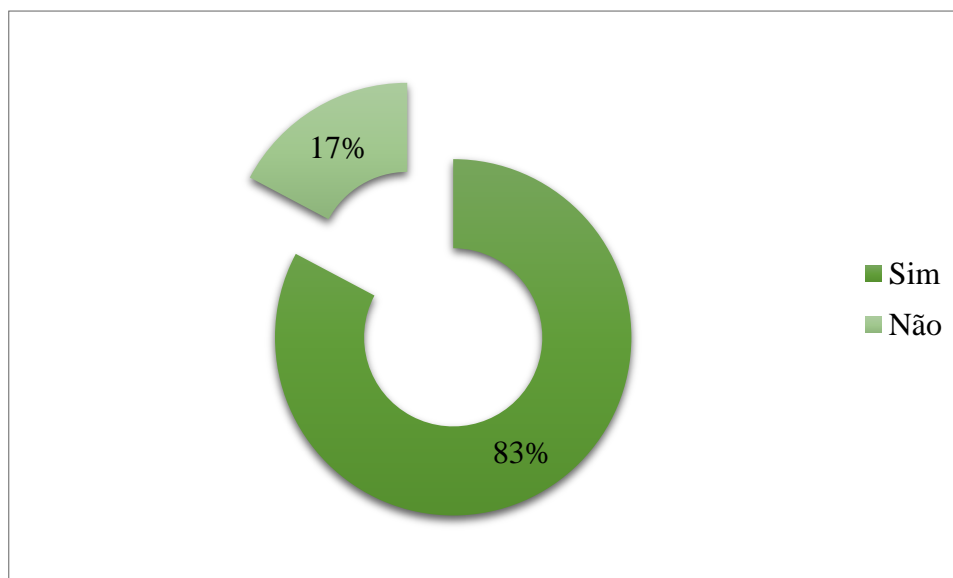
<sup>36</sup> Queremos expressar como crédito pessoal ou fiado a possibilidade de sujeito conseguir algum produto ou serviço que esteja necessitando sem a necessidade de qualquer consulta em sistema para aprovação do crédito, ou utilização de cartões ou cheques, ou seja, um crédito concebido por meio da confiança, ocorrendo no máximo à assinatura de nota promissória ou equivalente.

**Gráfico 10** – O acesso da população ao fiado

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Observa-se que quase 70% dos moradores contam com o crédito pessoal. Esse percentual dentro do cenário de pesquisa poderia ser ainda maior, pois alguns moradores informaram que nunca tentaram verificar a possibilidade de conseguir esse crédito. Desta forma, como enfatiza Cataia e Silva (2013), tal situação demonstra um panorama que essencialmente necessita da busca de mais renda, por meio de outros trabalhos além da renda fixa, evidenciando que a pobreza urbana precisa considerar outros processos, mesmo em um período de aumento estatístico de carteira assinada, como ocorreu no primeiro decênio do século XXI, destarte, parte da população não consegue suprir as necessidades mínimas de bem estar.

Diante essa necessidade evidente do crédito pessoal (fiado), buscou-se, também, conhecer como os estabelecimentos do circuito inferior atuam – se há ou não disponibilidade do crédito pessoal aos clientes (ver gráfico 11) –, frente à necessidade de uma realidade vivida e compartilhada entre os moradores, que divergem e convergem simultaneamente.

**Gráfico 11** – Disponibilidade de crédito pessoal (fiado) aos clientes

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Uma parte bastante expressiva desses comerciantes disponibiliza do fiado aos clientes. Alguns desses enfatizaram que o crédito pessoal, na maioria das vezes, é disponibilizado a aqueles clientes mais conhecidos, ou seja, onde existe uma relação construída a partir sociabilidade. Quando questionados em entrevista sobre a disponibilidade dessa modalidade tivemos respostas, para além do “sim” e “não”, como:

**Responsável C.I. 18:** Sim, não tem como não ter, afirmou;

**Responsável C.I. 5:** Sim, é o que mais têm, informou;

**Responsável C.I. 2:** Sim, para conhecidos/amigos;

**Responsável C.I. 13:** No início, sim. Depois encerrou, devido à dificuldade de receber;

**Responsável C.I. 4:** Não disponibilizamos essa modalidade. (TRABALHO DE CAMPO, 2023).

Essas falas proporcionam compreender parte das relações e sua importância para os sujeitos ante suas necessidades individuais e, sobretudo, familiares. Pode-se dizer que o crédito pessoal ainda se configura como forma indispensável de sobrevivência a muitas famílias, atuando dentro do cenário contemporâneo das novas técnicas de compra e venda e o uso do dinheiro de plástico, o cartão de crédito, característica que a princípio é implantada no circuito superior e posteriormente se expande a todos os circuitos da economia urbana.

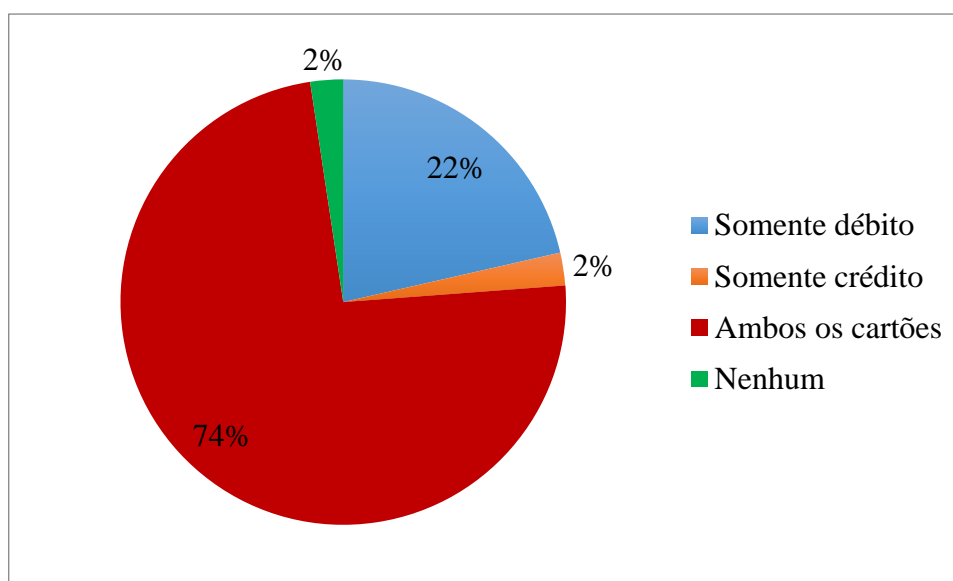
Contemporaneamente, encontram-se nos países latino americanos manifestações com o avanço das técnicas financeiras. Dias e Lenzi (2009, p. 115, apud Silveira, 2015, p. 249):

Lembram que [...] o núcleo de inovações tecnológicas de base microeletrônica engendra mudanças nas formas assumidas pelo dinheiro e pelas finanças. Dinheiro virtual, cartões magnéticos inteligentes e transferência eletrônica de fundos rematerializam o dinheiro, que se transforma em unidades de informação transmitidas pelas redes de telecomunicações.

Essa é uma caracterização da globalização do mundo perverso de Santos (2000), onde a informação e o dinheiro se constituem como dupla violência central, que alicerçam o sistema ideológico da hegemonia, proporcionando base à lógica da expansão do consumo. De acordo com Santos e Silveira (2006, p. 223), “foi nos últimos vinte anos que o Brasil conheceu uma extraordinária expansão dos consumos materiais e imateriais”. Para isto, os autores afirmam que tal cenário não seria possível sem a cooperação do crédito.

Com isso, mormente, observa-se o alargamento do circuito superior auxiliado por diversas variáveis técnicas, possibilitando sua expansão pelo território, mesmo que de maneira seletiva. Segundo Silveira (2013), diante as variáveis contemporâneas, como o *marketing*, logística, informação estratégica o circuito superior se torna mais robusto, elevando seu controle sobre território e privilegiando áreas de seus interesses. Em meio à modernização que reorganiza os fatores de produção e ocasiona em novos processos e manifestações urbanas, essa modernização não seria completa sem o consumo, que contemporaneamente ganha contornos inéditos, com grande difusão social e territorial, advinda tanto das grandes empresas como também do Estado (SILVEIRA, 2015).

Através do consumo, segundo Lazzarato (2013), mesmo sem saber, mantemos uma relação com a economia da dívida, pois, carregamos nos bolsos e carteiras o cartão de crédito, o que nos inscreve na relação de credor-devedor instaurada de forma subentendida, por meio do crédito, a relação de dívida permanente. Com isso, o autor assevera que o cartão é o meio mais simples de transformar o portador em devedor permanente. Partindo dessas contextualizações, procurou-se verificar quais as modalidades de cartões que os moradores detêm e a aceitação pelo circuito inferior na cidade concepcionense (ver gráfico 12 e 13).

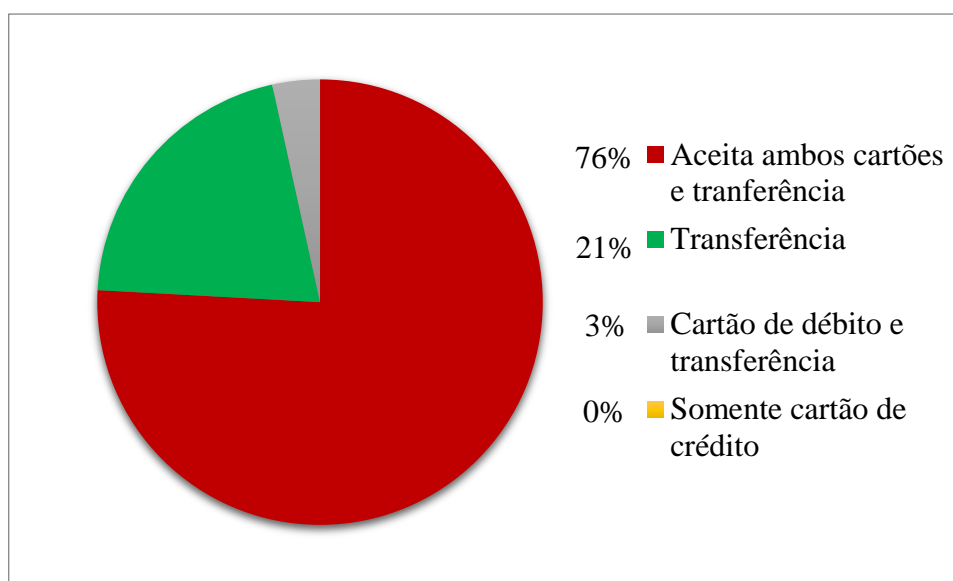
**Gráfico 12** – Tipos de cartões (crédito e débito) dispostos pelos moradores

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Mediante os dados dispostos no gráfico acima, observa-se a difusão do cartão, seja ele detentor de uma única ou dupla função. Se analisarmos dentro dessa macro visão, essa expansão e disposição dos cartões, entre a população, atinge 98%. Para Santos (2000), o cartão é o novo dinheiro, que vai se tornando onipresente e sem medida, e por essa razão, torna-se a medida geral, onde considerando como forma de acumulação pode resultar, simultaneamente, na acumulação para alguns e o endividamento para a maioria.

Em 1999, havia 24 milhões de cartões de crédito no Brasil, detidos por pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos. Amplas camadas da população abaixo desse umbral e não tendo acesso a cheques constituem um alvo novo para um grupo de bancos, financeiras e supermercados que decidiram financeirizar essas faixas da população. Criou-se o cartão de crédito popular, que funciona como um crédito pré-aprovado, proporcional à renda e que pode ser usado numa rede comercial credenciada. Em 1997 havia 15 redes de supermercados que, em parceria com a Fininvest, emitiram 140 mil cartões. Além de conseguir clientes cativos, essas empresas lucram com os juros decorrentes do parcelamento das compras (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 223).

No contexto do mundo globalizado a ascensão do crédito se configura como elemento fundamental para expansão do consumo. Desta maneira, a globalização corrobora para a dialética entre os circuitos da economia urbana, tornando-os mais complexos (CATAIA e SILVA, 2013).

**Gráfico 13** – As modalidades de técnicas contemporâneas aceita no circuito inferior

**Fonte:** Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

A partir dos dados dispostos no gráfico 13, verifica-se que o circuito inferior não é estático às novas técnicas, demonstrando um cenário onde quase 80% dos estabelecimentos aceitam alguma modalidade de cartão, seja débito, crédito e/ou ambas. “Todos esses mecanismos constituem verdadeiros impulsores do consumo. Se o número de cartões de crédito dobrou entre 1991 e 1996, o número de vezes que os cartões foram utilizados em transações cresceu 2,5 vezes e o valor dessas transações aumentou mais de três vezes” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 223).

As novas tecnologias, como aponta Montenegro (2006) estão cada vez mais inseridas no circuito inferior para a execução das atividades, possibilitando, também, a recriação de novas atividades assimilando os novos objetos técnicos na economia inferior. Isso implicar em dizer também que o circuito inferior não está alheio as modernizações, ou seja, as técnicas se expandem e se enrizam nos circuitos de economia inferior, alcançando maior número de usuários e concomitantemente, de inserir novos sujeitos nos moldes financeiros contemporâneos. Contudo, como assinala Santos (2000), as técnicas estão disposta por todo o globo, cabe aos povos de baixo sobreviver para resistir e, ao mesmo tempo, utilizar as novas técnicas a seu favor e posteriormente, fazer acontecer a verdadeira revanche dos povos de baixo contra os povos de cima, que de certa forma evoca o imperativo de Marx – trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!

De maneira geral, o circuito superior não foi evidenciado em meio a essas relações mais estreitas, pois, como que de forma banal, ele não só aceita as formas de pagamentos via

cartões de crédito, tickets alimentação e carnês<sup>37</sup>, como eles próprios são responsáveis pela expansão de parte de alguns cartões (ver tabela 12). Como apontado por Santos e Silveira (2006), há diversos grupos de estabelecimentos do circuito superior que resolveram financeirizar parte da população com seus cartões.

**Tabela 12** – As bandeiras dos cartões de crédito disponibilizados pelo circuito superior

Circuito Superior	
Bandeiras dos cartões de crédito próprios	Quantidade
Visa	3
Master Card	2
Elo	1

Fonte: Trabalho de campo; organizado pelo autor (2023).

Demonstram-se seis cartões de créditos entre três bandeiras, sendo: Visa, Master Card e Elo. Segundo o **Responsável C.S. 1**, o cartão de crédito oferecido pela empresa aos clientes, possui a bandeira Visa, ainda, conta com a parceria do Banco do Brasil. O cartão da empresa do **C.S. 2** possui a bandeira Master Card. Já a empresa **C.S. 3**, como assinalado pelo responsável, possui cartões com três bandeiras diferentes, sendo as assinaladas anteriormente. E a empresa **C.S. 4**, oferece um cartão de crédito com bandeira Visa.

Desta forma, a junção das contextualizações, apontamentos e exposições de dados, evidenciam a importância do circuito inferior da economia urbana na pequena cidade da Amazônia Oriental, Conceição do Araguaia – PA, frente à expansão e chegada dos estabelecimentos do circuito superior, dentro dos aspectos sócio-espacial e socioeconômico por meio das relações sociais construída, vivida e compartilhada, solidificando de maneira direta e indireta formas de (re)existências.

Evidentemente os estudos sobre as cidades permearão ainda por bastante tempo, “[...], pois pesquisas necessitam ser feitas e, mesmo quando concluídas, revelarão uma verdade, e não a verdade” (OLIVEIRA, 2006, p.29). A cidade em meio a toda sua complexidade se apresenta como uma área de estudo que permeará por bastante tempo ainda, e para, além disso, constituem-se como um lugar de dualidade, existência e resistência, sonhos, lutas, etc.

---

<sup>37</sup> Para isto, é necessário que o cliente tenha um crédito pré-aprovado. Então, diferencia-se da relação de crédito pessoal anteriormente abordado. Ou seja, o fiado não faz parte do circuito superior.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa proporcionou entender a atuação dos circuitos da economia urbana para a compreensão das cidades dos países emergentes e/ou subdesenvolvidos. Ratificando a importância da teoria miltoniana, que é significativamente utilizada por diversos pesquisadores a fim de apreender a(s) realidade(s) das cidades dos países subdesenvolvidos e, de forma mais específica, de Conceição do Araguaia, localidade aonde vem se inserindo diversas empresas do circuito superior, que por muitas vezes, recebem a visão de indispensabilidade, devido liga-las ao desenvolvimento e elevação da economia para a cidade ou região, que podem proporcionar melhores condições de vida e com isso, fazendo com que os pequenos estabelecimentos se tornem invisíveis dentro da economia e suas outras formas de auxílio para sobrevivência e (re)existência.

Desta maneira, procurou-se compreender a importância do circuito inferior da economia urbana a partir do âmbito socioeconômico para a cidade de Conceição do Araguaia, uma pequena da Amazônia Oriental, diante da inserção do circuito superior que vem acontecendo dentro dos últimos cinco anos.

Destarte, para alcançar o objetivo geral foi necessário realizar diversas abordagens, sendo, histórico-geográfica, social e econômica, acionando levantar e trazer dados quantitativos e qualitativos, para, com isso, poder entender e ao mesmo tempo, evidenciar a importância do circuito inferior para essa cidade araguaiana, que no cenário contemporâneo, pode-se dizer que é uma importância imprescindível.

Para tanto, primeiramente, abordou-se, em um âmbito macro o processo de urbanização no território nacional, tratando sobre o impulso advindo de atividades econômicas que paulatinamente foi possibilitando o turbilhão da terceirização no país, acarretando na inversão do lugar de moradia rural-urbano e, conseqüentemente, do lugar de trabalho da população.

Direcionando a abordagem à região amazônica, tornou-se indispensável contextualizar sobre os programas de desenvolvimento regional implantados na região, como, entre outros, os PND's e o PIN. Apontou-se que tais programas foram base para a apropriação da região pelas grandes empresas, intensificaram os fluxos migratórios, criando o exército de mão de obra reserva e, simultaneamente, alteraram os padrões de organização espacial dos centros urbanos, suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Corroborando com enfoque da Amazônia como a última grande fronteira da América Latina.



Assim, o percurso permite chegar ao recorte espacial da pesquisa, Conceição do Araguaia, na Amazônia Oriental. A abordagem do objeto levou tratar dois pontos que destacamos como principais: a) a formação sócio-espacial do município e; b) os seus aspectos socioeconômicos. O primeiro auxiliou no entendimento da constituição da cidade, sua fundação, a importante participação dos dominicanos, e os demais agentes de produção espacial, como os povos originários da região, os sertanejos e a igreja, que criou relações e conflitos. Em meio a essa abordagem histórico-geográfica, evidenciou-se a conformação de atividades de subsistência advinda, principalmente, do campesinato no início do século XX que se alterou a partir da intervenção do estado. O ponto dos aspectos socioeconômicos demonstra a participação do município no PIB per capita no estado, que colocou Conceição do Araguaia numa posição intermediária no cenário Paraense, ocupando a 51ª posição em 2010; a 48ª em 2015 e; 60ª em 2019. Sendo os setores da administração pública e agropecuária os maiores as maiores atividades em valores correntes, de acordo com os dados do IBGE. O IDHM, segundo os dados do Atlas Brasil e do IFDM, aponta a cidade entre os dez maiores índices da antiga mesorregião e uma cidade “em transição”, segundo Alves e Oliveira (2020). Apresentando um cenário propício às expansões capitalistas modernas do circuito superior.

Com as mudanças que a cidade sofreu, principalmente, a partir da segunda metade do século passado, com a intervenção do estado, trazer as particularidades da teoria miltoniana se fazia essencialmente indispensável para compreender a organização do espaço concepcionense, destarte, procurou-se tratar a expansão da malha intraurbana, e partir dessa abordagem possibilitou destacar as principais motivações que levaram à instalação e concentração de significativa quantidade de estabelecimentos comerciais na Zona Sul de Conceição do Araguaia, que forma uma verdadeira descentralização, apesar de não constituir uma área de especialização. Os motivos que levou a essa descentralização se confluíam bastante. Entre eles estão a “fuga” do aluguel, pois o ponto comercial foi construído na residência; o fluxo de pessoas e a falta de comércio de alguns ramos e; principalmente, a para se conseguir uma renda.

Desta forma, tratou-se a de evidenciar, também, o potencial na geração de emprego entre os estabelecimentos do circuito inferior dessa descentralidade e os estabelecimentos do circuito superior. Nesse aspecto, verificou-se que a capacidade de geração de emprego, individualmente, nos estabelecimentos do circuito superior se apresenta um pouco superior ao circuito inferior, entretanto, o potencial em geração de emprego do circuito inferior se exprime na significativa quantidade de estabelecimentos espalhado por todos os lugares, fazendo com que esse potencial se amplie, gerando renda aqui e ali.

Trazendo a discussão para apontar os resultados sobre as relações socioeconômicas produzidas entre população e o comércio, adiantamos que as relações em nível de auxílio ainda são bastante necessárias, principalmente, aos mais pobres. Pois, apesar dos dados demonstrarem que significativa parcela dos moradores possui uma renda superior a dois salários, simultaneamente, evidenciou-se que para isso, em 53% das residências há mais de uma pessoa exercendo atividade remunerada, buscando melhores condições de vida. Ainda, há aqueles que buscam complementar a renda através dos bicos, quando a renda fixa não consegue suprir as necessidades familiares.

Assim, construir e manter relações se torna algo bastante importante. Essas relações são as relações de sociabilidade que se concretizam no cotidiano, diálogo, vivendo e compartilhando experiências, que nos aproxima uns dos outros como seres humanos. Dito isso, ressalta-se que o sujeito abre um negócio devido carecer de uma renda. Para tanto, evidenciou-se que 72% dos moradores compram com frequência nos comércios locais pequenos. Logo, os moradores quando necessitam de algum produto ou serviço e não dispõem do dinheiro de imediato, contam com o crédito pessoal, o fiado. Cerca de 83% dos estabelecimentos informaram que disponibilizam do fiado aos clientes, mesmo diante da modernização de técnicas, como os cartões de crédito e das transferências online. Com isso, diferencia-se o circuito inferior do circuito superior, onde as relações de sociabilidade não superam as dinâmicas e complexidade da modernização e o dinheiro.

Com isso, frente a toda a contextualização, abordagem e constatações desta pesquisa, compreende-se a importância necessária do circuito inferior para a cidade de Conceição do Araguaia e, concomitantemente, da sua população, dentro do modelo econômico opressor capitalista-neoliberal. Desta forma, levantamos uma proposta de superação, relacionado à denominação “circuito **inferior**”. Essa proposta respeita as contribuições da teoria miltoniana e dos demais pesquisadores que trabalharam arduamente para sua complementação, trazendo suas contribuições.

Todavia, em inúmeros trabalhos relacionados aos circuitos da economia urbana se torna possível verificar as formas de atuação e auxílio que o circuito inferior exerce nas cidades dos países subdesenvolvidos, seja pela absorção do impacto de crescimento populacional urbano e gerando emprego para os sujeitos sem especialização, seja contribuindo como resistências frente a qualquer necessidade ou tirania. E ainda continua sendo chamado de inferior pelo fato de possuir menor modernização que o outro, que por outro lado, é chamado de moderno e hegemônico. Obviamente a teoria os denomina dessa forma pelo diferente grau de modernização de cada um dos circuitos. Contudo, frente à

difusão das técnicas modernas que se encontra em diversas localidades, inclusive no circuito inferior, mesmo que em menos proporção, e ainda as diversas formas de luta, existência e resistência, protagonizada a partir ou com auxílio do circuito inferior, pode-se haver a superação dessa denominação, sem prejuízo à teoria, para circuito de **resistência**.

Portanto, isto assinala que a temática sobre os circuitos da economia urbana, encontra-se longe de ser esgotada. Por exemplo, em Conceição do Araguaia existem ainda significativos pontos para se abordar a partir dessa temática, como a inserção da mineradora – constituinte do circuito superior -, cujas atividades de extração mineral estão previstas para o ano de 2024; A instalação de outras empresas do circuito moderno que vem ocorrendo na cidade, agora no ramo das indústrias. Ou até uma abordagem com enfoque maior no circuito inferior, inserindo os comércio/comerciantes que dividem o espaço central intraurbano com as grandes empresas nacionais, possuindo outros desdobramentos e contribuindo para a complementação do tema.

## REFERÊNCIAS

ALVES, E. O; OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento regional do sudeste do Pará baseado: na aplicação do índice de desenvolvimento regional. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**. v. 10, p. 512-534. 2020.

ALVIM, A. M. M.; BESSA, K.; FERREIRA, G. L. L. URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E REDE URBANA NO TOCANTINS: concentração de atividades político-econômicas e redefinição dos papéis dos principais centros urbanos. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 37, n. 1, p. 13-31. 2019.

ANDRADE, R. C. G. Espaços comerciais e produção do espaço urbano: mercados de abastecimento de Cuzco – Peru. **Geografares**. n. 30, p. 1-25, jul. 2020.

ANJOS, C. P. Migração Norte/Nordeste para a Amazônia Oriental. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 10, p. 75526-75545, oct. 2020.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. [Online]. 15ªed. 2008. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/> >. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2020. **Ranking**. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking> > Acesso em: 25 nov. 2022.

AUDRIN, J. M. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: AGIR, 1946.

BERNARDI, R. S. La ciudad y la urbanizacion. **Estudios Historicos**. Uruguay, n. 2, p. 1-14, ago. 2009.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRASIL, M. A migração interestadual na região norte: a década de 70. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**. X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 2, p. 639-658, 1996.

CAMAGNI, R. **Economia urbana**. Barcelona: Antônio Bosch, 2005.

CÁRDENAS, A. P.; BINI, D. L. de C.; BEJARANO, J. J. Comercialização de alimentos no circuito inferior da economia urbana: a venda na rua. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 78-91, 2013.

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre as cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás.** 2014. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza.** [S. l.], v. 22, n. 3, p. 461-474, mar. 2011.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia,** [S. l.], v. 3, n. 1, p. 55–75, 2013.

CAVALCANTE, F. O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade pelo trabalho – O caso da UHE de Tucuruí. Universidade de São Paulo - USP. **X Encontro de Geógrafos da América Latina,** São Paulo, p. 3345-3360, 20 a 26 de março, 2005.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

CORRÊA, R. L. Quem produz o espaço urbano?. In: CORRÊA, R. L, **O espaço urbano.** 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 11-31.

CRUZ, T. S. A produção do espaço na Amazônia: a influência da igreja católica na formação sócio-espacial do município de Conceição do Araguaia – PA. **GeoAmazônia,** v. 02, n. 04, p. 122-145, jul./dez. 2014.

ENDLICH, A. M. As pequenas cidades e as áreas de comparabilidade. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuhUSP2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011[1].pdf)>. Acesso em: 7 de jun. 2023.

ENDLICH, A. M. Pequenas cidades e utopia. In: XIV Coloquio Internacional de Geografía: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 2016, Barcelona. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <[https://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_angelaendlich.pdf](https://www.ub.edu/geocrit/xiv_angelaendlich.pdf)>. Acesso em: 7 de jun. 2023.

FERREIRA, J. P. Municípios do Estado do Pará. In: FERREIRA, J. P (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p. 254-488.

FREDRICH, O.; DAVIDOVICH, F. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista brasileira de geografia,** vol. 44, n. 4, p. 541-590, out./dez., 1982.

FREIRE, A. N. O. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. **GeoTextos,** vol. 6, n. 2, p. 11-32, dez., 2010.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. Métodos das ciências sociais. In: GIL, A. C. **Métodos de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 8-25.

GUERRERO, N. R. Nem na unha, nem na fome: resistência camponesa às margens do médio Xingu. **Relatório de consultoria especializada para apoio à elaboração de termo de compromisso junto aos ribeirinhos e colonos do Parque Nacional da Serra do Pardo** (Consultoria ao ICMBio). Altamira, 2015.

IANNI, O. **A luta pela terra**. São Paulo: Vozes, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/conceicao-do-araguaia/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 05 mar. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Domicílios brasileiros. **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/21130-domicilios-brasileiros.html>. Acesso em: 17 set. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Geral**. Conceição do Araguaia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/conceicao-do-araguaia/panorama> Acesso em: 20 nov. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Pará avança, mas 77,5% das cidades do Estado têm desenvolvimento regular**. Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/destaques/estados/ifdm-2018-pa-firjan-para-avanca-mas-77-5-das-cidades-do-estado-tem-desenvolvimento-regular.htm> Acesso em: 26 jan. 2023.

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Pesquisa e Estudos Socioeconômicos**. Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: [https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM\\_2018.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf) Acesso em: 26 jan. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**: redes urbanas regionais – norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, v.4, 2002.

JORDÃO, D. A população em situação de rua e o circuito inferior da economia urbana em Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 77–97, 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Revisão bibliográfica. In: LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 225.

LAZZARATO, M. **La fábrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal**. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço E Tempo**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

NETO, T. O. Rodovias na Amazônia e as mudanças recentes na circulação regional. **Tamoios**, ano 16, n. 3, p. 63-84, jul./dez. 2020.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006.

ONOFRE, L. S. **Atores hegemônicos e não hegemônicos: territorialidades históricas do município de Carambé – PR**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

PADINHA, M. R. **EM TERRAS PRECÁRIAS QUEM TEM POUCO É CENTRO: O Papel das Pequenas Cidades na Rede Urbana Amazônica: uma análise a partir de Cametá-PA**. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

PINTAUDI, S. M. As formas comerciais no cotidiano urbano. *In*: XVI ENANPUR: espaço, planejamento e insurgências, 2015, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: < <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2456/2434> >. Acesso em: 20 de jun. 2023.

PINTAUDI, S. M. Mercados públicos: vestígios de um lugar. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020, p. 167-176.

PINTAUDI, S. M. Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. **CIDADES**, v. 7, n. 11, p. 179-190, 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Nosso impacto**. Disponível em: < <https://www.undp.org/pt/brazil> > Acesso em: 26 jan. 2023.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH.** Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0>> Acesso em: 26 jan. 2023.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o PNUD.** Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>> Acesso em: 26 jan. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A organização do espaço Amazônico: contradições e conflitos. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amônias.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 79-102.

RENHA, C. E. A. P. C. **A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966).** 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

RIBEIRO, N. S. Disponibilidade setorial e custo para acessibilidade aos óleos vegetais nos comércios de Conceição do Araguaia – PA. *In: XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia, a geografia para resistir e a AGB para construir, 2022, São Paulo - SP. Anais eletrônicos [...].* Disponível em: <<https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=13#N>>. Acesso em: 22 de set. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfose o Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. EdUSP, 2014.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, R. S. Teorias locacionais, planejamento, desenvolvimento regional e local. *In: SANTOS, R. S. Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional local: uma análise crítica sobre o Tocantins.* Goiânia: Kelps, 2019, p. 23-70.

SANTOS, R. S.; PALMEIRA, M. S. A. A construção da rodovia BR-153 na fronteira: implicações no processo de urbanização da cidade de Araguaína – TO. *In: SANTOS, R.S.; LIRA, E. R. (org.) Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais.* Goiânia: Kelps, 2017, p. 49-74.

SANTOS, V. M. A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das Transformações Estruturais. *In: NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.) Desenvolvimento*



**Regional no Brasil: Políticas, Estratégias e Perspectivas.** 1ª ed. Brasília: IPEA, 2017, v. 1, p. 127-156.

SILVA, L. R. **COMÉRCIO E SERVIÇOS EM CIDADES MÉDIAS:** a centralidade urbana de imperatriz (MA). 108f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2021.

SILVA, L. R.; LIRA, E. R. Análise do processo espacial de descentralização em Imperatriz (MA): um olhar a partir do Imperial Shopping. **Geografia em Atos**, v. 3, n. 18, p. 117-130, maio-ago., 2020.

SILVA, M. E. C. **Heteroendogenia Intraurbana:** Reestruturação urbana e da cidade de Marabá - Pa a partir de três centros e centralidades econômicas. 2020. 238 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2020a.

SILVA, M. E. C. Uma cidade e três centros: o caso de Marabá (PA). **Geosp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 2, p. 262-278, ago. 2020b.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, v. 17, n. 1, p. 64-71, jan./dez., 2013.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SPOSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação?. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 43-52, 2020.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Configurações espaciais urbanas. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica.** São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 29, p. 107-121, 2011.

TAVARES, M. G. C. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, p. 59-83, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes da vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, v. 15, p. 312-324, jan./dez., 2021.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013.

VALERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileira de Geografia, 1967.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da SOCERJ**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 383-386, set./out., 2007.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 29, p. 135–156, 2020.

**APÊNDICES**

**Apêndice A:** Roteiro de entrevista com a população da zona urbana concepcionense.

## Questionário

**Pseudônimo (opcional):** \_\_\_\_\_

**Sexo:** ( ) M ( ) F

**Bairro:** \_\_\_\_\_

**1 - Idade:** \_\_\_\_\_

**2 – Há quanto tempo mora na cidade?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3 – Qual a situação habitacional familiar?**

( ) Próprio ( ) Alugado ( ) Financiado ( ) Cedido

**4 – Quantas pessoas moram na residência?**

\_\_\_\_\_

**5 – Qual a renda familiar mensal?**

( ) Menos de meio salário mínimo ( ) Meio salário mínimo ( ) 1 salário mínimo ( ) 2 salários mínimos ( ) Mais de 2 salários mínimos

**6 – Qual a situação empregatícia da família? Quantos empregados têm na família?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Caso estejam desempregados, qual (is) a(s) maneira(s) utilizam para se manterem?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**7 – Qual a profissão? Possui alguma especialização?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8** – Qual o nível de escolaridade?

---

---

**9** – Possui veículo(s) de transporte?

---

---

**10** – Qual a frequência costuma comprar em comércios locais mais próximos?

---

---

**11** – Possui crédito em algum comércio local?

( ) Sim ( ) Não

**12** - Qual a frequência costuma comprar no hipermercado do centro?

---

---

**13** – Possui algum cartão de crédito ou débito?

( ) Sim, crédito ( ) Sim, débito ( ) Ambos ( ) Nenhum

**Apêndice B:** Roteiro de entrevista com os comerciantes do circuito inferior.

### Questionário

**Tipo de atividade:** ( ) Consumo ( ) Serviço

**Sexo:** ( ) M ( ) F

**Bairro:** \_\_\_\_\_

**1 - Idade:** \_\_\_\_\_

**2 – O prédio é próprio? Há quanto tempo o comércio está em funcionamento?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3 – Quais foram às motivações para instalação da firma neste local?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4 – Qual o tamanho da área do comércio?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5 – Sobre a geração de emprego. Há quantos funcionários (colaboradores)?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**6 – Para a contratação de um funcionário é exigido alguma especialização ou nível de escolaridade?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**7 – No quadro de funcionários há algum familiar?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8 – Para o funcionamento da empresa é necessário à utilização de um sistema/software?**

---

---

**9** – A empresa possui um contador?

---

---

**10** – Quais os períodos do ano de maior venda?

---

---

---

---

**11** – A clientela é oriunda dos bairros mais locais ou do centro?

---

---

---

---

**12** – A empresa disponibiliza crédito pessoal (fiado) para os clientes?

---

---

---

---

**13** – Trabalham com cartões de débito, crédito e transferências? Caso recebam via cartões, quais bandeiras são aceitas?

---

---

---

---

**14** – Essa é a primeira empresa abriu?

---

---

**15** – Qual a renda familiar mensal?

( ) Menos de meio salário mínimo ( ) Meio salário mínimo ( ) 1 salário mínimo ( ) 2 salários mínimos ( ) Mais de 2 salários mínimos

**16** – Quantas pessoas dependem da renda mensal?

---

**17** – Possui veículo(s) de transporte?

---



**Apêndice C:** Roteiro de entrevista com os responsáveis pelas empresas do circuito superior.

### Questionário

**Tipo de atividade:** ( ) Banco ( ) Hipermercado ( ) Varejo, eletrodoméstico e eletrônicos

**Sexo do representante:** ( ) M ( ) F

**1** – Idade do responsável: \_\_\_\_\_

**2** – O prédio é próprio? Há quanto tempo o comércio está em funcionamento?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3** – A empresa possui filias em âmbito internacional?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4** – Qual o tamanho da área do comércio?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5** – Sobre a geração de emprego. Há quantos trabalhadores na empresa?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**6** – Para a contratação de um funcionário é exigido alguma experiência ou especialização?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**7** – Qual ao nível de escolaridade é demandado para a candidatura a vaga de emprego?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8** – Quais as variações dos salários para os empregados (colaboradores)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9** – Número de funcionário por escolaridade?

a) Fundamental incompleto: \_\_\_\_\_

b) Fundamental completo: \_\_\_\_\_

c) Médio incompleto: \_\_\_\_\_

d) Médio completo: \_\_\_\_\_

e) Superior incompleto: \_\_\_\_\_

f) Superior completo: \_\_\_\_\_

**10** - Trabalham com cartões de débito, credito? Caso afirmativo, com quais bandeiras?

---

---


---

**11** – A empresa dispõe de cartão de crédito próprio? Caso afirmativo, qual(is) a(s) bandeira(s)?

---

---

**ANEXO A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para realização de entrevistas**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS				
Continuação do Parecer: 5.747.591				
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.docx	18/10/2022 15:44:12	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE3.docx	18/10/2022 15:43:03	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.docx	18/10/2022 15:42:56	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.docx	18/10/2022 15:42:45	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa.docx	14/09/2022 17:55:36	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	14/09/2022 17:54:27	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
Outros	Cartadeautorizacao.pdf	14/09/2022 17:53:10	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
Outros	TermodeFielDepositario.pdf	14/09/2022 17:52:18	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	14/09/2022 17:52:06	NATANAEL SILVA RIBEIRO	Aceito

**Situação do Parecer:**  
Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**  
Não

PALMAS, 08 de Novembro de 2022

\_\_\_\_\_  
Assinado por:  
**PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA**